

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

THAMARA MARIA MAIA DUARTE

A CAMINHADA DO PRIMEIRO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: Terra, Justiça e Liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba

JOÃO PESSOA/PB

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

THAMARA MARIA MAIA DUARTE

A CAMINHADA DO PRIMEIRO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: Terra, Justiça e Liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (*Stricto Sensu*), da Universidade Federal da Paraíba, Linha de Pesquisa: Direitos Humanos e Democracia: teoria, história e política, sob orientação da Profª Dr.ª Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, para fins de obtenção do Título de Mestre em Direitos Humanos.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

João Pessoa/PB

2015

THAMARA MARIA MAIA DUARTE

A CAMINHADA DO PRIMEIRO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: Terra, Justiça e Liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba

Aprovada em: _____/_____/_____

_____
Profa. Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Orientadora
PPGDH/CCHLA/UFPB

_____
Profa. Dra. Monique Cittadino
DH/CCHLA/UFPB

_____
Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
PPGCI/CCSA/UFPB

"A palavra caminho concentra em si uma das mais profundas experiências do homem em seu enfrentamento com a tarefa da vida. A vida nunca é um dado. É sempre uma tarefa. Algo que deve ser feito e conduzido. Não se vive simplesmente porque se morre. Anda-se pela vida. Viver é andar. Andar supõe um caminho".

Leonardo Boff, Seleção de Textos Militantes

RESUMO

O estudo propõe-se a investigar os caminhos e as consequências críticas do movimento da Igreja Católica, juntamente com a sociedade civil, na visibilidade e atuação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH). Em 1975, o Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, criou o CDDH, como órgão aditivo e auxiliar na missão evangelizadora da Arquidiocese. Com isso, fortalecia a Teologia da Libertação, permitindo que a Igreja estivesse ao lado das lutas e reivindicações dos mais pobres (especialmente camponeses), dos excluídos socialmente e dos perseguidos politicamente pelo regime militar. A entidade era pioneira no Brasil e produziu, já no ano seguinte, as primeiras fichas de atendimentos (casos jurídicos diversos, penal e previdência social). No entanto, somente em setembro de 1979 é que foram aprovados os pressupostos, definições e objetivos; os critérios para o funcionamento e tarefas, além de ter sido escolhida a equipe de organização. Em 1995, quando Dom José se aposentou, o CDDH da Arquidiocese da Paraíba passou a ter uma nova denominação: Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA). Os documentos referentes aos anos de atuação do Centro, entre 1976 e 1994, estão preservados no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Foram catalogados – e colocados à disposição dos pesquisadores – a documentação jurídica e financeira, atas, legislações, correspondências, relatórios, artigos (alguns, inclusive, anteriores à data da criação), celebrações litúrgicas, projetos, fotografias e recortes de jornais e revistas. Através da análise documental, é possível constatar a necessidade de uma (re) significação do papel do CDDH, cuja caminhada, à luz do Evangelho e dos ensinamentos de Cristo, ressalta a defesa da dignidade humana; uma singular contribuição ao discurso político e do empoderamento dos setores mais pobres e excluídos, em amparo à promoção e efetivação dos direitos humanos. Durante o regime militar, a práxis de religiosos e leigos, (agentes pastorais, advogados e camponeses da Paraíba) fortaleceu a conquista da posse da terra, na Paraíba, e a denúncia da violação dos direitos humanos, no Brasil. Posteriormente, com a conquista da democracia, a política libertadora do CDDH serviu como um importante referencial para o exercício da cidadania plena no País.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Caminhada da Igreja. Empoderamento. Posse da Terra. Democracia. Cidadania Plena.

ABSTRACT

The study aims to investigate the ways and the consequences of the movement critical of the Catholic Church, along with civil society, the visibility and role of the Advocacy Center of the Archdiocese of Paraiba Human Rights(CDDH). In 1975, the Archbishop of Paraiba, Dom Jose Maria Pires, created the CDDH as additive and auxiliary body in the evangelizing mission of the Archdiocese. Thus, strengthened liberation theology, allowing the Church was next to the struggles and demands of the poor (especially farmers), the socially excluded and politically persecuted by the military regime. The organization was a pioneer in Brazil and produced, in the following year, the first records of visits (a number of legal cases, criminal and social security). However, only in September 1979 is that the assumptions were approved, definitions and objectives; the criteria for the operation and tasks, in addition to the organization of staff been chosen. In 1995, when Don Jose retired, the Archdiocese of Paraiba CDDH has taken on a new name: Defense of Human Rights Foundation Alves (FDDHMMA). The documents for the years Centre's activities between 1976 and 1994, are preserved in the Ecclesiastical Archive of Paraiba. They were cataloged - and made available to researchers - the legal and financial documents, minutes, legislation, correspondence, reports, articles (some even prior to the date of creation), liturgical celebrations, designs, photographs and clippings from newspapers and magazines. By document analysis, there appears the need for (re)significance of the role of the CDDH, which walk in the light of the Gospel and the teachings of Christ, says the defense of human dignity; a unique contribution to political discourse and empowerment of the poor and excluded sectors, in support to the promotion and realization of human rights. During the military regime, the practice of religious and lay people (pastoral workers, lawyers and Paraiba peasants) strengthened the conquest of land tenure, Paraiba, and the denunciation of human rights violations in Brazil. Later, with the conquest of democracy, liberating policy CDDH served as an important reference for the exercise of full citizenship in the country.

Keywords: Human Rights. Church Walk. Empowerment. Land Tenure. Democracy. Full Citizenship.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1: O primeiro ano do CDDH da Arquidiocese da Paraíba 21

TABELA 2: Tensão no campo/Caso: Dom José, Caixe e Carlos Pessoa - Período: 02/04/1978 a 31/12/1988 66

TABELA 3: Atuação do CDDH/AEP em 1986 79

GRÁFICO 1: Número de casos atendidos por ano (1976/1994) 22

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ALN – Ação Libertadora Nacional

ANPOLL – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística

AP – Ação Popular

Arena – Aliança Renovadora Nacional

CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba

CDDH/ AEP – Centro de Defesa dos Direitos Humanos/ Assessoria e Educação Popular

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

Celam – Conselho Episcopal Latino Americano

Cenimar – Centro de Informações da Marinha

CIE – Centro de Informações do Exército

Cisa – Centro de Informações da Aeronáutica

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DH – Direitos Humanos

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

DOPS – Departamento/Delegacia de Ordem Política e Social

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

FDDHMMA – Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves

FALN – Frente Armada de Libertação Nacional

Faepa/PB – Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba

Fetag/PB –Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Paraíba

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPMs – Inquéritos Policiais Militares

JEC – Juventude Estudantil Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

LSN – Lei de Segurança Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MDB Jovem – Movimento Democrático Brasileiro Jovem

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

Oban – Organização Bandeirante

ONU – Organização das Nações Unidas

STF – Superior Tribunal Federal

STM – Superior Tribunal Militar

SUMÁRIO

1 PASSOS INICIAIS: conhecer o objeto do estudo..... 11
1.1 O PASSADO PRESERVADO NO PAPEL 18
1.2 NOSSOS OBJETIVOS 23
1.3 FIAÇÃO DA METODOLOGIA 25
1.4 (RE)ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO 28

2 SOB(RE) UM TEMPO PARA NÃO ESQUECER 32
2.1 ARCEBISPO APOIOU 1964, MAS DEFENDIA A "NÃO VIOLÊNCIA" 41

3 NOVOS PARADIGMAS DA IGREJA CATÓLICA: do Concílio Vaticano II aos encontros de Medellín e Puebla 52
3.1 EVANGELHO DOS POBRES: ENTRE A TEORIA TEOLÓGICA E A PRÁXIS LIBERTADORA 54
3.2 A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE 58

4 NA MIRA DO LATIFÚNDIO: ameaças de morte e intimidações 62
4.1 UMA CANTATA PARA "OUVIR" ALAGAMAR 66
4.2 EM SALGADO DE SÃO FÉLIX, A PRIMEIRA QUEIXA-CRIME CONTRA UM LATIFUNDIÁRIO 71

5 DOM JOSE E VANDERLEY CAIXE: um encontro que mudou a história 74
5.1 A SEMENTE QUE GERMINOU: criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos / Assessoria e Educação Popular 76
CONSIDERAÇÕES FINAIS 82
FONTES 85
REFERÊNCIAS 87
ANEXOS 93

1 PASSOS INICIAIS: conhecer o objeto do estudo

O documento é escrito a mão. As duas páginas da carta, em frente e verso, contêm um texto claro e contundente, muito embora inexista uma pontuação e a maioria das palavras esteja fora da norma culta da Língua Portuguesa. A narrativa nega a "educação bancária"; a formalidade linguística é substituída pelo discurso do sujeito empoderado. A educação, enquanto produto de uma existência vivenciada e libertadora, revela um autor ciente do exercício da cidadania plena; que luta pelos seus direitos e pela posse da terra, da qual retira a subsistência que o permite sobreviver. O relato não traz a presença de um destinatário específico, para quem seria entregue a correspondência, nem tampouco traz a assinatura do remetente. Entretanto, é o registro documental, em todos os seus detalhes, da problemática que é enfrentada pelas mais de 50 famílias que residem nos 550 hectares da Fazenda Riacho dos Currais. Uma das Fazendas Reunidas de Alagamar, ela está localizada no município de Salgado de São Félix, na microrregião de Itabaiana, no interior da Paraíba.

Datada de 1º de setembro de 1980, a carta enumera a intensidade do conflito, destacando-o em 11 pontos. No trecho inicial[1], diz que:

> 1º o proprietario Nilto Luis Goncalves plantou canpin na melhor aréa benificiada por nós e arrancou pés de fruta pinha e goiabeiras e ameaçando de planta capin no resto das áreas. 2º não quere que nos si una para discutir os nossos direitos 3º em uma aréa de um morador foi acando 39 pes de pinha 4º proibir os moradores apanhar capin como era de costume 5º feixa o caminho que vai para o rio com arame farapado 6º o administrador José Avelino proibiu o SrEmidio Cordeiro fazer um quartinho para guarda os depozitos i discutiu com um filho i a espozadi seu Emidio e falou se fizer eu venho e boto abaixo 7º O mesmo Emidio Cordeiro levou uma carta do banco para o proprietário assinar i ele não assinou em lugar de assinar falou muitos palavroes imorais 8º o proprietario invadiu nossa aréa de roça com gado e bouto nós em uma aréa muito pequena de outra propriedade vizinha dizendo que tinha comprado 3º equitares mais isto não verdade ele nem comprou i nem arendou só para tirar nos da aréa que estava benificiada por nos intato isto ficou 12 moradores sen nada por isto rezolvemos volta para nossa aréa velha por isto o proprietario botou nós na Justiça sendo ele o autor do conflito.

Em seguida, o remetente descreve como se deu o confronto entre os posseiros e os latifundiários. Oficiais da Justiça de Itabaiana vieram à região, munidos de Ordem Judicial, para apreender o gado dos agricultores e colocá-lo no curral da fazenda, mas a comunidade não permitiu que a ação fosse consumada. No trecho final, a carta explica o porquê da reação:

[1]Esta transcrição e outras a seguir são fiéis à ortografia da carta manuscrita.

“O povo não consentiu precizamos muito da nossa vaca para da leite a nossos filhos” (CDDH, 1980. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

Trata-se de uma cópia que reproduz o documento, na íntegra, e está preservada no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Ela integra uma massa documental composta de mais de 30 mil volumes, todos catalogados e organizados, que podem ser consultados pelos pesquisadores. Nesse universo arquivístico, está inserida a Série Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Arquidiocese da Paraíba, com cerca de 3 mil documentos: desde o surgimento da entidade, em 1975, até a sua transformação em Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA), no ano de 1995. Estão preservados abaixo-assinados, atas e legislações, avaliações, correspondências, celebrações litúrgicas e partituras, documentação financeira e jurídica, eventos, fichas e registros de atendimentos, levantamentos e propostas, projetos, pronunciamentos, recortes de jornais e revistas, relatórios e pautas de reunião e textos.

O objeto do estudo desta Dissertação, o CDDH da Arquidiocese da Paraíba, foi criado em dezembro de 1975, pelo Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires. A entidade era pioneira no Brasil e recebeu as bênçãos do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, da Arquidiocese de São Paulo, que na ocasião visitava a Paraíba. A proposta era que tivesse sua atuação diretamente ligada à Pastoral da Arquidiocese paraibana, o que permitiria que a Igreja Católica contasse com um instrumento jurídico capaz de atender aos interesses dos mais pobres e dos oprimidos (em especial, dos camponeses, que reivindicavam a posse da terra), dos presos comuns e, também, dos militantes políticos, que eram perseguidos pelo regime militar que havia se instalado, no Brasil, após a madrugada de 31 de março/1º de abril de 1964.

Mas, efetivamente, o CDDH somente passou a funcionar alguns meses depois, em 21 de abril de 1976, ocupando três salas (uma delas destinada à recepção), no Palácio Episcopal da Paraíba, aonde atuava a Cúria Metropolitana e a Administração Arquidiocesana. Não possuía, ainda, uma normatização de funcionamento e uma coordenação constituída. Sua equipe inicial consistia de duas assessorias (educativa e espiritual), diretamente ligadas à ação pastoral, além de um assessor jurídico.

O advogado paulista Vanderley Caixe foi o primeiro assessor jurídico (e, posteriormente, o primeiro coordenador do CDDH). Uma escolha pessoal do Arcebispo Dom José Maria Pires, que o conhecera na prisão onde ele havia sido torturado, pelo regime militar. Fora condenado pela Lei de Segurança Nacional (LSN), a dez anos de prisão (tendo cumprido cinco anos), por conta da atuação e da organização, em 1969, da Frente Armada de Libertação

Nacional (FALN). O grupo de esquerda pregava a resistência armada à ditadura e tinha, como sede, a cidade de Ribeirão Preto, na qual Vanderley Caixe tinha nascido e iniciado, ainda na juventude, a militância política.

O advogado retornou a Ribeirão Preto somente em 1995, atuando, até sua morte, em 2012, como defensor dos direitos humanos. Em João Pessoa, desde 1980, ele havia se desligado do CDDH da Arquidiocese e criado uma outra entidade: o Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Assessoria e Educação Popular (CDDH-AEP). Apesar disso, nunca se afastou da figura do Arcebispo Dom José Maria Pires, como demonstrava num artigo que escreveu em 1982. Para recordar a inauguração do CDDH da Arquidiocese da Paraíba, Vanderley Caixe escreveu o texto "Ao Amigo Dom José", publicando-o no semanário paraibano "O Momento", na edição que circulou entre os dias 19 a 25 de setembro de 1982.

Nas reminiscências, o advogado comentou que, na ocasião, Dom José havia dispensado as apresentações formais, preferindo fazer referência aos primeiros tempos do Cristianismo e proferindo as seguintes palavras:

> Estaríamos traindo o Evangelho se quiséssemos viver uma religião desligada dos problemas sociais ou se nos detivéssemos sem conseguir identificar em sua face sofredora o rosto do Cristo Crucificado (CAIXE, 1982. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

Na certeza de que deveria seguir um caminho que tivesse como base a fé cristã, aliada à busca da justiça social, o Arcebispo da Paraíba efetivou o CDDH da Arquidiocese embasado em uma missão propulsora: acompanhar os casos de violação dos direitos humanos em relação aos presos comuns (maioria dos atendimentos) como, também, dos presos políticos. Em 1976, quando a Ditadura Militar brasileira (1964-1985) ainda praticava a prisão, morte e até desaparecimentos de opositores ao regime, uma das primeiras Fichas de Atendimento revela: a assessoria jurídica do CDDH recebeu uma correspondência da Pastoral Penal do Rio de Janeiro, em nome de Roberto José dos Santos, no qual pedia informações sobre o preso político Antonio Eurico Queiroz, no sentido de saber se ele se encontrava preso no Dops ou na Auditoria Militar do Recife.

A orientação do Centro paraibano foi na direção de que o caso fosse encaminhado à assessoria jurídica do Recife, com remessa, também, de correspondência ao Dops pernambucano. Ao responder o questionamento, o órgão de repressão e tortura revelou: "O preso está no Rio, mas foi levado por 2 vezes ao DOI ou Dops (Recife). Ainda não há nem número do processo, tendo sido indiciado por formação do partido comunista" (CDDH, 1976. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

Nos meses seguintes, o CDDH voltou-se para outros acompanhamentos judiciais, que, posteriormente, se tornaram prioritários: buscar soluções pacíficas para o confronto com os proprietários rurais, na defesa do direito dos camponeses à posse da terra; e intermediar na igualmente conflituosa, relação entre o Estado e os trabalhadores rurais. A equipe tomou como referencial o caso da Fazenda Mucatu, no município de Alhandra, que havia ocorrido entre os anos de 1974/1975. Um relatório, que faz parte do acervo do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, informa que: entre janeiro e dezembro de 1974, aconteceram na região 23 (vinte e três) reuniões e 7 (sete) missas, com a participação de religiosos, leigos e a comunidade, formada por 174 famílias. O objetivo era conseguir que o então proprietário, Herculano Bandeira Lundgren, permitisse a edificação de um centro social (uma capela).

Mas, a partir do segundo semestre de 1975, o que parecia ser apenas uma reivindicação religiosa ganhou contornos mais tensos e de difíceis soluções. Em 10 de junho de 1975, um novo proprietário, Luiz Venâncio, ordenou a derrubada da capela. Os moradores fizeram, então, uma denúncia à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Paraíba (Fetag/PB). Em seguida, houve a destruição das lavouras de subsistência e a intimidação dos padres e leigos que atuavam na região. O conflito prosseguiu até 1976, quando a Fazenda foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), passando a ser área de assentamento.

O conflito agrário paraibano estava diretamente ligado à implantação do Programa do Pró Álcool, criado pelo Governo Federal através do Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. A ideia do regime militar brasileiro era enfrentar a crise mundial do petróleo substituindo a gasolina pelo gás etanol. Para tanto, a medida governamental contemplava, especialmente no Nordeste, a instalação de grandes usinas nas propriedades rurais, o que ocasionaria na substituição das culturas de subsistência dos posseiros (macaxeira, inhame e frutas) pelo cultivo da cana de açúcar. Na época, também havia o incentivo à pecuária de corte, originando o surgimento de grandes pastos e extensas áreas de capim, destinadas à alimentação dos animais dos proprietários.

O homem do campo se viu, então, diante de um dilema: passar a ocupar a periferia dos grandes centros urbanos ou resistir à ação dos latifundiários. Na Paraíba, milhares de posseiros optaram pela segunda opção. Entre o final dos anos de 1970 e a primeira metade da década de 1980, pipocaram dezenas de conflitos em várias regiões do Estado. Segundo Moreira (1997, p. 32), a raiz do problema estava no fato de que:

> Na grande maioria dos casos, a causa primeira da eclosão do conflito foi a busca da valorização da terra por um novo dono, através da mudança da forma tradicional do

> uso do solo. Para tanto, fazia-se necessário a "terra desocupada", isto é, livre de roçados e moradias de agricultores.

Nos anos seguintes, a atuação de religiosos e leigos, em defesa dos posseiros, foi decisiva para que acontecessem as desapropriações de muitas áreas de conflito: em especial, em Alagamar e Camucim, cujos embates envolveram um maior número de famílias e tiveram repercussão nacional e, até mesmo, internacional.

No entanto, mesmo atuando desde abril de 1976, o CDDH Arquidiocese da Paraíba não possuía uma normatização das suas atividades, o que somente ocorreu em 1979. Em setembro daquele ano, através de um documento datilografado, em via única e no qual não constam assinaturas dos participantes, foi efetivado o critério que permitiria o funcionamento do Centro. No contexto, o documento dizia que a equipe deveria "empreender uma caminhada ao lado do povo; onde os agentes pastorais não teriam a missão de substituir ou solucionar os problemas da população" (CDDH, 1979. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba). Já à assessoria jurídica do CDDH da Arquidiocese cabia a efetivação de um papel educativo, que seguisse as orientações da Pastoral.

As diretrizes haviam sido aprovadas em dezembro de 1978, durante a assembleia arquidiocesana convocada pelo Arcebispo Dom José. Entre os pressupostos, os de números 1, 4 e 5 serviram de elementos para as bases normativas do CDDH. Implantadas em 21 de abril de 1979, elas se ajustavam às orientações pastorais no sentido de:

> 1. Ajudar os pequenos a se unirem e a perderem o medo, unir-se a eles na luta em defesa dos seus direitos e denunciar a falta de respeito aos direitos humanos, à justiça e à caridade.
> 4. Criar nos grupos o costume de analisar a realidade, procurando a melhor maneira de descobrir as raízes do mal.
> 5. Ajudar o povo a se organizar para resolver os seus problemas e combater o mal, respeitando sempre as condições em que se acham esses grupos e procurando as organizações do povo (sindicatos, associações de moradores, etc.)

No Arquivo Eclesiástico da Paraíba, está guardada a primeira Ata de Reunião do CDDH. Em 25 de setembro de 1979, das 08h30 às 12h00, na sede da Cúria Metropolitana, em João Pessoa, foram definidos os cinco nomes que fariam parte da equipe. Ao lado de Dom José Maria Pires estariam: Luiz Couto, Henrique Estevão, Vanderley Caixe, Antonio Heliton de Santana e Irmã Marlene. As indicações atendiam aos critérios de que estivessem presentes: 1(um) representante do Conselho Permanente da Arquidiocese, 1(um) assessor jurídico e 3 (três) pessoas que tivessem experiência no campo dos direitos humanos e conhecimento global da realidade da Arquidiocese. No mesmo dia, também foi definida como se daria a participação da advogada Ayala Rocha. Embora sem vínculo empregatício, ela se integraria às

tarefas do CDDH da Arquidiocese da Paraíba atuando na elaboração de cartilhas, textos e outros materiais de divulgação popular, e também substituiria Vanderley Caixe, quando o coordenador estivesse ausente ou impossibilitado de participar das reuniões.

Quanto às tarefas da equipe, elas estavam relacionadas num documento datilografado e sem assinatura, datado de setembro de 1979, chamado de "Regulamento do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba". Ele enumerava, em 11 (onze) itens, quais as funções dos assessores:

> 1º orientar e encaminhar pessoas, grupos e entidades para as instituições que devem prestar assistência jurídica e para os outros órgãos conforme as necessidades;
> 2º acompanhar o desenrolar desses casos numa orientação permanente, no sentido de exigir respostas desses órgãos;
> 3º levar o povo a agir coletivamente na luta pelos seus direitos;
> 4º informar as pessoas e grupos que o procuram o CDDH sobre a existência de grupos acompanhados pela pastoral, com os quais possam se entrosar;
> 5º capacitar pessoas através de cursos e informações para o trabalho no campo dos direitos humanos;
> 6º reforçar as denúncias do povo, apoiar as lutas populares e denunciar arbitrariedades;
> 7º informar a opinião pública sobre a violação dos direitos humanos através de qualquer meio de comunicação;
> 8º divulgar leis e publicações a nível popular, através do centro de documentação e informação popular da arquidiocese;
> 9º ter a documentação da caminhada do povo na luta pelos seus direitos, para que a mesma seja usada em função desta luta;
> 10º fazer ligação com outros centros de defesa e relacionar-se com outros órgãos de finalidades semelhantes;
> 11º procurar manter em dia com a legislação e a jurisprudência e acompanhar o processo de elaboração de leis, no sentido de informar e pressionar, procurando impedir aprovação de leis injustas. (CDDH, 1979. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba)

Em dezembro de 1976, ao participar de um evento promovido pela Comissão Justiça e Paz, que lembrava a passagem dos 28 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o Arcebispo da Paraíba aproveitou para falar do trabalho, ainda embrionário, que era desenvolvido pelo Centro paraibano. Ao especificar quais seriam as raízes da entidade, ele explicou: elas remontavam às mudanças de paradigmas propostas pelo Concílio Vaticano II e a Carta da "Paz na Terra", do Papa João XXIII, lançados entre os anos de 1962-1965.

Durante o testemunho, posteriormente publicado no livro "Do Centro para a Margem", Dom José citava, também, as resoluções extraídas da XIII Assembleia Geral dos Bispos do Brasil, ocorrida em fevereiro de 1973, cuja recomendação essencial caminhava na direção de que: "A Igreja deveria mobilizar o laicato para o esforço de informação, denúncia e defesa dos Direitos Humanos". Com relação à proposta aprovada, a reunião foi decisiva. Segundo as lembranças de Dom José, havia a necessidade de que se organizasse, em cada diocese ou

regional, algo semelhante à Comissão Justiça e Paz, no sentido de continuar a promover o estudo e a discussão da problemática e encontrar soluções para efetivação dos preceitos concebidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Concluindo sua avaliação, o Arcebispo informava que:

> Finalmente, no mês de outubro passado, o Encontro dos Movimentos ligados à Justiça e Não Violência teve como uma de suas conclusões incentivar a criação de Centros de Defesa dos Direitos Humanos. Conseguimos sair das palavras e resoluções para os gestos concretos e aí está nosso Centro, humilde e despretensioso, mas representando um desejo sincero de servir à causa dos que sofrem a violência em seus direitos (PIRES, 1980, p. 168-169).

Tomando esses dados como referenciais, Dom José Maria Pires explicava como surgiu o CDDH e de que maneira o órgão se colocou frente à realidade de um Brasil ainda governado por um regime militar, no qual os direitos humanos eram constantemente violados. Num dos artigos reunidos no livro "Do Centro para a Margem", o religioso comentava o porquê da necessidade de criação do CDDH da Arquidiocese da Paraíba, dizendo que:

> [O Centro] nasceu da necessidade de assessoria jurídica aos trabalhadores rurais. Uma evangelização que pretende ser comprometida com a libertação tem que encaminhar-se para a ação e urgir a necessidade de cada cristão engajar-se em projetos concretos de transformação das estruturas de dominação. Frequentemente não sabíamos como orientar, ou por desconhecimento dos meios jurídicos ou pela falta de instrumentos hábeis para os diversos casos de recursos à Justiça (PIRES, 1980, p. 231).

Contudo, a entidade não se constituía numa instância paralela, de enfrentamento direto ao regime militar ou à ação de expulsão dos trabalhadores rurais, por parte dos grandes proprietários de terra. Segundo o Arcebispo (1980, p.232), "tampouco o CDDH assumia o compromisso e o patrocínio de causas, não agindo diretamente no foro". Sobre qual seria o objetivo do Centro, revelava:

> [Ele] orienta a parte que se considera lesada em seu direito, encaminha à Justiça gratuita quando é desprovida de recursos e acompanha todo o feito incentivando os grupos de base a refletirem cada passo e se compromete solidariamente com os que lutam pelo respeito dos direitos. (PIRES, 1980, p. 232)

Mais de vinte anos depois, em 2001, já aposentado e afastado das funções eclesiásticas e da Arquidiocese da Paraíba, o religioso voltou ao tema. Durante uma entrevista que concedeu ao mineiro Mauro Passos, e que posteriormente foi utilizado na Dissertação de Mestrado do autor, o Arcebispo ratificava o pensamento anterior e enfatizava: a opção da Igreja era pelos pobres e excluídos (social e politicamente); o CDDH era, tão somente, o instrumento para que a Justiça fosse efetivada. Dom José explicava:

> O pobre, para nós, era aquele que não tinha poder. Para nós, a defesa dos direitos humanos se concentrava nas pessoas que estavam sendo mais oprimidas. E o nosso Centro não aceitava defender causas. Aceitava orientar pessoas: sobretudo grupos, num trabalho em que essas pessoas ou grupos tomavam consciência de que a situação deles não era uma necessidade, era fruto da má organização da sociedade. Portanto, o Centro, ao assumir a defesa de um determinado direito, o fazia com a preocupação de que as pessoas se tornassem, elas mesmas, agentes de uma transformação social. (PIRES *apud* PASSOS, 2011, p. 47- 48)

Durante os quase 20 anos de atuação do CDDH da Arquidiocese da Paraíba (1975-1994), os religiosos e leigos tinham a missão de ouvir os reclames e, junto com a própria comunidade, buscar as soluções dos problemas. A entidade deveria tomar para si as preocupações que atingiam o povo, sem que isso implicasse que, a partir daí, exercesse a função de "dono da verdade". E mais: segundo está descrito nas normas do CDDH, a caminhada da Igreja com o povo deveria permitir o empoderamento dos setores mais pobres e excluídos, tornando-os sujeitos da própria história e cidadãos plenos; ativos e participantes do processo social, político e econômico.

Através do Centro, a proposta que caberia à Igreja e aos setores leigos, para que atuassem junto à instituição, era no sentido de: "Nunca se substituir ao povo; não solucionar os problemas do povo; não fazer pelo povo, mas orientá-lo para que ele tome suas decisões, encaminhe suas reivindicações e exija respostas dos órgãos do sistema vigente" (CDDH, 1979. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

1.1 O PASSADO PRESERVADO NO PAPEL

A documentação da Arquidiocese paraibana começou a ser preservada em 1989, quando o Arcebispo Dom José Maria Pires assinou um convênio com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), a proposta era de que uma equipe de 11 pessoas – professores, estudantes e graduados em História e Biblioteconomia –, sob a orientação da Prof. Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, organizasse o Arquivo da Cúria Metropolitana. O trabalho se estendeu até 1992.

Primeiramente aconteceu um diagnóstico do acervo, passando-se às etapas de desinfestação e higienização; triagem para descarte ou preservação, classificação e ordenação

de Fundos, Grupos, Séries e Coleções. Por fim, aconteceu a elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Após esse período, um total de 208 documentos passou a fazer parte do Fundo Conselho Pastoral, referentes somente à atuação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, entre os anos de 1976 e 2005. Essa nova massa documental foi higienizada e classificada entre 2013/2014, pelo Notário do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, Ricardo Grisi Velôso, e o então estagiário Felipe Arthur Cordeiro Alves. Atualmente, estão catalogados (e podem ser pesquisados) cerca de 3(três) mil documentos, entre atas e legislações, cartas pastorais, abaixo assinados, celebrações litúrgicas e partituras, além de documentos financeiros, recortes de jornais e fotografias.

A relação dos Fundos, Séries e Subséries, do Arquivo Eclesiástico da Paraíba foi reorganizada pelo referido Notário do Arquivo, o que muito facilita a busca de documentação por parte do usuário. No entanto, por se tratar de um material inédito e ainda sem publicação, não foi liberado para ser divulgado, nesta Dissertação de Mestrado.

Nesse universo, entre milhares de documentos, merecem destaque as Fichas de Atendimento e de Acompanhamento usadas nos 19 anos de atuação do CDDH da Arquidiocese da Paraíba. São 1.071 descrições, nos quais é possível conhecer os detalhes do trabalho realizado junto às comunidades, os grupos ou os casos individuais. A ficha de nº 1, datada de 28 de abril de 1976, trazia uma solicitação da equipe "Zona Suburbana", integrada por Irmã Tony, Frei Hermano, Frei Anastácio, Padre Bernardo, Genaro Ieno, Maria de Lourdes Carvalho, Frei Ernando, e outros.

Seguindo o teor do documento, os problemas apresentados referiam-se à:

> Situação do município de Caaporã. Área de terra situada no município, pertencente à Fazenda Tabu, vendida ao Sr. Luiz Venâncio. Alguns trabalhadores-arrendatários já foram despejados, outros permanecem na gleba, ameaçados. A prefeitura reivindica a posse do terreno em conflito. Dispõe-se a favor dos trabalhadores e teme que a cidade seja invadida pela usina (CDDH, 1976. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

A Ficha nº 1 também revelava quais as orientações que foram prestadas. O documento não continha assinatura, que identifique quem avaliou o problema, mas, no teor das considerações, há um comentário: inexistem os "elementos para uma orientação jurídica segura" (CDDH, 1976. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba). Apesar do entrave, o autor do atendimento descreve quais os procedimentos que deveriam ser seguidos pelos solicitantes:

> que atuassem junto aos trabalhadores para sentirem a disposição deles quanto a terra. Solicitei que contactassem junto ao prefeito para saberem de sua ausência e, para receber orientação;

> que marcassem um novo contato para examinarmos a situação sob o aspecto legal. (CDDH, 1976. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba)

Utilizando-se, mais uma vez, do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, como fonte da pesquisa, foi construído o quadro a seguir. O objetivo foi de que se possa perceber, com exatidão, o volume de ações desenvolvidas em 1976, nos primeiros meses de criação do CDDH. Entre abril e dezembro, foram relacionados um total de 401 (quatrocentos e um) casos, correspondentes a problemas que aconteciam em toda a Paraíba. As demandas vinham tanto do setor rural como do urbano. No entanto, a grande maioria era oriunda do setor agrário: foram 134 casos, entre despejos, invasões de propriedade com gado, desapropriação de terra e arrendatários proibidos de plantarem ou criarem animais.

As ações eram consequência direta da expulsão do homem do campo, mas tornavam evidente outra problemática social: a desordenada ocupação dos espaços urbanos. A partir da segunda metade da década de 1970, as grandes cidades, em especial a capital paraibana, passaram a servir de moradia para milhares de famílias de trabalhadores que haviam perdido suas terras. Eles ocupavam a periferia dos centros urbanos, em áreas conhecidas como favelas ou conjuntos residenciais, e não possuíam infraestrutura básica (água encanada, energia e saneamento).

Na maioria das vezes, as famílias se instalavam após um processo de invasão. Com isso, mais uma vez, o ex-homem do campo, agora morador da cidade grande, se via na eminência de não ter garantido o direito à propriedade.

A nova realidade social revelava-se em números que foram computados pelo CDDH. Segundo um levantamento realizado em 1976, um total de 116 casos foram acompanhados pela assessoria, sendo que a maior parte deles se referia às ações cujos requerentes eram da cidade de João Pessoa, moradores do Conjunto Boa Vista e da então favela Beira-Rio (atualmente, Bairro São José). Vale ressaltar que deste último local, os casos referiam-se às tentativas de se evitar ou contestar os frequentes despejos.

Em totais gerais, a listagem do CDDH apresentava os seguintes números:

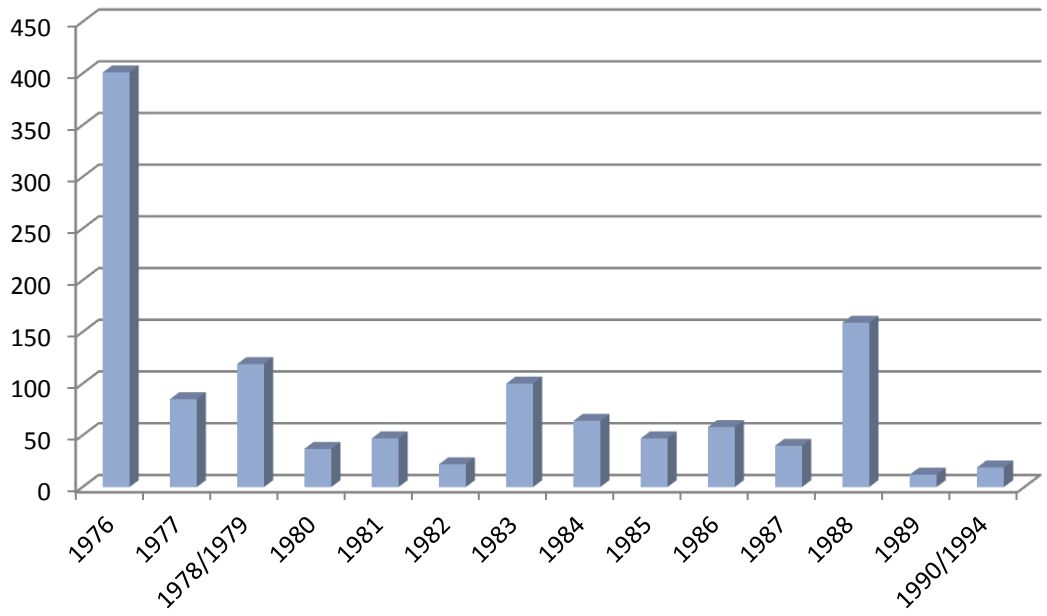
TABELA 1: O primeiro ano do CDDH da Arquidiocese da Paraíba

Atuação em 1976	
Tipos de casos	**Número**
Jurídicos Diversos (indenização de acidentes, expedição de documentos, transferência de propriedades e outros)	24
Questões/Direitos Trabalhistas	2
Meio Rural (despejos, invasões de propriedade com gado, desapropriação de terra e arrendatários proibidos de plantarem ou criarem animais)	134
Casos Extras (intimações pela PF, conciliação de casal, preso político)	73
Meio Urbano (ações de moradores, despejos)	116
Previdência Social (pensão junto ao INPS, auxílio doença, aposentadoria	25
Pasta Trabalhista (direito trabalhista, revisão de aposentadoria, tempo de serviço	17
Pasta Penal (suspeita de assassinato, prisão de preso político, prisão ilegal, prisão e maus tratos)	10
Total	401

Fonte: CDDH, 1976. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

Mais uma vez, através das Fichas de Atendimento, permitiu-se uma melhor visualização dos números de casos atendidos durante os anos de atuação do CDDH da Arquidiocese (1976/1994). Neste caso, os atendimentos foram mensurados, um a um, e reunidos ano após ano. O resultado pode ser conferido no gráfico abaixo:

GRÁFICO 1: Número de casos atendidos por ano (1976/1994)



Fonte: CDDH, 1976. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

A organização dos dados permitiu as seguintes avaliações:

1 – Os anos que apresentaram um maior número de atendimentos foram: 1976 (com 401 casos) e 1988 (que computou 159 casos registrados).

2 - Os menores volumes de atendimentos ocorreram em 1980 (com 37 ocorrências), 1989 (apenas 12) e entre 1990/1994 (com 19).

3 – Na época em que explodiram os maiores conflitos agrários registrados na Paraíba – notadamente os que envolveram Alagamar (1977) Camucim (1978) –, foram computados um total de pouco mais de 200 casos. Tal fato pode permitir a formulação de uma hipótese: a de que, naqueles anos, a atuação do CDDH da Arquidiocese da Paraíba esteve fortemente centrada na assessoria aos agricultores da Grande Alagamar (que compreendia 14 Fazendas) e de Camucim.

Mas, afinal, como estavam organizadas as Fichas de Atendimento? Documento imprescindível para que se possa revisar/conhecer/divulgar o papel do CDDH da Arquidiocese da Paraíba, elas eram uniformizadas e organizadas em modelos padronizados. Ao longo dos quase vinte anos de atuação do Centro, sofreram três modificações, tanto na formatação gráfica como na abordagem metodológica do usuário que procurava os serviços do CDDH.

1 - Durante a primeira década, entre 1976 a 1986, as Fichas de Atendimento continham: data, dados pessoais, problemas apresentados e orientação prestada. Era acompanhada de uma Ficha de Acompanhamento, na qual eram anotados outros dados: data (de recebimento) com número, nome, endereço, profissão, estado civil, outras qualificações, problema e orientação.

2- A partir de 1987 e até o primeiro semestre de 1990, ocorreu uma mudança no padrão. A Ficha passou a ser, então, dividida em cinco partes. Inicialmente, o requerente do serviço dos direitos humanos deveria assinar um Protocolo, juntando os dados pessoais - nome, endereço e estado civil -, seguido desse texto: "Conforme dados constantes no verso deste e sentindo está sendo violado nos seus direitos, vem pedir a orientação do CDDH da Arquidiocese". Em seguida, era localizada a cidade foro – João Pessoa – e exigida uma assinatura do requerente. Dando sequência ao atendimento, a Ficha deveria conter os Dados (com nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência da parte contrária); o Nome de três testemunhas que apresenta, sua nacionalidade, profissão e residência e o endereço e telefone para correspondência. Por fim, com anotações feitas a lápis, a equipe do CDDH ficava responsável pela avaliação do problema e a orientação sugerida.

3 - As Fichas de Atendimento trouxeram uma última alteração no início da década de 1990. Entre junho de 1990 até 1995, quando a entidade encerrou as atividades e passou a denominar-se Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, o documento apresentava-se com diferentes elementos. Na Parte I, os requerentes dos serviços do CDDH da Arquidiocese deveriam responder às seguintes questões: nome, endereço, data de nascimento, local, estado civil e profissão, além da renda familiar (casa própria, cedida, alugada) e grau de escolaridade (analfabeto, alfabetizado, 1º Grau incompleto, 2º Grau incompleto e Superior). Em seguida, eram-lhe formuladas cinco perguntas:

1) Como ficou sabendo da existência do CDDH?
2) Porque procurou o CDDH?
3) Já utilizou os serviços do CDDH?
4) Em caso positivo; quando procurou o CDDH conseguiu resolver?
5) Outras observações adicionais:

Como a maior parte das Fichas de Atendimento não apresentava respostas para todas as perguntas, não foi possível mensurar os dados. A ideia desta pesquisa era definir, com exatidão, o público atendido pelo CDDH e o porquê da demanda em busca da orientação jurídica da entidade dos direitos humanos.

1.2 NOSSOS OBJETIVOS

Para situar como se deu a trajetória deste trabalho, apresentamos quais os objetivos que nortearam a sua concepção e realização. São eles:

Evidenciar o papel pioneiro do CDDH da Arquidiocese da Paraíba, cujos caminhos levaram à promoção e à denúncia da violação dos direitos humanos, à luta pela posse da terra e contra a tortura política, durante as décadas de 1970/1980, na Paraíba e no Brasil, destacando, ainda, alguns dos episódios mais marcantes desse período, protagonizados pelo trabalho evangelizador e jurídico do Centro paraibano.

(Re)significar a importância do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, no tocante à defesa e promoção da dignidade humana dos pobres e excluídos, utilizando, como instrumento de pesquisa, a documentação do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Através do que foi produzido em anos de atuação do CDDH (1996-1994), é possível observar a presença dos valores da Teologia da Libertação. Durante a ditadura militar, a Igreja Católica do Brasil e, em particular da Paraíba, realizou uma "revolução" em seus paradigmas, provocando uma mudança nos preceitos da fé e resgatando os primeiros tempos do Cristianismo e de Jesus Cristo. Como princípios, os praticantes da Igreja do Povo pregavam os lemas da justiça social, da liberdade e do amor ao próximo.

Voltar-se para o passado, para melhor compreender, no presente, os passos de Dom José Maria Pires, enquanto idealizador e gestor do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba. O propósito é o de permitir que, no futuro, se (re) conheça a efetiva participação do sacerdote, na intermediação dos conflitos políticos (especialmente da questão agrária), enquanto protagonista de numa caminhada singular, na qual não perdeu o foco na fé e no Evangelho cristão, enquanto instrumentos de libertação dos oprimidos. Frente à injustiça social do Brasil pós 1964, é destaque a luta que o Arcebispo empreendeu, por uma sociedade solidária e onde atuariam, em irmandade, os diferentes sujeitos da ação social.

Trazer à tona a presença dos outros atores sociais que atuaram na efetivação do CDDH da Arquidiocese da Paraíba: além dos religiosos, também os leigos – lideranças sindicais, educadores, advogados e militantes políticos e partidários. Muito embora já tenham transcorridos quase 40 anos de criação do Centro, alguns atores sociais, como o Padre Luiz Couto, Frei Anastácio, o professor aposentado da UFPB Genaro Ieno, entre outros, permanecem atuantes, em defesa dos direitos humanos e dos valores da democracia e da cidadania plena.

Destacar, *in memoriam*, a trajetória do advogado paulista Vanderley Caixe, que atuou como primeiro coordenador do Centro da Arquidiocese. Particularmente na época dos conflitos de Alagamar e Camucim, o advogado esteve ao lado do Arcebispo Dom José Maria Pires (com quem manteve uma relação fraterna e respeitosa, até sua morte, em 2013) e dos demais atores sociais do CDDH da Arquidiocese da Paraíba.

Analisar uma nova semente plantada por Vanderley Caixe – o Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Assessoria e Educação Popular, criado em 1980 sem vinculação direta com a Arquidiocese da Paraíba, mas com finalidades similares ao CDDH, na luta pela posse da terra e pelo respeito aos direitos humanos, atuando, também, junto a outras categorias de trabalhadores. Até 1995, o advogado manteve, em ação permanente, este novo Centro. O capítulo final deste trabalho se debruça sob a entidade criada por ele, trazendo dados de um relatório divulgado em 1986 e comentando acerca da formatação editorial e das ideias veiculadas pelo periódico "Vamos!", sob a responsabilidade de Ayala Almeida Rocha, esposa de Vanderley Caixe.

1.3 FIAÇÃO DA METODOLOGIA

Durante quase 20 anos mantendo em funcionamento o CDDH da Arquidiocese da Paraíba, o Arcebispo Dom José Maria Pires empreendeu uma luta sem tréguas, para atender às necessidades dos mais pobres, que clamavam pela justiça social e pela posse da terra. No Centro de Defesa dos Direitos Humanos, conduzia uma equipe eclética (religiosos e leigos), mas nunca abdicou da tarefa de, pessoalmente, visitar as comunidades que lhe pediam ajuda. O Arcebispo estava onde o povo estava! Para ajudar a encontrar a solução dos problemas materiais, ou fosse para colocar em prática o Evangelho dos tempos de Jesus Cristo, o Pastor era adepto da resposta da não violência frente à opressão. No dia a dia, pregava o amor, a fraternidade e a compaixão.

Em artigo escrito para o jornal "O Momento", Vanderley Caixe comentava acerca da retidão do caráter de Dom José. Ele revelava:

> Calado às vezes ou muito falante em outros – triste ou alegre – o nosso Dom Pelé tanto é capaz de apontar falhas como é capaz de reconhecer o equívoco e com toda honestidade refazer a verdade (CAIXE, 1982. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

A observação do cotidiano do Arcebispo motivou à elaboração inicial deste trabalho. Esta pesquisadora se perguntava: Que caminhos permitiram que Dom José seguisse uma opção sacerdotal voltada à fraternidade e à defesa dos mais pobres e dos perseguidos políticos? Qual a importância da caminhada do religioso, para a Paraíba e para o Brasil, na promoção dos direitos humanos, numa época em que o regime político cerceava as liberdades e perseguia (inclusive matando e "fazendo desaparecer") os militantes que lutavam pela justiça social?

No entanto, o sujeito do estudo, "Dom José Maria Pires", havia aparecido muito tempo antes: ainda no final da década de 1970, quando iniciamos, na adolescência, a militância no movimento estudantil e no MDB Jovem. A admiração persistiu anos mais tarde, quando, no exercício do jornalismo, entrevistamos o Arcebispo Dom José Maria Pires, para o jornal "A União". Num texto de página inteira, intitulado "A Igreja a Serviço do Mundo", ele recordava, em 1987, alguns dos mais emblemáticos detalhes da sua caminhada: desde quando recebeu o chamado de Deus para servir à Igreja até a consagração como padre, enfatizando, também, como a Teologia da Libertação o encorajava a persistir na defesa das questões sociais e na retomada, e consolidação, da democracia brasileira.

A partir destas lembranças, durante a seleção do mestrado de Direitos Humanos, em abril de 2013, apresentamos um projeto se designava de: "O Evangelho a serviço dos direitos humanos. Os passos de Dom José Maria Pires rumo à criação do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos no Brasil".

No entanto, ao adentrarmos no universo do Arquivo Eclesiástico da Paraíba percebermos que, especificamente, não havia nenhum trabalho escrito sobre a história do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, entidade que o Arcebispo havia criado, em 1975, e que era pioneira no Brasil.

A partir de então, o foco da Dissertação passou a ser a história pioneira do CDDH da Arquidiocese da Paraíba, destacando o momento histórico em que a e entidade havia surgido e resgatando os princípios da opção teológica pelos pobres e excluídos, como o motivo preponderante e que efetivou a concretização do objetivo maior: a promoção e a defesa dos direitos humanos na Paraíba e no Brasil. O título do trabalho passou por uma reformulação no conteúdo, no intuito de evidenciar o CDDH. Agora, ele se apresenta como: "A Caminhada do Primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos no Brasil: Terra, Justiça e Liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba",

Para alcançar a meta, a pesquisa utilizou-se, principalmente, de uma metodologia dedutiva e comparativa, cuja fonte documental referencial foi o acervo do CDDH, que se

encontra totalmente catalogado e preservado. No entanto, muito da documentação referente ao Centro é apresentada com duplicidade de informações, estando presente em vários acervos: Fundos, Séries e Subséries do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Isso exigiu um trabalho de confrontação dos dados; um exercício de extrema paciência; quase como o montar de um quebra-cabeça histórico. A proposta, exaustiva, tinha como diretriz: a escrita de uma Dissertação coesa, no tocante às informações, e precisa historicamente.

Na impossibilidade de trabalhar com milhares de documentos e informações, a proposta foi selecionar alguns documentos e recortes de jornais, no sentido de (re)fazer a caminhada do CDDH da Arquidiocese da Paraíba. Em particular, a pesquisa esteve centrada nos primeiros tempos, quando de sua criação, e naquele que foi um dos episódios mais emblemático: a luta dos posseiros nas 14 áreas que formavam a Fazenda Alagamar.

Na gênese do trabalho, fez-se necessário traçar, ainda que de maneira não muito profunda, o momento histórico dos anos de exceção do movimento militar de 1964 e do surgimento dos ideários da Igreja libertadora, voltada aos mais pobres e excluídos. Por fim, havia de se evidenciar a ligação que havia entre Dom José Maria Pires e Vanderley Caixe e lembrar um pouco das histórias de vida dos dois homens que mudaram a história da Paraíba entre os anos de 1960/1990.

No tocante à reprodução de algumas fotografias, o lançamento de um olhar imagético na História se valeu da afirmação do cineasta inglês David Lean[2], que costumava dizer: "Uma imagem vale mais do que mil palavras". As imagens fotográficas ativam um tempo perdido, muitas vezes esquecido na poeira da memória. A proposta foi dar-lhes um novo movimento, no qual velhos e novos olhares serão despertados para a necessária preservação da memória do CDDH. A partir dessas fotografias, poderão ser conhecidos/reconhecidos/preservados muitos dos atores sociais, religiosos e leigos que efetivaram, na segunda metade do século XX, na Paraíba, o direito à terra, à justiça e à liberdade.

Nessa perspectiva, Dom José Maria Pires permanece como protagonista da narrativa desta Dissertação. Afinal, através da ação pessoal do Arcebispo é que foi criado o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Brasil, mas ele incentivou, também, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como espaços públicos de atuação da cidadania. Além disso, o Pastor do Povo de Deus não apenas difundiu, mas, principalmente, colocou em prática a Teologia da Libertação, através da qual o Arcebispo deu voz aos que não tinham voz, na Paraíba, nos anos de ausência das liberdades democráticas.

[2] Responsável por épicos, como "Dr Jivago" e "Lawrence da Arábia".

No entanto, é preciso salientar que, sobre Dom José, já existem dois trabalhos acadêmicos que narram sua trajetória. Na Dissertação "Em Nome de Deus, dos Pobres e da Libertação – Ação Pastoral e Política em Dom José Maria Pires de 1966 a 1980", o pesquisador Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira se detém no conflito de Mucatu e na experiência da Igreja Viva, ocorridos na Paraíba na década de 1970/1980. Já no livro "Um Profeta em Movimento – Dom José Maria Pires desatando nós", organizado por Mauro Passos, a ênfase está na passagem do religioso mineiro pelo bispado de Araçuaí, em Minas Gerais, no início da década de 1960, antes que fosse designado, pela Cúria Romana, para servir como Arcebispo dos cristãos paraibanos.

Além disso, a obra pastoral de Dom José também está reunida em dois outros livros: o primeiro deles, "Do Centro para a Margem", foi lançado em 1980, pelo próprio religioso. O mais recente, de 2005 (com posterior edição em 2012), reunindo artigos, homilias e cartas pastorais, que foram colecionados por seu antigo assessor, durante mais de trinta anos, Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro.

Ainda especificamente sobre as Cartas Pastorais, existe a monografia de Ricardo Grisi Velôso, escrita em 1999, durante o Curso de Especialização em História do Nordeste Contemporâneo. Por último, os arquivos e a trajetória da Fundação Margarida Maria Alves serviram de base para um trabalho que foi apresentado em 2014, no Curso de Bacharelado em Arquivologia, na UEPB, pelo então estudante Felipe Arthur Cordeiro Alves.

Todas essas fontes serviram de lastro, no sentido de substanciar a pesquisa. No entanto, este trabalho não é resultado, tão somente, de uma pesquisa bibliográfica. Há, também, referenciais teóricos nas áreas de História, Memória e Teologia. Mas, principalmente, a Dissertação tem caráter documental, como fruto da observação e da pesquisa, em campo, do acervo do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, destacando, principalmente, os Fundos, Séries e Subséries que remontam à história do Centro de Defesa dos Direitos Humanos na Paraíba.

1.4 (RE)ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

No projeto original de 2013, as fontes orais também estavam previstas, para serem ouvidas e darem suas versões da História do CDDH. Seguindo as orientações do "Manual de História Oral", lançado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2005, as entrevistas seriam semiestruturadas e realizadas através de encontros presenciais. A internet seria utilizada como

forma de contato inicial. Através de um e-mail, a ideia era manter um intercâmbio com os personagens, enviando um roteiro com as perguntas pretendidas. Isso chegou a ser feito com Dom José Maria Pires e Ayala Rocha (viúva de Vanderley Caixe), como comprovam os roteiros das perguntas que foram anexados ao final deste trabalho. No entanto, atuando em conformidade com a orientação teórica metodológica dos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, a intenção desta pesquisadora era ir muito além do roteiro original das entrevistas, buscando extrair, *in loco*, a revelação de fatos inéditos.

No entanto, não obtendo resposta satisfatória e também devido à exiguidade de tempo para concluir a Dissertação, optamos por deixar as fontes orais, enquanto importante instrumento de pesquisa, para serem utilizadas em outros momentos: em futuros trabalhos acadêmicos, ou, até mesmo, como base para a construção de uma Tese de Doutorado.

Afinal, é através do viés da memória dos próprios personagens que se permite um salutar confronto entre o testemunho da História e o relato já escrito das questões históricas. No caso específico do CDDH da Arquidiocese da Paraíba, através do discurso contundente e da prática teológica da libertação, Dom José Maria Pires teve um reconhecimento que foi muito além das fronteiras geográficas da Paraíba. Na história da Igreja Católica brasileira, ele é um referencial importante, no restabelecimento das liberdades democráticas no Brasil pós-golpe militar de 1964.

Hoje, às vésperas dos 100 anos (vai completar em 2019), Dom José encontra-se lúcido e capaz de lembrar, em detalhes, os episódios históricos. O fato em si é relevante, pois caracterizaria aquilo que Le Goff (1994, p.423) define como:

> A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

O estudo de um grupo social específico, ou de um sujeito, pode dar um novo significado à memória. Em si, é ela que possibilita uma nova ressignificação dos fatos da vida cotidiana e do fazer coletivo de uma sociedade. A partir da memória, coletiva ou individual, se reconstrói o passado, valorizando-se a identidade e a cidadania de um povo, uma sociedade ou de um sujeito individual. Como lembra Alberti (2005, p.129), "a memória é essencial a um grupo, porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela é o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de experiência, isto é, de identidade".

Já o italiano Paolo Rossi faz um estudo da memória dentro da ótica da história das

ideias, enfatizando o papel da dicotomia entre realidade versus transitoriedade do tempo e analisando de que maneira isso pode resultar no aparecimento das reminiscências. Utilizando a metáfora da flecha, Rossi (1991, p. 129-130) fala do tempo e diz:

> O tempo possui uma direção e uma flecha. Escorre de alguma coisa para outra coisa. Na visão linear do tempo, é proibida qualquer repetição. Trabalha-se somente com eventos singulares, individuais, não repetitivos, cada um se posicionando num ponto determinado da flecha. Porém, muitos afirmaram que pedaços do passado se reapresentam no presente, dando lugar a renascimento e retornos. Na ideia do retorno está implícita a de uma volta e de uma repetição, de uma não unicidade e repetibilidade dos eventos, de possíveis uniformidades ou leis do devir. A metáfora da flecha se mistura, de modos imprevistos e complicados, à do ciclo.

Num outro sentido, a memória também pode ser "esquecida": seja através do testemunho, individual ou coletivo, que seleciona o que deve ser de conhecimento das futuras gerações, seja através de uma classe dominante que, simplesmente, "apaga" os vestígios do passado. Na conclusão do seu livro mais conhecido, "História e Memória", Le Goff (1994, p.477) alerta para esse fato, dizendo:

> A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

Através da filósofa judia Hannah Arendt, cuja obra sempre esteve marcada por uma "volta ao passado", se evidencia a tentativa de se pressagiar o futuro como resultante de uma ação política. Segundo Arendt (1958, p.319), isso acontece na medida em que:

> Não é o passado, e toda verdade factual de respeito evidentemente ao passado, nem o presente, na medida em que este é o resultado do passado, porém o futuro que está aberto à ação. Se o passado e o presente são tratados como partes do futuro – isto é, levados de volta a seu antigo estado de potencialidade – o âmbito político priva-se não só de sua principal força estabilizadora como do ponto de partida para transformar, para iniciar algo novo.

Este trabalho, na perspectiva de resgatar a(s) memória(s) do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, busca não apenas trazer uma história/estória. Após esmiuçar e ordenar os dados da documentação preservada, que nunca havia sido estudada anteriormente, a proposta foi de oportunizar a contextualização da sua trajetória, para, então, apresentá-la enquanto resultado não apenas da vivência de um sujeito, mas, sim de um conjunto de sujeitos sociais.

A soma destes fragmentos resultou na possibilidade de se estruturar uma parte significativa da memória coletiva da Igreja Católica em sua caminhada, a partir da *práxis* da Teologia da Libertação, e do empoderamento do movimento dos trabalhadores sem-terra, na

Paraíba, nos anos de 1970/1980. Os episódios, contados ou recontados, procuraram revelar como o passado efetiva o presente, antecipando quais os passos que virão a ser construídos no futuro. Neste sentido, a inspiração vem da análise de Rossi (2007, p. 97), que defende:

> O tempo recordado será concebido como expandido ou contraído, dependendo da vivacidade das imagens evocadas. A memória, como foi dito, "coloniza" o passado e o reordena tendo por base as concepções e as emoções do presente.

A pesquisa concorda, também, com a tese de Julio Aróstegui, cuja obra discute qual o papel do historiador e quais os métodos que ele deve usar para organizar os dados de suas pesquisas, no sentido de que estes corroborem com as conclusões finais do trabalho. Como sujeito da história, a sociedade é quem estaria diretamente afetado pelas mudanças sociais. No entanto, a história não constitui as mudanças. São, sim, as consequências da mudança o que consistiria a história. Afinal, segundo Aróstegui (2006, p. 266),

> na realidade, o que faz da mudança social um fator de mudança histórica é, sem dúvida, sua acepção na relação com o tempo. A história se manifesta por meio da mudança, mas sua compreensão vincula-se ao ritmo das alternâncias ou permanências, quer dizer, ao aspecto temporal.

Os cinco capítulos e as sessões desta Dissertação foram traçados dentro da visão historiográfica de que não há uma memória única, como também de que não existe apenas uma interpretação para os fatos. Os documentos pesquisados foram sujeitos ao tempo em que foram produzidos, enquanto que os discursos dos sujeitos foram previamente "selecionados" e destacados, pelos próprios sujeitos que vivenciaram a experiência social.

No entanto, apesar dessa multiplicidade de fontes, o objetivo deste trabalho foi chegar ao que poderia ser definido como um consenso, mas que, indubitavelmente, é um consenso conflitual. Ou, mais precisamente, a ideia é seja possível se materializar aquilo que, no dizer de Ricoeur (1990), não é intolerável.

Por isso, evidenciar o CDDH da Arquidiocese da Paraíba, numa ótica de que sua memória(s) pode ser plural, é reconhecer o fundamento e o reconhecimento de que, como pesquisa da área de Ciências Sociais, ela é relativa e passível de acréscimos ou discordâncias. Ao manter-se aberto às críticas e sugestões, o entendimento é de sempre haverá o olhar do outro, que poderá manifestar discordância (parcial ou total), como fruto de valores e diferentes tradições.

2 SOB(RE) UM TEMPO PARA NÃO ESQUECER

A defesa dos direitos humanos e da dignidade humana já era marcante, desde os primeiros tempos, no discurso do religioso Dom José Maria Pires. Na primeira Homilia que realizou, ao tomar posse como Arcebispo da Paraíba, em 27 de março de 1966, o mineiro já mostrava estar fiel às propostas do Concílio Vaticano II e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Durante a pregação, sinalizou com um discurso impregnado de fé no ser humano e na justa divisão social.

O Arcebispo conclamou os fiéis dizendo:

> Não seremos fermento na construção do mundo se não o promovermos. Enquanto imperar a fome, a miséria e o analfabetismo, enquanto não se respeitar no operário ou no camponês a dignidade da pessoa humana, os cristãos não estarão sendo cristãos; a Igreja não estará sendo uma comunhão dos homens entre si porque não há comunhão sem circulação de bens, de todos os bens, seja os do espírito, seja os do corpo ou do exterior (PIRES, 2012, p. 27).

A chegada de Dom José à Paraíba havia coincido com o período de consolidação do regime militar. Dois anos antes, na madrugada de 31 de março/1º de abril de 1964, através de um Golpe de Estado, e com apoio de representantes civis, os militares derrubaram o presidente João Goulart e instauraram um regime baseado na força e na coerção. No comando do Poder Central, os militares passaram a desrespeitar os preceitos defendidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Ignoradas em sua essência, através de decretos e atos institucionais, as livres manifestações de pensamento foram proibidas no País e havia severas restrições à organização partidária e sindical.

Nos meses iniciais do novo Governo, a Hierarquia da Igreja Católica acompanhou a recomendação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e realizou uma reunião extraordinária, entre os dias 27 e 29 de maio de 1964. Ao final do encontro foi lançada uma nota, onde a cúpula cristã apoiava a ação militar. Muitos religiosos, entre eles, Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara, assinaram o documento, que falava do perigo da "comunização" do Governo Jango, mas que continha uma advertência: a de que o novo Governo não teria o direito da *vendita*, isto é, de praticar *a* vingança contra os vencidos pelo regime militar. (DE ONDE TIROU ESSAS INFORMAÇÕES? MESMO SEM CITAÇÃO DIRETA É PRECISO COLOCAR AUTOR, DATA AQUI, E INSERIR NAS REFÊRENCIAS)

No entanto, o regime endureceu, ainda mais, após ter promulgado o Ato Institucional nº 5. Lançado em 13 de dezembro de 1968, pelo presidente General Arthur da Costa e Silva, ele suspendia, entre outras, a garantia de *habeas corpus*, "nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular" (Art. 10, 1968).

Já no preâmbulo, o Ato era taxativo no tocante às atribuições presidenciais:

> O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender políticos de qualquer cidadão pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. (BRASIL, 1968)

Como "justificativas" para decretar o AI-5, o regime apresentou o pronunciamento do deputado Márcio Moreira Alves, no Congresso Nacional, e alguns artigos publicados pelo deputado Hermano Alves, no "Correio da Manhã". Após o Ato Institucional, ambos foram sumariamente cassados, como também alguns dos ministros do STF, a exemplo de Evandro Lins e Silva.

No Legislativo, era permitido apenas o sistema bipartidário. De um lado, a Arena (Aliança Renovadora Nacional), exercia o papel de apoio ao regime; e, do outro, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), exercia a "oposição consentida". No Executivo, não havia eleição através das urnas: os governadores dos Estados e o presidente da República eram indicados pelos altos comandos militares.

Seguindo as determinações impostas pelos Atos Instituicionais, as associações e sindicatos não podiam reunir os associados ou promover qualquer evento de caráter reivindicatório. Igualmente estavam proibidas as reuniões políticas e partidárias.

A repressão ao cidadão, enquanto sujeito, acontecia através das prisões, torturas e mortes dos militantes democráticos e das organizações de esquerda. Embora negadas pelo Estado, essas práticas eram comuns, no regime militar que se instaurou após 1964. Inicialmente, as violências ocorriam nas dependências do Departamento/Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) e no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).

Posteriormente, enquanto justificativas para "combater à subversão", foram institucionalizados, também, os Centros de Informações das Forças Armadas: na Marinha (Cenimar), no Exército (CIE) e na Aeronáutica (Cisa). Através de depoimentos realizados nos últimos anos, pela Comissão Nacional da Verdade, vários militares foram responsabilizados pelo "desaparecimento" do deputado Rubens Paiva (Exército) e do estudante Stuart Angel

Jones (Aeronáutica e Marinha). (BRASIL, 2014) INCLUIR NAS REFERÊNCIA INCLUIR: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final da CNV. 2014.

Os grupos paramilitares e clandestinos utilizavam-se dos métodos cruéis da tortura, física e psicológica, matavam os opositores à ditadura e "desapareciam" com os presos políticos. Com a tolerância do Estado, apesar de agindo na clandestinidade, havia a Operação Bandeirantes (Oban), uma organização que recebia apoio da sociedade civil: notadamente, de banqueiros e empresários paulistas.[3]

Nos embates com o regime militar, eram os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, lançado em 10 de dezembro de 1948, que respaldavam os discursos dos militantes da oposição e das forças democráticas. Com 30 artigos, a Declaração da ONU já dizia no preâmbulo:

> Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;
> Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

No artigo 5, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, estava explicitado que nenhum ser humano poderia ser submetido à prática da tortura (física ou psicológica), como meio para se obter a confissão."Ninguém será submetido a tortura ou a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante", alertava o organismo das Nações Unidas.

Anos depois, em 1984, quando já não havia mais presos políticos no Brasil, embora o País ainda não tivesse restabelecido a democracia, o assunto voltou a ser tema de outro documento internacional: a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Castigos Cruéis, Desumanos e Degradantes, aprovado pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas e assinado – e ratificado – pelo Brasil. Hoje, a recomendação da ONU, através da Corte Interamericana de Direitos Humanos, é no sentido de que seus Estados membros não permitam a utilização do crime da tortura, por ele ser considerado hediondo e imprescritível.

Nos anos de chumbo, as perseguições, e até mesmo as mortes de religiosos, foram fatores decisivos, para que ocorresse uma mudança no comportamento da Igreja Católica em relação ao apoio ao regime militar. O setor conhecido como "Igreja Progressista", da qual

[3] Sobre esse tema ver JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

Dom José fazia parte, passou a se manifestar, pedindo a volta do respeito aos direitos humanos e engajando-se, especialmente, nas denúncias sobre a existência da prática da tortura política no Brasil.

Mas, conforme Márcio Moreira Alves (1979), muitos outros fatores explicaram a nova posição da Igreja. Desde o questionamento de que o Brasil não mais poderia viver sob o modelo de subdesenvolvimento, em relação às nações maiores, até a constatação de que o sistema capitalista era injusto socialmente e que não correspondia aos sentimentos de fraternidade e igualdade pregados pelo Evangelho. E havia, ainda, um setor eclesiástico que partiu para uma atuação mais engajada, participando, inclusive, da resistência armada ao regime militar. Em linhas gerais, Alves (1979, p.202) aponta que:

> Os conflitos se multiplicaram, no entanto, à medida que evoluíam o pensamento social dos católicos, as formas de aplicá-los na prática e as novas formas organizadas que essa aplicação requeria. Produziram-se devido à aplicação das declarações a favor dos oprimidos por organizações como o MEB; pelos sindicatos rurais e pelos ramos especializados da Ação Católica: a enunciação, por padres e bispos, do princípio da não identificação entre a Igreja e o regime capitalista e à consequente crítica de vários aspectos do modelo capitalista adotado no Brasil; à análise da doutrina social da Igreja e da sua não conformidade com a doutrina do regime militar; ao exercício, pelas autoridades eclesiásticas , da sua função "tribunícia", a favor das vítimas de injustiças; finalmente o envolvimento de padres e leigos na luta clandestina contra o Governo, envolvimento que consideravam como inextricavelmente ligados à sua fé.

A tensa relação entre a Igreja e o Estado teve seu ponto máximo em novembro de 1969, quando um grupo de freis dominicanos foi preso e torturado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, para confessar ligações com militantes de esquerda: notadamente com o comunista Carlos Marighela, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN) e considerado o "inimigo público nº 1 do regime". Após inúmeras sessões de tortura, Fleury conseguiu a confissão de alguns religiosos e matou o guerrilheiro, durante uma emboscada, na Alameda Casa Branca, em São Paulo.

A tortura dos dominicanos foi amplamente noticiada no Brasil e, inclusive, no exterior, aumentando, ainda mais, o conflito entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro. A tensão atingiu o clímax quando ocorreu o suicídio de Frei Tito de Alencar Lima, em 1974. Após muitas sessões de tortura, o religioso havia sido liberado, mas não ficou no Brasil, preferindo exilar-se na Europa, onde terminou praticando o suicídio, quando se encontrava recolhido em convento francês.

Alguns anos depois, em 1983, a prisão dominicana serviu de trama para "Batismo de Sangue". O livro, escrito por Frei Betto, contava a história do militante: o início em Minas

Gerais, a prisão em São Paulo e a formação dos primeiros textos teóricos sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), cujos núcleos foram fomentados pela Igreja, desde os anos de 1960, com o intuito de colocar-se ao lado dos leigos, na luta pelas reivindicações do povo.

Já o livro "O Canto na Fogueira" era uma seleção de cartas escritas por três dos religiosos – Frei Betto, Frei Fernando e Frei Ivo –, quando ainda se encontravam no cárcere. Em 28 de março de 1970, numa carta endereçada aos padres dominicanos, Frei Ivo (1977, p.37) revelava:

> A fé é a consciência de uma promessa e essa consciência supõe uma determinada atitude diante da história. O problema, parece-me, não é apenas de uma nova mentalidade secularizada dentro de uma sociedade em vias de secularização e de uma nova linguagem a respeito de Deus. É muito mais de recuperação do sentido essencial-existencialmente-escatológico do cristianismo.

A partir daí, o papel da Igreja, de denunciar as arbitrariedades que ocorriam no Brasil, se mostrou mais frutífero: muitos casos de tortura aos presos políticos se tornaram públicos, passando a ser de conhecimento da sociedade brasileira e, até mesmo, na Europa e nos Estados Unidos.

Na segunda metade da década de 1970, os "suicídios", por enforcamento, do jornalista Vladimir Herzog (1975) e do operário Manuel Fiel Filho (1976), ambos na sede do DOI-Codi paulista, tiveram grande repercussão na comunidade internacional e levaram à demissão do coronel Ednardo D'Ávilla Melo, comandante do II Exército paulista. Posteriormente, em 1978, numa decisão até então inédita, o Ministério Público Federal de São Paulo ajuizou uma ação pública que foi favorável aos familiares do jornalista da TV Cultura. Coube ao juiz Márcio José de Morais, da 2ª Vara Federal de São Paulo, descartar a tese de suicídio e responsabilizar o Estado pelas torturas que mataram Vladimir Herzog.

No entanto, até o final dos anos de 1970, muitos presos políticos ainda permaneciam nas cadeias. Processados com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), muitas lideranças políticas, estudantis e de trabalhadores também se encontravam na condição de exilados políticos, vivendo em outros países, após serem banidos pelo governo ou pedirem asilo político, como forma de não serem mortos pelos órgãos de repressão. Alguns deles, sequer, podiam falar com suas famílias, recebendo notícias através de cartas que eram entregues por terceiros ou por religiosos que defendiam a Teologia da Libertação.

Enfraquecido, o governo militar buscou uma solução para não perder o poder. Propôs, então, o que passou a ser conhecido como um "regime de transição", que lenta e gradualmente

faria o Brasil retornar à democracia. O período de distensão política teve início ainda no governo do general Ernesto Geisel, mas foi o presidente João Baptista Figueiredo quem promulgou, em 28 de agosto de 1979, a Lei 6.683, conhecida como a Lei da Anistia.

A proposta dos militares era restrita, mas foi aprovada no Congresso Nacional devido à maioria dos parlamentares terem vínculos com o governo (em especial, os senadores biônicos). Segundo regulamentava, somente seria concedida em alguns casos específicos:

> Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder públicos aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciárioa e aos Militaress e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares..."
> § 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. (BRASIL, 1979)

Com isso, a Lei da Anistia não beneficiou todos os presos políticos, excluindo os que haviam sido condenados por crimes de morte ou terrorismo. No entanto, beneficiou os Agentes do Estado (militares e civis) e isentou-os de punição, ainda que tivessem participado de sessões de tortura ou ocasionado a morte e/ou o desaparecimento de militantes políticos durante os anos da Ditadura Militar.

Em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente um pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para que a Lei da Anistia fosse revista. A proposta era no sentido de, através da aprovação da Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 145), a Lei da Anistia sofresse modificações que permitiram a punição dos torturadores. Após o mérito das discussões, a ação foi rejeitada por um placar de 7 a 2: apenas os ministros Ricardo Lewandowski e Carlos Ayres Brito votaram favoráveis à medida jurídica. A decisão histórica teve como relator do processo o ministro Eros Roberto Grau, que questionava:

> O que se deseja agora, em uma tentativa, mais do que reescrever, de reconstruir a história? Que a transição tivesse sido feita, um dia, posteriormente ao momento daquele acordo, com sangue e lágrimas? Com violência? (STF, 2010)

A presidenta Dilma Rousseff (que foi vítima de torturas na década de 1970) se pronunciou logo após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2010, dizendo que iria respeitar a decisão dos magistrados. No entanto, nos últimos anos, vários deputados e senadores têm proposto, na Câmara Federal, alterações na Lei da Anistia de 1976.

Na verdade, desde a época em que foi promulgada, a anistia parcial estava bem distante do que propunha o movimento popular. A partir de 1978, apesar da repressão política, já havia a presença de grandes manifestações populares. Ocupando as ruas e manifestando o desejo de uma abertura política, a palavra de ordem era: "Anistia ampla, geral e irrestrita", que possibilitasse a libertação de todos os presos políticos e a volta dos exilados. As raízes do movimento estavam diretamente ligadas à criação, em São Paulo, do Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Therezinha Zerbini.

Mas foi somente a partir da instalação do Comitê Brasileiro pela Anistia, no Rio de Janeiro, que o movimento tomou impulso e se espalhou por todos os estados. Na Paraíba, muitos militantes se destacaram: entre eles, Maria Calistrato, irmã do então preso paraibano José Calistrato Cardoso Filho, que se encontrava no Presídio Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá, em Pernambuco, após ter sido condenado por participação em ação de guerrilha urbana.

Greco (2009, p. 203) lembrava: "Na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, a iniciativa política está com a sociedade civil organizada, não com o Estado ou com a institucionalidade". Com isso, entre os anos de 1978/79, o (re)despertar da sociedade brasileira, para as reivindicações políticas, acontecia através de manifestações públicas que reuniam milhares de estudantes, profissionais liberais e políticos. Em João Pessoa, elas se concentravam, sobretudo, no Centro da capital paraibana.

Uma dessas manifestações reuniu mais de 500 pessoas, no dia 20 de abril de 1979, no Adro da Igreja de São Francisco. Na pauta, estavam: o apoio à anistia ampla, geral e irrestrita e a solidariedade aos camponeses de Coqueirinho e Cachorrinho, cujas famílias eram atendidas pelo CDDH da Arquidiocese da Paraíba e se encontram em Brasília, através de um grupo de camponeses que buscavam uma audiência com representantes do Ministério da Agricultura e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Na ocasião da manifestação, conforme lembrava a edição do jornal "O Momento", que circulou entre os dias 22 e 28 de abril de 1979, um documento foi distribuído pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba. Assinado pelo coordenador Vanderley Caixe, enfatizava que a luta pela liberdade estava, indissociavelmente, imbricada a todas as reivindicações populares. No texto, o assessor jurídico explicava:

> Portanto, não nos parece estranho que nesse ato público, a manifestação de solidariedade aos agricultores se confunda na luta pela anistia quando o que se reivindica é simplesmente a liberdade: liberdade para os presos políticos; para os exilados e banidos, o fim dos atos de exceção inseridos nas diversas legislações, a suspensão dos tribunais militares no julgamento de civis, fim dos processos, dos

> atestados ideológicos e da monstruosa legislação que pune o brasileiro que luta pela defesa do seu próprio povo e do seu País, do poder político e do latifúndio que prende, reprime e assassina os agricultores. (O Momento, 22 e 28 de abril de 1979)

Na época, uma música virou símbolo da campanha pela Anistia e possibilitou o reencontro com os que partiram. Para marcar a volta dos exilados políticos, a dupla Aldir Blanc e João Bosco compôs "O Bêbado e o Equilibrista". A canção era interpretada por Elis Regina e tinha versos emblemáticos, que diziam assim: "Meu Brasil que sonha/ com a volta do irmão do Henfil/ com tanta gente que partiu/ num rabo de foguete...".

Para a maioria da população brasileira, a figura do irmão do cartunista ainda era desconhecida, muito embora, desde os anos de 1950, influenciado pelos frades dominicanos, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, (1935-1937???), tivesse protagonizado uma destacada ação na militância da esquerda católica. Ainda muito jovem, havia participado da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1962, fundou a Ação Popular (AP), da qual foi coordenador até 1964. No final dos anos de 1960, o grupo de esquerda radicalizou a ação política, pregando a luta armada como forma de resistência ao regime militar. Perseguido pelo regime e com risco de ser morto, em 1971, Betinho deixou o Brasil e exilou-se no Chile, passando depois pelo Canadá e México.

Na volta ao Brasil, em 1979, o sociólogo engajou-se na campanha na criação da "Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida", que se notabilizou pelo "Natal sem Fome". Mais uma vez, até sua morte, teve profundas ligações com o clero, efetivando ações que pregavam uma política de melhor distribuição de renda e em defesa dos pobres e dos excluídos pelo sistema capitalista.

Ainda naqueles tempos de chumbo, um documento histórico começou a ser escrito pela Igreja, em 1979, relatando sobre a questão das torturas praticadas aos presos políticos. No entanto, o livro somente foi publicado em 1985, quando se encerrou o ciclo do período militar e reinstalou-se a democracia no Brasil. **Brasil: Nunca Mais** foi prefaciado pelo Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns**,** reunindo mais de 700 depoimentos de homens e mulheres processados pela Lei de Segurança Nacional (LSN). Os testemunhos eram baseados nos próprios escritos dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e traziam detalhes sobre o sofrimento a haviam sido submetidos centenas de presos, torturados (física e psicologicamente), pelos agentes repressivos do regime de exceção de 1964.

O projeto surgiu durante os anos em que Dom Paulo atuou na Cúria Metropolitana, onde funcionava a Comissão de Justiça e Paz. O Arcebispo de São Paulo ouviu os relatos dos parentes das vítimas e resolveu que deveria divulgar as histórias, para que elas jamais fossem

esquecidas. Nos anexos finais do livro, Dom Arns traçava um painel das práticas de tortura e as sequelas que poderia trazer à dignidade humana. Na apresentação de **Brasil: Nunca Mais**, fazia uma comparação: o sofrimento de Cristo era o mesmo dos que haviam sido torturados e mortos pelo regime militar brasileiro. O religioso lembrava:

> Afinal o próprio Cristo, que 'passou pela Terra fazendo o bem' foi perseguido, torturado e morto. Legou-nos a missão de trabalhar pelo Reino de Deus, que consiste na justiça, verdade, liberdade e amor. (1985, p.11)

Dom Paulo Evaristo Arns comentava, ainda, acerca da degradação provocada pela tortura física ou psicológica. O religioso dizia: "As experiências que desejo relatar no frontispício desta obra pretendem reforçar a ideia subjacente em todos os capítulos, a saber, que a tortura, além de desumana, é o meio mais inadequado para levar-nos a descobrir a verdade e chegar à paz" (1985, p.11).

A caminhada da Igreja Católica se revelava cada vez mais, num trabalho conjunto que envolvia os religiosos, os leigos e o povo. No sentido de efetivar a volta da democracia ao Brasil, um importante segmento da Igreja Católica tinha tomado, para si, a tarefa de encampar um novo posicionamento frente ao Estado e ao regime militar. Claramente e sem medo, muitos foram os religiosos que apoiaram a defesa dos direitos humanos e a criação de entidades que os defendessem. Ainda em tempos de exceção, em 1980, Dom José já comentava:

> É dever da Igreja proclamar os direitos inalienáveis da pessoa humana, direitos que não podem ser sacrificados por nenhum Estado, por nenhum sistema, por nenhuma doutrina. E, em consequência, ela deve denunciar as violações a esses direitos onde quer que eles surjam. (1980, p.172)

O Arcebispo da Paraíba prosseguia na análise, explicitando que não era ideológica, mas sim evangélica, a luta dos cristãos em defesa dos direitos humanos:

> Não é compromisso com uma teoria ou com um partido: é a fidelidade a Jesus Cristo que nos impõe essa atitude. Ele dignificou e valorizou a pessoa humana onde quer que ela se encontre: na criança, no jovem, no enfermo, no pecador, no criminoso. Ele situou. O direito da pessoa acima do direito da lei. (1980, p.172)

Inspirado na nova visão bíblica, iniciada a partir do Concílio do Vaticano II (1962-1965) e ratificada nos Encontros de Medellín (1968) e de Puebla (1979), Dom José era um dos maiores entusiastas da "revolução da fé". Admitia, contudo, que, "em muitos casos discordamos do Governo. Queremos uma transformação radical da ordem vigente, a ser

substituída por uma verdadeira democracia em que todos possam ter vez e voz" (PIRES, 1980, p.232).

A afirmação explicava o motivo pelo qual jamais objetivou que o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos no Brasil atuasse como uma organização clandestina. "Tudo aqui é feito a luz do sol. (...) Por princípio, também não aceitamos a violência. O inimigo não pode ser odiado; segundo o Evangelho, ele deve ser amado. Apesar de todo o mal que ele possa nos desejar ou ter feito, ele é nosso irmão" (PIRES, 1980, p.232). O Arcebispo argumentava que, sob nenhuma hipótese, apoiava a violência enquanto instrumento ou resposta ao opressor.

2.1 ARCEBISPO APOIOU 1964, MAS DEFENDIA A "NÃO VIOLÊNCIA"

João Pessoa, capital da Paraíba, Nordeste do Brasil. O ano era de 1995. Durante quase três décadas, o mineiro Dom José Maria Pires exerceu a função de Arcebispo da Paraíba. Agora, diante dos fiéis, ele se preparava para a leitura do derradeiro pronunciamento, após o qual deverá se recolher à oração, ao silêncio e ao trabalho como Bispo Emérito. Intitulado "Amor e dedicação à Paraíba: Carta Pastoral – Mensagem de Despedida", o documento começava com uma saudação aos "Irmãos e Irmãs da Caminhada" e continha um resumo da vida do religioso: desde que a Bula Papal o transferiu da Diocese de Araçuaí, em Minas Gerais, até as ações que marcaram a sua passagem, de quase trinta anos, pela Arquidiocese da Paraíba. Como 4º Arcebispo da Paraíba (1965-1994), a atuação do Pastor foi marcada, desde o início, pela defesa dos mais pobres e excluídos e em prol dos Direitos Humanos no Brasil.

Sem demonstrar que haveria uma preocupação com a ordem lógica ou cronológica dos fatos, assim lembrava a Carta de Dom José:

> Desejo que ela seja acolhida como um pedido de desculpas a todos aqueles e aquelas que eu tiver magoado e, como um sinal de minha gratidão, a todos e a todas que participaram comigo desta caminhada do povo de Deus na esperança, rumo à Terra Prometida que começa aqui onde estamos e que consiste na transformação do nosso ambiente em algo mais próximo do Reino, mais parecido com o Paraíso. (PIRES, *apud* RIBEIRO, 2012, p. 253-254)

Nas palavras iniciais do que seria seu último encontro com o rebanho paraibano, Dom José pregava o perdão, a humildade, a fraternidade, a solidariedade e a compaixão por todos os seres. O religioso se inspirava no mais célebre dos discursos de Jesus Cristo, o "Sermão da

Montanha". Nascido há pouco mais de 2 mil anos, na região da Galileia, na Palestina, o filho do carpinteiro José e de Maria revelava-se como o "Enviado de Deus", que veio ao mundo terrestre com a missão de ensinar os homens. Apresentado à multidão por Mateus, ELE testemunhava:

> Bem-aventurados os humildes de espírito, porque deles é o Reino dos Céus! Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados! Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra! Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados! Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia! Bem-aventurados os puros de coração, porque verão Deus! Bem-aventurados os Defensores da Paz, porque serão chamados filhos de Deus! Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus! Bem-aventurados sereis quando vos caluniarem, quando vos perseguirem e disserem falsamente todo o mal contra vós por causa de Mim. Alegrai-vos e exultai, porque será grande a vossa recompensa nos céus, pois assim perseguiram os profetas que vieram antes de vós. (Mt, 5, 3-12)

O sacerdote belga Pe. José Comblin residiu durante muitos anos no Brasil, destacando-se pela permanente defesa em favor do homem e do respeito aos direitos humanos. Durante muitos anos, manteve forte identificação com Dom Helder Câmara (junto a quem trabalhou) e, também, com o Arcebispo paraibano. Na edição de 2005 do livro "Dom José Maria Pires – Uma voz fiel às mudanças sociais", de Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro, ele lembrou o último encontro do Pastor com o rebanho paraibano. No depoimento "Dom José Maria Pires na Paraíba", o Pe. José Comblin testemunhava que:

> A despedida de Dom José foi apoteótica. Foi um momento de verdadeira comunhão. Dom José, embora mineiro, não podia conter a emoção e fez uma homilia de despedida que era obra prima porque ali se expressava toda a saudade de deixar a Paraíba. Foi a melhor homilia de seu ministério na Paraíba. (COMBLIN *apud* RIBEIRO, 2005, p. 247)

O sacerdote estrangeiro comentava, ainda, acerca da impressão que guardaria, na mente e no coração, sobre o caráter do Arcebispo paraibano:

> Dom José deixou a imagem de um homem autêntico, verdadeiro. Estava sempre pronto para assumir sua responsabilidade. Não conhecia subterfúgios, desculpas, falsos pretextos. Estava sempre antes da hora em qualquer compromisso, sempre em primeira linha para acolher o problema, a ameaça, o perigo. Tinha uma palavra só "Sim" ou "Não" sem hesitações, sem confusão, com transparência (COMBLIN *apud* RIBEIRO, 2005, p. 247)

Assim foi marcada a caminhada de Dom José Maria Pires na Paraíba: uma perfeita sintonia entre a fé nas palavras de Cristo e o engajamento social. Desde o princípio, logo nos primeiros passos como sacerdote dos paraibanos, ele se viu envolvido em um cenário político nebuloso, marcado pelas injustiças sociais e onde eram comuns as perseguições, prisões,

mortes e até mesmo os desaparecimentos dos que discordavam do regime militar que havia se instaurado, após a deposição do presidente João Goulart, em 31 de março/1º de abril de 1964.

Ao chegar à Paraíba, com 47 anos, o mineiro era membro da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Para o cargo de Arcebispo, havia sido indicado ao Vaticano por iniciativa de Dom Helder Câmara, da Diocese de Olinda e Recife. Em 26 de março de 1966, ao tomar posse na Praça Dom Adauto, em frente ao Palácio do Carmo, Dom José tomou para si as palavras bíblicas, endereçadas a Moisés. Diante da multidão de fiéis, ele repetiu: "É Santa a Terra em que piso".

No primeiro momento, não fez qualquer alusão à política, preferindo enfatizar o dever de um missionário: a união de todos os cristãos – as famílias, os operários, a mocidade, os estudantes e as crianças –, em torno do Evangelho.

No entanto, no dia seguinte ao primeiro pronunciamento, em 27 de março de 1966, durante uma celebração litúrgica na Igreja do Rosário, em Jaguaribe, utilizou a Eucaristia para pregar a necessidade da promoção dos direitos humanos. Dessa vez, recorreu aos ensinamentos do Papa João XXIII e do Concílio Vaticano II, os quais haviam sido ratificados na Assembleia dos Bispos do Brasil de 1966, e comentou sobre o papel da Ciência da Salvação:

> Para nós, é nisso que consistirá a Ciência da Salvação: em procurar fazer da Igreja da Paraíba cada vez mais uma comunhão dos homens com Deus e dos homens entre si. (PIRES, 2012, p.27)

Em sua pregação, o Arcebispo sinalizou qual seria sua missão na Paraíba, usando um discurso impregnado de fé no ser humano e na necessidade de que houvesse uma justa divisão social, econômica e política. Conclamou os fiéis dizendo que:

> Não seremos fermento na construção do mundo se não o promovermos. Enquanto imperar a fome, a miséria e o analfabetismo, enquanto não se respeitar no operário ou no camponês a dignidade da pessoa humana, os cristãos não estarão sendo cristãos; a Igreja não estará sendo uma comunhão dos homens entre si porque não há comunhão sem circulação de bens, de todos os bens, seja os do espírito, seja os do corpo ou do exterior. (PIRES, 2012, p.27)

Na primeira visita oficial, já como Arcebispo, foi à Assembleia Legislativa da Paraíba. Aos deputados, em 29 de março de 1966, o pastor revelou: "Faço profissão de fé na democracia" (PIRES, 2012, p.34). Já para os magistrados do Tribunal de Justiça da Paraíba, no dia 30 de março de 1966, dirigiu uma pergunta: "Se todo homem tem direito a que se respeite em si a dignidade da pessoa humana, não seria clamorosa injustiça haver, ainda, tantos que recebem tratamento de escravos, sem a mínima possibilidade de atingirem um

lugar conveniente no seio da sociedade?" (PIRES, 2012, p.42). No entanto, é o dia 31 de março de 1966 que jamais será esquecido por Dom José Maria Pires. Na data, os militares comemoravam os dois anos do "movimento revolucionário" e o Arcebispo foi chamado para rezar uma missa, na Igreja de São Bento, na qual estariam presentes militares, autoridades e o governador João Agripino Filho. Durante a Homilia, causou constrangimento entre os presentes.

Na Carta Pastoral de Despedida, em 1995, havia um trecho no qual Dom José recordava os fatos daquele dia e suas futuras implicações. O sacerdote (2012, p.226) lembrava:

> Fiz uma pequena Homilia na qual destaquei dois pontos: 1º: O que esperávamos que a Revolução fizesse e ela fez. 2º: O que esperávamos que ela fizesse e ela ainda não fez. Esta segunda parte desagradou profundamente os Militares.

Como consequência às suas indagações, houve represálias por parte dos militares: o envio de um Ofício do Coronel Abraham Ramiro Bentes, da Guarnição Federal da Paraíba, onde havia desaprovações à crítica do religioso. Em seguida, um radiograma de Fortaleza, assinado pelo diretor geral do DNOCS, Stanley Batista, suspendeu a participação que Dom José faria, alguns dias depois, integrando a comitiva do Marechal Juarez Távora, às obras do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

Até então, os militares acreditavam ter o apoio irrestrito da maior parte da Hierarquia da Igreja Católica. Isso porque, dois meses após o golpe militar de 1964, Dom José, Dom Helder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, entre outros religiosos, tinham manifestado apoio, público e formal, ao "governo revolucionário". Reunidos entre os dias 27 e 29 de maio de 1964, os bispos havia emitido uma nota de solidariedade ao novo regime, como forma de barrar a ascensão do comunismo.

No documento, assinado pelos membros da CNBB, os bispos explicavam o porquê de terem sido contrários ao governo João Goulart e revelavam os motivos que os levaram a apoiar a deposição do presidente. Eles diziam:

> Logo após o movimento vitorioso da Revolução verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo, porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir, de maneira sensível e insofismável. (CESAR, 1968, p. 160)

Entretanto, faziam uma advertência: era necessário haver o respeito e a tolerância à diversidade do pensamento político. De maneira enfática, os bispos comentavam ser inadmissível a perseguição aos que se manifestassem contrários à instauração do novo regime político no Brasil. Os signatários do documento defendiam a tese da paz, conclamando a

união do povo brasileiro a se engajar na luta contra o comunismo. Mas, no tocante àqueles que permaneciam na oposição, advertiam os militares para a necessidade de que os direitos humanos fossem respeitados, conforme lembrava Cesar (1968, p.160) "Que os acusados tenham o grado direito de defesa e não se transformem em objeto de ódio ou de vindita".

Democracia sim; comunismo não! Assim caminhou, em perfeita sincronia, a vida pessoal e o trabalho pastoral de Dom José Maria Pires, durante os anos em que ele esteve na Paraíba. Durante as Homilias, o Pastor pregava o "Evangelho do Povo" e falava da necessidade de uma sociedade mais justa socialmente, onde houvesse uma melhor distribuição da renda. Defendia, também, o respeito à liberdade e o livre pensar do cidadão. Já no contato direto com suas "ovelhas", andando nas ruas ou se reunindo com os fiéis, o Arcebispo colocava em prática os princípios e pilares da religião cristã: solidariedade, compaixão e fraternidade entre todos os homens. E, sempre que era abordado por um cidadão ou por representantes da imprensa estadual, ratificava o apoio aos pobres, os perseguidos politicamente e, em particular, os camponeses, que lutavam pela posse da terra.

No entanto, quando ainda quando era bispo em Minas Gerais, Dom José havia apoiado o movimento de 1964! Como tratar, então, de tema que parecia contraditório, em sua longa trajetória em defesa dos direitos humanos? Nos anos que se seguiram, em várias ocasiões, a maioria das explicações partiu de iniciativas do próprio Dom José. Em 1º de março de 1968, o religioso escreveu um artigo – "A Revolução que não Houve" – e o publicou em "A Imprensa". O jornal era vinculado à Igreja da Paraíba e circulou a partir de 1903 e até 1968, com algumas interrupções por questões econômicas e políticas. Todas as edições podem ser encontradas no Arquivo Eclesiástico da Paraíba: inclusive o texto original de 1968, datilografado e com revisões manuscritas do próprio Arcebispo.

Ao fazer um balanço dos quatro anos iniciais do regime, que havia levado os militares ao poder, Dom José revelou como se deu o apoio ao movimento. Logo, no primeiro parágrafo do artigo escrito para "A Imprensa", ele dizia:

> Eu fui um dos entusiastas do Movimento de 31 de março de 1964. Torci para que não se realizasse em Belo Horizonte o Congresso da CUTAL, de cunho reconhecidamente comunista. Condenei de público, em sermão, a atitude do Govêrno Federal no comício-monstro de 13 de março e sua conivência com a anarquia, as greves políticas e a subversão. Em encontros e debates, fui tachado de reacionário porque combati como anti-evangélica a linguagem repassada de ódio e violência usada por muitos cristãos – certamente bem intencionados – em publicações como o "Brasil Urgente"! Aplaudi a mensagem do Governador Magalhães Pinto anunciando que os mineiros não reconheciam mais o Governo e a autoridade do Sr. João Goulart. Acompanhei, momento a momento, dia e noite, o desenrolar dos acontecimentos e festejei com o Govêrno do Estado a vitória do povo contra o comunismo. (PIRES, 1968) *(grifo do autor).*

Prosseguindo na avaliação, o religioso comentava que não se sentia arrependido do que havia feito, pois ainda estava convencido de que o regime sintonizava com a alma nacional. No intuito de embasar seus argumentos, defendia a tese de que:

> O brasileiro é, por natureza, pacato, avesso à violência e não guarda rancor. As exceções que se apontam são distorções a serem debitadas às circunstâncias especiais em que o vício, a ignorância ou as injustiças deformaram a face verdadeira do homem cordato e acolhedor. Brasileiro legítimo, o que ainda guarda o que temos de mais genuíno de brasilidade, por mais "conscientizado" que esteja, não quer saber do comunismo (PIRES, 1968).

Para Dom José, existia, efetivamente, o perigo de instalação de um regime comunista, caso João Goulart tivesse permanecido no poder. Inclusive, o religioso reproduzia, no texto, uma mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, datada de 30 de abril de 1963, onde a Hierarquia da Igreja Católica no Brasil se manifestava da seguinte maneira: "A angústia do momento presente se acentua, ainda, pelo fato de se tentar a substituição dessa ordem anti-humana (o capitalismo) por soluções marxistas não menos desumanas, pois atentam contra os direitos fundamentais da pessoa humana. " (PIRES,1968)

Convencido pelas palavras da alta cúpula da Igreja Católica, o Arcebispo defendia os argumentos hierárquicos: "O combate à infiltração marxista deveria ter sido a primeira tarefa da revolução" (PIRES, 1968) Contudo, o religioso não se esquecia de tecer severas críticas ao capitalismo e ao subdesenvolvimento econômico brasileiro, que seriam os responsáveis pela injustiça social e o analfabetismo da grande maioria da população: notadamente, os mais pobres economicamente.

Aproveitava o texto, ainda, para rebater acusações, oriundas de setores do governo militar ou da sociedade civil e política, de que bispos, sacerdotes e fiéis ou organizações, como a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), fossem comunistas ou comunizantes. Segundo dizia, estas afirmações eram injuriosas, "pois amar o Brasil, para nós, é um dever religioso. E a Igreja o tem demonstrado através de toda nossa história" (PIRES, 1968).

No parágrafo final, o religioso argumentava ser necessário que o Brasil achasse um caminho próprio, "realizando uma revolução social que não seja marxista-leninista, nem chinesa nem cubana, mas uma revolução social autenticamente brasileira e inspirada nos princípios evangélicos da fraternidade e da solidariedade" (PIRES, 1968).

Anos depois, em 1983, num Brasil ainda sob a tutela militar, mas que caminhava para a retomada do processo democrático, o Arcebispo Dom José Maria Pires fez uma intervenção no XII Congresso Brasileiro de Comunicação Social. Ele iniciou o discurso fazendo uma

avaliação da relação da Igreja com o Estado, logo após a vitória militar em 1964. O Arcebispo paraibano explicou, ainda, como tinha se consolidado, ao longo dos tempos, a opção da instituição católica de ficar ao lado dos mais pobres e dos excluídos, exigindo que os direitos fossem efetivados, em nome de justiça social e política, e afirmava:

> Hoje a Igreja não intercede mais pelos pobres nem junto aos ricos nem junto aos governantes: ela lembra as obrigações da justiça, ela defende os direitos da pessoa, ela proporciona condições para que os pobres e os injustiçados se organizem e reivindiquem como direito o que antes lhes era dado como esmola ou concedido como gesto de magnanimidade do Governo. A Igreja passou a emprestar sua voz àqueles pelos quais ela antes falava e passou a dar vez aos pobres e marginalizados que antes esperavam resignados que ela os socorresse. Passou a organizar o povo não só para atividades exclusivamente religiosas, mas também para a promoção humana e para a luta não violenta em prol das transformações sociais. (PIRES, 1983, p. 212)

Como Pastor de um rebanho eclético de fiéis, Dom José Maria Pires se utilizou do entendimento e do diálogo, como caminhos para chegar ao um consenso entre as partes conflituosas. Durante os quase trinta anos em que esteve à frente do Arcebispado da Paraíba, o religioso manteve o tom firme das palavras, tendo o Evangelho como guia de seu discurso. Mas, mesmo em situações tensas e que pareciam de difícil solução, era enfático quando dizia que a melhor resposta era a "não violência". Um dos casos mais emblemáticos ocorreu ainda em 1968, durante as manifestações do movimento estudantil paraibano contra a morte do estudante Edson Luiz

O secundarista havia sido assassinado no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968, provocando com sua morte protestos e passeatas em todo o Brasil. Na Paraíba, as manifestações ocorreram no Centro da capital e, em seguida ao ato, alguns estudantes foram presos no dia 03 de abril daquele ano. Os acontecimentos, lembrados pelo próprio Dom José Maria Pires, em uma entrevista que concedeu ao jornal "A União", em 2001, serviram como fonte para a pesquisa de Doutorado da professora Monique Cittadino. Posteriormente publicada em livro, a história ocorreu da seguinte maneira, segundo a pesquisadora:

> Os conflitos ocorridos ao longo dia fizeram necessária a presença, com mediador, do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires. Os estudantes exigiam que os oito estudantes presos fossem liberados e que os policiais fossem recolhidos. Apesar do secretário de Segurança ter se negado a atender às exigências estudantis, à noite, o governador determinou que os estudantes presos, sete deles de menoridade, fossem soltos. (CITTADINO, 2006, p. 327-328)

O resultado positivo da negociação ocorreu após várias tentativas feitas por Dom José. Inicialmente, ele esteve reunido com os presidentes do Tribunal de Justiça e da Assembleia

Legislativa. Como não logrou êxito, resolveu que iria se encontrar com o governador João Agripino. Após uma audiência, o Chefe do Executivo resolveu que iria atender o Arcebispo, determinando que se liberassem os estudantes.

Nos anos seguintes, nas décadas de 1970/1980, durante os vários conflitos sociais que aconteceram no campo paraibano, Dom José se mostrou ainda mais firme e apaziguador. Muitos posseiros foram expulsos de suas terras. Alguns camponeses, e até mesmo Dom José o arcebispo e Vanderley Caixe, sofreram intimidações e ameaças de morte. No entanto, como respostas mais frequentes, os injustiçados recebiam do Arcebispo as seguintes orientações: Não se deve responder com violência, mas é preciso lutar pelos seus direitos. Na Terceira Carta Pastoral, "Sobre os problemas do campo", Dom José Maria Pires (1980, p.33) revelava:

> Nós não pregamos a invasão da terra dos outros. O proprietário pode continuar com sua terra, mas deixe o pobre trabalhar e viver sossegado. Mas, quando o camponês é ameaçado de despejo por proprietários que olham mais o lucro do que a vida de seu irmão, nós o aconselhamos a defender seu direito, dentro das leis do nosso país.

Num artigo publicado em 1982, para o matutino "O Momento", o advogado Vanderley Caixe lembrou de um episódio marcante, na história de vida do religioso: a missa campal que o Arcebispo UNIFORMIZAR: ORA MAIÚSCULA ORA MINÚSCULA realizou, no Natal de 1978, na área de conflito de Camucim. No texto, o advogado recordava detalhes acerca da personalidade de Dom José Maria Pires e dizia:

> Enfrentando a fúria do Poder, impedido até de rezar missa em Camucim pela força policial de um governo comprometido com os poderosos, denunciou e desafiou o arbítrio e acabou por concretizar seu objetivo maior: o de reforçar a luta dos agricultores. (CAIXE, 1982)

Ao completar 70 anos de idade, em 1989, o Arcebispo da Paraíba recebeu como homenagem o poema "Saudações a Dom José". Sem que haja a identificação do autor, os versos foram publicados no Anuário da Arquidiocese e diziam assim:

> Parabéns a Dom José,
> Nosso amigo e bom Pastor,
> Que conduz com zelo e fé,
> O rebanho do Senhor,
> Carregando a mesma cruz
> Em que pregaram Jesus
>
> Seguindo os mesmos caminhos
> De Jesus, Nosso Senhor,
> Não lhe preocupam espinhos,
> Mas a justiça e o amor

Para com o pobre irmão,
Que sofre perseguição!

Com o cajado na mão
E o Cristo no coração,
Dom José, o Bom Pastor,
Ajuda a expulsar o gado
Que destrói todo roçado
Do pequeno agricultor!

Pois ele tem a certeza
De que só Deus é o Senhor
Do Mundo, da Natureza,
JESUS CRISTO REDENTOR,
Pai de toda criatura,
Como fala a Escritura!

Ninguém é dono de nada!
Tudo pertence ao Senhor:
Terra, dinheiro e boiada,
Tudo, tudo é do Senhor!
Pois o mais rico do chão
Nada leva ao seu caixão...

Para entender Dom José,
É preciso ser cristão,
Ter a virtude da fé
E o amor no coração,
Ver Jesus de Nazaré
Na pessoa no irmão!

Parabéns Dom José!
Pelos seus 70 anos de vida,
VIDA de fidelidade à Missão
de Pastor e Profeta!

O Anuário de 1989 não segue a regra convencional. Normalmente, esse tipo de publicação traz apenas a saudação do Arcebispo, seguido da listagem e do endereço das pastorais, igrejas e padres responsáveis pelo funcionamento da Arquidiocese da Paraíba. No entanto, o guia eclesiástico de 1989 continha como novidades: além do poema em homenagem a Dom José, a publicação de outros textos e desenhos feitos a mão.

Num dos outros textos, comentava-se acerca das orientações pastorais, que haviam sido aprovadas na Assembleia Diocesana realizada em 15 de novembro de 1987. A explanação de número 2, “Nosso Jeito de Igreja”, reforçava a fé no Evangelho, enquanto instrumento de libertação do homem, e comentava: “O rosto do povo é como o de Jesus: sofrido, mas cheio de esperança na ressurreição. Por isso, o jeito de nossa Igreja deve lembrar esse rosto” (In:

Arquivo Eclesiástico da Paraíba AUTORIA É DO ANUÁRIO? PRECISO COMBINAR COM VC COMO FICA A REFERÊNCIA). O exemplar do Anuário 1989, assim como o restante da coleção, está preservado e pode ser consultado.

Em 2007, foi a vez de Antonio Heliton de Santana lembrar a atuação de Dom José, por uma Igreja voltada aos interesses dos mais pobres e oprimidos. Um dos primeiros colaboradores do CDDH da Arquidiocese da Paraíba, Santana escreveu, em versos de cordel, "A Igreja que Dom José construiu na Paraíba". Com 17 páginas, a publicação foi lançada durante a Festa de São Pedro Pescador, realizada em Santa Rita, em 29 de junho de 2007, e atualmente faz parte do acervo da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA).

A narrativa não era fruto de uma pesquisa, mas, sim, era o resultado das lembranças pessoais do autor, testemunha da História e com atuação marcante no CDDH, na época em que Dom José esteve à frente de uma Igreja libertadora e defensora dos direitos humanos da Paraíba. No texto, o cordelista Antonio Heliton Santana narrava toda a trajetória do arcebispo mineiro. Desde o nascimento em 1919, na pequena cidade de Córregos, em Minas Gerais, até a ordenação religiosa e a atuação como Bispo em Araçagi. Os versos destacam, em especial, a chegada de Dom José à Paraíba, em 1966, numa época em que a Ditadura Militar perseguia aqueles que questionavam o regime de exceção.

Durante a narrativa, o autor também trazia à memória importantes conflitos agrários, como Alagamar e Camucim, se detendo, ainda, no papel desempenhado pelas várias Pastorais (Rural, Penal e da Criança), as CEBs, e também o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Sobre a entidade de direitos humanos, o cordelista escreveu os seguintes versos:

> Já o CDDH
> Defendia os direitos
> Do povo injustiçado
> Usando meios e jeitos
> De acordo com a Lei
> Quem não se lembra dos feitos.

A afirmação explicava o motivo pelo qual, enquanto Pastor dos católicos paraibanos, nunca pregou a violência como resposta às violações da dignidade humana. Nem, tampouco, objetivou que o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos no Brasil atuasse como uma organização clandestina. Dizia o Arcebispo: "Por princípio, não aceitamos a violência. O inimigo não pode ser odiado; segundo o Evangelho, ele deve ser amado. Apesar de todo o mal que ele possa nos desejar ou ter feito, ele é nosso irmão". (PIRES, 1980, p.232)

Em 26 de novembro de 1995, durante a última Homilia realizada na Paraíba, o Arcebispo Dom José Maria Pires apropriou-se, mais uma vez, do discurso do Evangelho e das escrituras da Bíblia. No trecho final do documento, o Pastor do povo paraibano lembrou as sagradas palavras de São Paulo, endereçadas ao discípulo Timóteo. Ele repetiu a passagem na qual o Apóstolo de Jesus Cristo dizia: "Combati o bom combate, terminei minha carreira, guardei a fé" (2Tm, 4,7).

Nas palavras do padre José Comblin (2005, p.248), "Dom José sabia falar. Falava com eloquência, mas com simplicidade de tal sorte que todos podiam entender o que dizia. Sabia ser conciso e preciso. Sabia dizer em poucas palavras tudo o que queria dizer, e não falava para dizer nada. É bem sabido que a sua eloquência simples lhe conquistou a estima e a simpatia da "sociedade" paraibana".

3 NOVOS PARADÍGMAS DA IGREJA CATÓLICA: do Concílio Vaticano II aos Encontros de Medellín e Puebla

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba surgiu em 1975 – e se consolidou ao longo de quase vinte anos –, através de uma iniciativa pessoal do Arcebispo Dom José Maria Pires. Não foi, porém, fruto de um acaso histórico. Na verdade, as sementes que remontam à sua criação estão na gênese da série de mudanças realizadas pela Igreja Católica, em todo o mundo, já a partir dos primeiros anos da década de 1960.

Entre 1962 e 1965, sob a orientação do papa João XXIII, a Hierarquia promoveu uma série de encontros, que resultaram no Concílio Ecumênico Vaticano II. O documento apontou para a necessidade de modificações em seculares dogmas da fé católica: em especial, manifestava respeito ao laicato, passando a aceitar outras formas de fé, como o judaísmo e islamismo; e, embora ainda condenasse o capitalismo e o socialismo, permitiu a possibilidade de se "ler" a Bíblia dentro de uma visão mais social, e não apenas teológica.

Pela primeira vez, após quase dois mil de existência, a Igreja Católica deixou para trás, também, vários ritos, que a afastavam de um contato mais efetivo e direto com os cristãos: seja quando as missas passaram a não ser mais rezadas em latim e, sim, no idioma de cada país; seja quando os padres puderam deixar de usar a batina, substituindo-a por trajes sociais.

E desde muito jovem, quando era ainda era Bispo, em Minas Gerais, Dom José Maria Pires esteve atento às mudanças nos paradigmas da Igreja, participando de alguns dos encontros que resultaram no Concílio Vaticano II. Ao tomar posse como Arcebispo da Paraíba, em 27 de março de 1966, ele remontou às deliberações papais e se dirigiu ao novo rebanho, explicitando como se daria sua missão: Em sua primeira Homilia em terras paraibanas, dizia Dom José que:

> A Ciência da Salvação encaminha o homem para Deus junto do qual temos acesso por Cristo: "Esta é a vida eterna – lemos no Evangelho segundo S. João – que Te reconheçam como único Deus verdadeiro e Teu Enviado Cristo. Sendo, porém, a Igreja sinal e instrumento da íntima união dos Homens com Deus e dos homens entre si, a Ciência da Salvação redundará no conhecimento e na adesão plena ao ministério da Igreja. Ora, o Concílio Vaticano II acaba de apresentar-nos uma imagem completa e atual da Igreja, e os Bispos brasileiros, reunidos em assembleia extraordinária durante o último período conciliar, votaram um plano de pastoral de conjunto que tem como objetivo geral "criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajuste o mais rápida e plenamente possível à imagem da Igreja do Vaticano II". Qual é essa imagem da Igreja do Vaticano II? Uma comunhão dos homens com Deus, dos homens entre si por Cristo, no dom do Espírito Santo (PIRES, 1966, *apud* RIBEIRO, 2012, p.26-27).

Em seguida, o religioso enfatizava como se daria a concretização de sua missão enquanto Pastor dos católicos paraibanos. Ele se perguntava sobre os objetivos, a atividades as quais se dedicaria e quais os temas que iriam ser estudados, planejados e assumidos como execução, para, então, explicitar que:

> Aqui entram em ação todas as forças vivas da comunidade: as forças da Igreja – hierarquia e laicato, movimentos e instituições, estruturas e organismos por ela criados – as forças do Estado com suas Secretarias, seus Departamentos técnicos, seus diversos recursos e as demais forças da sociedade não diretamente ligadas à Igreja, como sindicatos, clubes recreativos ou esportivos, escolas, entidades de classe. Ninguém de boa vontade fica excluído. (PIRES, 1966, *apud* RIBEIRO, 2012, p.27-28)

Nos anos que se seguiram, Dom José acompanhou, com ainda mais interesse, as decisões do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), que propôs ao Papa Paulo VI a realização de um encontro que tivesse como ênfase três pontos: a discussão da justiça, a paz e a pobreza da Igreja. A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano foi realizada em Medellín, na Colômbia, entre os dias em 24 de agosto e 6 de setembro de 1968.

Em linhas gerais, segundo Dom José, o Encontro de Medellín esteve centrado em três pontos: o compromisso da Igreja com os pobres; o reconhecimento de que o povo é oprimido e deve buscar os caminhos de sua libertação e a necessidade da promoção e organização do povo cristão em pequenas comunidades de fé, de culto e de amor (1980, p. 209).

No documento final do Encontro de Medellín, os religiosos fizeram as seguintes avaliações:

> O Episcopado Latino-Americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantêm a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria humana (…) para nossa verdadeira libertação, todos os homens necessitam de profunda conversão para que chegue a nós o "Reino de justiça, de amor e de paz". A origem de todo desprezo ao homem, de toda injustiça, deve ser procurada no desequilíbrio interior da liberdade humana, que necessita sempre, na história, de um permanente esforço de retificação. A originalidade da mensagem cristã não consiste tanto na afirmação da necessidade de uma mudança de estruturas, quanto na insistência que devemos pôr na conversão do homem. Não teremos um continente novo sem novas e renovadas estruturas, mas sobretudo não haverá continente novo sem homens novos, que à luz do Evangelho saibam ser verdadeiramente livres e responsáveis (BEOZZO, 1994, p.121).

Num artigo publicado no livro "Do Centro para a Margem", o Arcebispo paraibano revelou que, inicialmente, se preocupou com o rumo que muitos pareciam querer dar à evangelização naqueles tempos de mudanças eclesiais. Ele lembrou de um episódio, ocorrido entre ele e um estudante, a partir do qual mudou sua posição de desconfiança em relação aos novos paradigmas da Igreja Católica. Contava Dom José Maria Pires (1980, p.210) que:

> Um dia, quando a repressão invadiu a casa dos dirigentes da Ação católica Operária (ACO) no Rio e prendeu os que lá residiam, um deles que estava fora conseguiu escapar e veio para o Nordeste. Do Recife o trouxeram a João Pessoa para falar

> comigo. Depois que ele contou o trabalho corajoso que vinha desenvolvendo no meio dos operários, eu lhe perguntei: Você não acha que está exagerando e fazendo mais política do que evangelização? Ao que ele me respondeu com um jeito que era de tristeza e de admiração: É engraçado; os senhores foram a Medellín e escreveram um documento para nós. A gente leu, tomou a sério e está dando duro para estar havendo exagero da nossa parte...

Foi com o espírito renovado, com olhos mais abertos à participação do povo e crente da necessidade de que era necessário haver a interação efetiva da Igreja nos problemas enfrentados pelas comunidades, que Dom José lançou a semente do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos no Brasil. O CDDH da Arquidiocese da Paraíba foi normatizado em 1979, coincidentemente, no mesmo ano em que se realizou a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.

O Encontro de Puebla reuniu os religiosos de todo o mundo (notadamente latino-americanos) em Puebla de Los Angeles, no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. E, conforme Dom José, trouxe como eixo principal a avaliação de uma nova caminhada da Igreja Católica, sob a perspectiva dos problemas enfrentados pelo povo da América Latina. Em suas deliberações, os bispos de todo o mundo defenderam: "A Igreja deve organizar-se e expressar-se através de pequenas comunidades eclesiais cristãs; a Igreja deve dar preferência ao trabalho com os pobres; a Igreja deve favorecer a caminhada do povo para a libertação". (PIRES, 1980, p.210)

Após séculos ao lado dos poderosos economicamente, uma parte do Clero se afastou da Hierarquia, voltando-se ao cristianismo da época de Jesus Cristo. Tendo a compaixão e a fraternidade como metas, a caminhada bíblica passou a ser efetivada junto aos pobres e injustiçados. A partir da junção: fé, denúncia e ação, Dom José Maria Pires (PB), Dom Helder Câmara (PE), Dom Paulo Evaristo Arns (SP) e Dom Pedro Casaldáliga (São Félix do Araguaia, no Pará), entre outros religiosos, passaram a ser os porta-vozes dos pobres e dos excluídos (social e politicamente), com atuação decisiva na consolidação e na defesa dos direitos humanos no Brasil.

3.1 EVANGELHO DOS POBRES: ENTRE A TEORIA TEOLÓGICA E A PRÁXIS LIBERTADORA

Em quase trinta anos de atuação junto aos paraibanos, o mineiro Dom José Maria Pires compartilhou dos novos passos da Igreja, onde a base era teológica, encontrava subsídios nos

ensinamentos da Bíblia, mas promovia-se a caminhada libertadora do povo e se colocava-se contrária às injustiças sociais. Tanto o cidadão como o pastor buscaram as respostas para as questões existenciais, teológicas e filosóficas através dos princípios do Cristianismo, resgatando os princípios da justiça, da solidariedade e da fraternidade entre os homens. Ensinamentos milenares, que haviam sido defendidos por Jesus Cristo em sua breve passagem na Terra, e que pareciam, cada vez mais, esquecidos na vida do homem moderno.

No dia a dia, na vivência cotidiana e também como Pastor dos paraibanos, Dom José Maria Pires defendia, e praticava, as teses da Teologia da Libertação. O movimento de renovação teológica tivera suas primeiras raízes em 1971, quando o frei peruano Gustavo Gutiérrez, de formação dominicana, lançou o livro "Teologia da Libertação". No Brasil, no mesmo ano de 1971, o Frei Leonardo Boff escreveu "Jesus Cristo libertador".

No artigo "Quarenta anos da Libertação", publicado em seu blog da internet, em 09 de agosto de 2011, Leonardo Boff revelou:

> A Teologia da Libertação participa da profecia de Simeão a respeito do menino (Jesus): ela será motivo de queda e de elevação, será um sinal de contradição (Lc 2,34). Efetivamente a Teologia da Libertação é uma teologia incompreendida, difamada, perseguida e condenada pelos poderes deste mundo. E com razão. Os poderes da economia e do mercado a condenam porque cometeu um crime para eles intolerável: optou por aqueles que estão fora do mercado e são zeros econômicos. Os poderes eclesiásticos a condenaram por cair numa "heresia" prática ao afirmar que o pobre pode ser construtor de uma nova sociedade e também de outro modelo de Igreja. Antes de ser pobre, ele é um oprimido ao qual a Igreja deveria sempre se associar em seu processo de libertação. Isso não é politizar a fé mas praticar uma evangelização que inclui também o político. Consequentemente, quem toma partido pelo pobre-oprimido sofre acusações e marginalizações por parte dos poderosos seja civis, seja religiosos. Por outro lado, a Teologia da Libertação representa uma benção e uma boa nova para os pobres. Sentem que não estão sós, encontraram aliados que assumiram sua causa e suas lutas. Lamentam que o Vaticano e boa parte dos bispos e padres construam no canteiro de seus opressores e se esquecem que Jesus foi um operário e pobre e que morreu em consequência de suas opções libertárias a partir de sua relação para com o Deus da vida que sempre escuta o grito dos oprimidos. De qualquer forma, numa perspectiva espiritual, é para um teólogo e uma teóloga comprometidos e perseguidos uma honra participar um pouco da paixão dos maltratados deste mundo.

Em seguida, o teólogo brasileiro fez uma avaliação do contexto no qual foi fomentada a Teologia da Libertação. Ele dizia que a Teologia da Libertação não caiu do céu nem foi inventada por algum teólogo inspirado. Na verdade, a Teologia da Libertação

> ... emergiu do bojo desse movimento maior mundial e latino-americano, por um lado político e por outro eclesial. Ela se propôs pensar as práticas eclesiais e políticas em curso à luz da Palavra da Revelação. Ela comparecia como palavra segunda, crítica e regrada, que remetia à palavra primeira que é a prática real junto e com os oprimidos. Alguns nomes seminais merecem ser aqui destacados que, por primeiro, captaram a relevância do momento histórico e souberam encontrar-lhe a fórmula adequada, Teologia da Libertação: Gustavo Gutiérrez do Peru, Juan Luiz Segundo

> do Uruguai, Hugo Asmann do Brasil e Enrique Dussel e Miguez Bonino, ambos da Argentina. Esta foi a primeira geração. Seguiram-se outras. (BOFF, 2001)

Um dos principais articuladores e divulgadores das ideias da Teologia da Libertação (notadamente no Brasil), BOFF (1980, p.70) explicitava que a teologia havia sido fundamentada após a percepção de que havia injustiças sociais e que elas necessitavam de solução:

> A situação de pobreza de imensas maiorias produziu uma comoção de amor cristão que procurava ser eficaz. Fez-se uma verdadeira experiência espiritual, ponto de partida da teologia. (...) A teologia da libertação é por conseguinte resultado e não realidade primeira. Resulta da experiência de libertação, que é bem mais rica que a teologia da libertação. Esta se estende e conserva sua validade enquanto reflete a libertação-ato e leva ao enriquecimento do processo de libertação. Caso contrário, degenera em ideologia, superpõe-se à realidade e cinde a experiência, contrapondo teoria e práxis, aliena-se.

Na Dissertação de Mestrado, posteriormente publicado na coletânea organizada por Antonio Carlos Wolker – "Direitos Humanos e Filosofia Jurídica" –, o jurista Clóvis Luiz Colpani discutia acerca dos detalhes que permitem melhor entender como transitou a Teologia da Libertação: entre uma teoria puramente teológica e uma vivência numa *práxis* social marcada não apenas por questões de desigualdade econômica, mas também por violações ao livre direito de pensar e agir do cidadão.

Para Colpani, na tentativa de manter a opção sacerdotal pelos que viviam em situação de pobreza e o engajamento amplo nas lutas políticas, pelo fim dos regimes ditatoriais e a reconquista da democracia, a teologia se sustentava dentro de alguns paramentos básicos. O jurista (2004, p.197) explicitava que:

> A teologia da libertação, enquanto teoria, busca definições que possam ajudar na compressão de como devem ser entendidos os direitos humanos na América Latina, privilegiando a realidade daqueles que não têm condições mínimas de vida, ou seja, o "pobre socioeconômico". A penetração da teologia da libertação no campo dos direitos humanos, é percebida a partir do trabalho de conscientização e efetivação dos direitos civis e políticos da população mais carente. A teologia da libertação não se circunscreve à teorização, pois através das CEBs, dos círculos bíblicos, e de outras atividades que desenvolve, debatem-se temas relacionados aos problemas que as comunidades enfrentam, procurando dar-lhes solução.

A ação doutrinária, com menos dogma religioso e mais ação pastoral, fazia com que Dom José buscasse, no Evangelho libertador, os ensinamentos que o colocassem ao lado do povo de Deus. Como um dos mais atuantes militantes da "Igreja dos Pobres", era intrínseca a relação com a qual buscava equilibrar a prática da vida com a pregação litúrgica. Uma análise

de seu discurso evidencia o que já estava latente em sua crença: a promoção da dignidade humana só seria possível com a defesa da democracia.

Dom José praticava o princípio da compaixão. No entanto, evidenciava colocar-se ao lado dos injustiçados socialmente e dos perseguidos pela ditadura militar. O ponto máximo do trabalho pastoral veio com a criação, em 1975, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, no qual teve atuação firme e permanente, até a aposentadoria em 1995.

O Arcebispo se destacou, também, por suas palavras e gestos. Em suas homilias e pronunciamentos, pregava a necessidade de uma sociedade mais justa e solidária e defendia o respeito à liberdade e o livre pensar do cidadão. O discurso da Teologia da Libertação era a ferramenta com a qual Dom José trazia à tona a violência do Estado e dos setores economicamente mais ricos. Nos anos de chumbo, esteve ao lado da Igreja Progressista – com outros segmentos da sociedade civil –, destacando-se como porta-voz da democracia e da liberdade política no Brasil. Além das denúncias da tortura, morte e desaparecimento dos presos políticos, os religiosos, como Dom José, pediam o fim do regime militar e assumiam um decisivo papel na oposição à ditadura.

Como resultado da militância, o Arcebispo passou a ser uma voz (re)conhecida; ouvida no Brasil (e até no exterior), pelos que defendiam os direitos humanos. Em inúmeras oportunidades, mesmo depois da redemocratização do Brasil (pós-1985), ele esteve ao lado dos setores não conservadores da Igreja Católica, empreendendo uma caminhada que parecia sem trégua e da qual não aparentava ter medo de represálias.

Um dos momentos mais tensos da vida do religioso está registrado na edição de 30 de dezembro de 1988, da "Folha de São Paulo". A notícia foi repercutida na Paraíba, no dia seguinte, pelo jornal "O Norte". Naquele final de ano, apesar do Brasil já se encontrar sob um regime democrático, havia sido divulgado uma lista elaborada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT de Goiânia) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra trazendo o nome de 350 pessoas que estavam marcadas para morrer.

Ao jornal paraibano "O Norte", na edição de 31 de dezembro de 1988, Dom José Maria Pires revelou: "Não dou a mínima importância. Não temo nada." O recorte do jornal foi preservado e pode ser pesquisado no Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

Na lista dos 350 nomes estavam padres, bispos, pastores, sindicalistas e lavradores que apoiavam a reforma agrária e, por esse "crime", se encontravam na mira dos latifundiários. Entre os paraibanos constavam da lista: Dom Luiz Gonzaga Fernandes, Arcebispo de Campina Grande; e Dom Marcelo Carvalheira, Arcebispo de Guarabira. O documento

também denunciava que se planejava a morte de Dom Aloísio Lorscheider, Cardeal de Fortaleza, que já havia sofrido três atentados.

3.2 OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

Os Bispos e Arcebispos da Igreja Progressista não se limitavam ao trabalho pastoral realizado apenas no âmbito das Igrejas: ao longo das décadas de 1960/1980, eles estimulavam os fiéis a participarem das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se encontravam enraizadas em todos os lugares: nas áreas urbanas e rurais; nas cidades grandes e nos pequenos municípios.

Os anos iniciais das CEBs não são precisos, mas, segundo pesquisas de Frei Betto, as primeiras unidades nasceram no início de 1960, em Nísia Floresta, Arquidiocese de Natal, ou Volta Redonda, no Rio de Janeiro. E, enquanto que entre 1960/1990 existiam milhares desses núcleos, nos anos seguintes, eles foram desestimulados pelos papados de João Paulo II e Bento XVI. Como consequência, muitas das Comunidades se extinguiram ou tiveram significativa redução da militância. Só recentemente, impulsionados pelo Papa Francisco, é que os princípios das Comunidades Eclesiais de Base voltaram a ser discutidos, como pauta de encontros mundiais promovidos pela Igreja Católica.

A ideia propulsora das CEBs era formatar pequenos núcleos, nos quais os religiosos, os leigos e representantes das comunidades (homens e mulheres, de todas as idades e credos) se encontravam, irmanados na mudança da sociedade à luz dos novos paradigmas da fé. Através da prática de uma "revolução" sem violência, a Igreja e seus pastores estavam presentes ao lado do povo, a proposta era buscar por soluções para os problemas da vida cotidiana: a escassez de creches e escolas, a precariedade da saúde, a falta de terra para os camponeses, a ausência das liberdades democráticas.

As CEBs tiveram papel decisivo na passagem da teoria para a prática da Teologia da Libertação. Nessa nova caminhada ao lado do povo, os agentes pastorais não teriam, como missão, substituir ou solucionar os problemas da população. A Igreja não buscava servir de "Salvador" para os menos favorecidos. Ao receber os fiéis fora dos limites geográficos da levavam a discussão do Evangelho à luz da realidade social, buscando não apenas encontrar o "caminho que levaria aos céus" após a morte. Lembrava Frei Betto (1984, p. 16) que: "a

salvação não é alguma coisa que se restrinja ao outro mundo ou a outra vida. Ela começa a se efetuar aqui, onde o Reino de Deus já se fez presente em Jesus e permanece entre os povos".

O relevante, a partir de então, foi efetivar um novo conceito eclesiástico: o de que o Paraíso do Reino de Deus deveria ser aqui mesmo na Terra, permitindo ao homem alcançar a felicidade não apenas no plano espiritual. Os agentes pastorais atuavam em conformidade com os fundamentos de que:

> A salvação não é alguma coisa que se restrinja ao outro mundo ou a outra vida. Ela começa a se efetuar aqui, onde o Reino de Deus já se fez presente em Jesus e permanece entre os povos. No tecido da história, a salvação de Deus se traduz em libertação dos homens. Não basta uma libertação pessoal e interior do homem que não transforme as estruturas eivadas do pecado em que ele vive e pelas quais se sente condicionado. Por isso esta libertação tem necessariamente um alcance político, dentro de um contexto econômico e social. (BETTO, 1984, p.14)

Na prática cotidiana, os religiosos e leigos tinham, como missão, ouvir os reclames e, junto com a própria comunidade, buscar as soluções. A partir daí, a entidade deveria tomar para si os problemas do povo, sem que isso implicasse em exercer o papel de "dono da verdade". A Igreja se viu, então, diante de uma questão crucial: De que maneira a retomada do espaço público poderia permitir o exercício plural da discussão, da ação e do pleno exercício da nova proposta de cidadania, mais eficaz e participativa?

Nas palavras de um trabalho realizado em parceria por Adna Candido de Paula e Cristine Gorski Severo, publicado na revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll), está descrito aquilo que mais se adéqua à definição do espaço público:

> Sucintamente, o espaço público é visto como o lócus de circulação dos discursos, dos gêneros discursivos, de atos de linguagem e de práticas sociais variadas, onde os sujeitos estabelecem relações dialógicas entre si e com o seu objeto discursivo. Tais relações – que se fundam em uma interação com a alteridade – são participantes, por um lado, do processo de constituição de suas identidades e, por outro, do processo de produção de sentidos e de interpretações, produzindo efeitos sobre a ação dos sujeitos no mundo. (Sem ano de publicação, p. 51)

As questões envolvendo espaço público e cidadania permeiam o trabalho de Hannah Arendt (1906-1975), explicitadas num dos capítulos de "A Condição Humana". No livro, lançado em 1958, a filósofa judia de origem alemã, que se tornou cidadã americana, volta-se à *vita ativa* e às três atividades fundamentais do homem: labor, trabalho e ação. A autora analisa que, inserido no mundo moderno, o ser humano pode vivenciar a experiência do respeito à dignidade e conquistar a cidadania plena. Para tanto, é necessário que o homem se torne sujeito da ação política e que participe ativamente do viver dentro do espaço público, no

sentido de ouvir e ser ouvido, resultando em decisões que sejam do usufruto da coletividade, mas que sejam resultantes da discussão e da decisão da maioria.

No início do texto, Arendt critica o passado, onde o homem se deixava levar pela fatalidade e na crença absoluta em Deus, tomando como verdade a ideia de que a vida terrena não poderia ser mudada, senão pela vontade divina. À filósofa cabia a defesa da tese de que:

> O único fato que podemos estar seguros é a coincidência da inversão de posições entre a vida e o mundo veio a ser o ponto de partida para todo o desenvolvimento moderno. Foi só quando perdeu o seu ponto de referência na *vita contemplativa* que a *vita activa* pôde tornar-se a vida ativa no sentido mais amplo do termo; e foi somente porque esta vida ativa se manteve ligada à vida como um único ponto de referência que a vida em si, o laborioso metabolismo do homem com a natureza, pôde tornar-se ativa e exibir toda a sua fertilidade. (ARENDT, 1985, p.333)

Em seguida, a autora (1985, p. 333) explicava: "Todas as calamidades da ação resultam na condição humana da pluralidade, que é a condição *sine qua non* daquele espaço de aparência que é a esfera pública. Consequentemente, a tentativa de eliminar essa pluralidade equivale sempre à supressão da própria esfera pública".

Qual seria, então, a alternativa social que defenderia a democracia, em convergência com o exercício pleno da cidadania? Para Arendt, a solução estaria no retorno à política, enquanto *práxis* social, tendo como base a experiência das antigas *polis*, nas quais, reunidos como cidadãos, os gregos não delegavam a um pequeno grupo de escolhidos o papel de decidir pela maioria.

Uma revisão mais recente do tema, já neste início de século XXI, permeia a análise de Maurizio Passerin d´Entrevés. Em "Hannah Arendt y La Idea de ciudania", ele (2012, p. 132) concordava com as teses da filósofa judia e destacava que: "Para Arendt, la participacion política era importante porque permitia el estabelecimiento de relaciones de cordialidad y solidaridad entre los ciudadanos".

No Brasil de 1984, que ainda era governado pelos militares, o teólogo Frei Betto corroborava com a afirmação de que a efetivação da cidadania ia ao encontro da caminhada da Igreja do Povo: a ação era individual, mas, no entanto, o resultado era coletivo. Ao elencar a participação de cada sujeito, como fundamental na construção da história do grupo no qual estava inserido, ele (1984, p.31) dizia:

> Como forma de organização daqueles que, por sua pobreza e opressão, revelam o verdadeiro caráter da *polis*, as comunidades permitem à Igreja retomar sua índole evangélica: ser fermento na massa, luz no mundo, sal na comida. Espaço de expressão da palavra do oprimido, nas comunidades emerge a consciência crítica do povo, a crítica à ordem social injusta.

Incentivador das Comunidades Eclesiais de Base, como sementes que floresceram e impulsionaram a participação popular no Brasil, durante o regime de exceção, Dom José Maria Pires (2012, p. 293) afirmava:

> As comunidades são diferentes umas das outras. Cada uma reflete no seu rosto sinais próprios do ambiente em que nasceu e se desenvolveu. Mas existem três pontos que se encontram em todas elas e as fazem merecer a denominação de Comunidades Eclesiais de Base: a realidade, a Palavra de Deus e a Celebração. Todas se debruçam sobre a realidade. Todas procuram iluminar essa realidade com a Palavra de Deus. Todas celebram a presença de Deus na vida, nos acontecimentos, no mundo.

O teólogo Clodovis Boff, também destacado defensor e propagador da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base, acreditava que, para que haja uma visão libertadora da massa popular, era necessário haver a consciência de que "o agente, pessoa ou comunidade, que se envolve com a massa aposte nisso: que o povo é e deve tornar-se dono de seu destino". (1995, p.11). No trabalho do autor (1995, p.11-12) foram destacados quatro pontos fundamentais que, somados, efetivam a prática libertadora:

> - que o povo nunca é pura "massa manipulável", que tem sim cabeça (consciência, liberdade) e coração (sonhos, projetos, vontade);
> - que pode crescer em sua consciência, liberdade e participação, tornando-se mais sujeito, mais agente, mais liberto e mais libertador;
> - que a grande utopia social é a do "Povo soberano"; ela está no trás da ideia de "democracia", que declara o Povo fonte primeira e sujeito fundamental de todo o poder político;
> - que, por sua vez, a grande utopia eclesial é a ideia do "Povo de Deus" como um povo que é todo profético, sacerdotal e régio; que é todo ministerial, missionário e chamado à santidade.

4 NA MIRA DO LATIFÚNDIO: ameaças de morte e intimidações

Quando Dom José chegou à Paraíba em 1966, o movimento social se encontrava enfraquecido e sem lideranças expressivas. As Ligas Camponesas tinham perdido, em 1962, seu mais destacado presidente, João Pedro Teixeira, que havia sido assassinado a mando dos latifundiários do chamado "Grupo da Várzea", liderados pelo usineiro Agnaldo Veloso Borges. Logo após sua morte, a viúva do líder paraibano, Elizabeth Teixeira, assumiu a presidência da Liga Camponesa de Sapé.

Mas, tão logo aconteceu a queda de Jango, também foi perseguida e ameaçada pelo novo governo. Em 1º de abril de 1964, na companhia de apenas um dos 10 filhos, foi obrigada a se esconder no Recife. Posteriormente, partiu para uma pequena cidade do Rio Grande do Norte, onde viveu na clandestinidade durante quase 20 anos. Conhecida pelos moradores como a professora Marta, somente pôde resgatar sua verdadeira identidade e sua história, além de reencontrar o restante da família, após ser encontrada pela equipe do cineasta Eduardo Coutinho. A saga de Elizabeth Teixeira protagonizou a mais emblemática obra do documentarista: o longa metragem "Cabra Marcado para Morrer".

Nos anos que se seguiram ao golpe militar, quando os Atos Institucionais proibiram as reuniões sindicais, políticas e partidárias, o movimento social parecia silenciado. No entanto, apesar das restrições, havia uma centelha que nunca chegou a ser totalmente apagada. Entre o final dos anos de 1970 e começo de 1980, o Governo Federal lançou o Proálcool e, em várias regiões da Paraíba, pipocaram reações de agricultores frente à expansão das usinas de cana de açúcar e à ação repressiva dos proprietários.

Em resposta à ação camponesa, os donos das terras queimavam as lavouras – inclusive as que eram destinadas à subsistência – e as casas dos posseiros. Também batiam e ameaçam de morte as novas lideranças e seus familiares. Durante todo o tempo em que aconteceram os conflitos, integrada à Teologia da Libertação, a ação de Dom José se fez na direção do caminho dos pobres. Não adepto da violência enquanto resposta, ele e a equipe do CDDH procuram intervir pacificamente, no sentido de resolver os problemas da posse da terra. Usavam, principalmente, do argumento de que fosse aplicado o Estatuto da Terra, que o próprio regime militar havia lançado, em 31 de novembro de 1964, contemplando os seguintes conceitos: reforma agrária, módulo rural, minifúndio e latifúndio.

Acompanhado dos assessores, ou mesmo sozinho, Dom José costumava reunir suas ovelhas: visitava as fazendas, realizava missas e participava de atos públicos. O Arcebispo também procurava agendar audiências com o Poder Judiciário e com o então governador da Paraíba, Tarcísio Buriti. Nas páginas dos jornais da época – "O Norte", "Correio da Paraíba" e até no oficial matutino, "A União", estão registrados inúmeros relatos do trabalho cotidiano do religioso e sua equipe.

Para este trabalho, em particular, o Arquivo Eclesiástico da Paraíba serviu de fonte para que fossem consultadas as matérias jornalísticas que evidenciaram um atrito que durou 10 anos, entre 1978/1988, tendo como protagonistas o Secretário da Agricultura e assessor dos latifundiários, Carlos Pessoa, o Arcebispo Dom José Maria Pires e o advogado Vanderley Caixe. O ápice do embate, e que alcançou repercussão nacional, foi a denúncia feita pelo Arcebispo, Dom José Maria Pires, de que havia uma trama para matar Vanderley Caixe e um outro padre, ambos ligados ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba.

O "Jornal do Brasil", da edição de 25 de julho de 1978, abriu espaço para uma matéria que narrava os fatos. Dizia o jornal carioca: "A denúncia foi feita dias depois de terminado, sob grande sigilo, o 3º Encontro de Comunidades de Base, no Centro de Treinamento do Miramar". No mesmo dia, o "Correio da Paraíba", com circulação em todo o Estado, trouxe uma matéria em que Dom José justificava a apreensão que a informação lhe causara, dizendo:

> Não queremos ser alarmistas nem incutir temores infundados. É impossível, porém, recusar crédito à informação, partindo ela de onde partiu. Quando crimes tão frequentes, premeditados e envoltos em mistério para a própria polícia, tem ocorrido entre nós, não é de surpreender que estejam maquinando mais esses que denunciamos. (Arquivo Eclesiástico da Paraíba, 1978)

Em seguida, o jornal republicava uma nota que o Arcebispo havia lançado no dia anterior, 25 de julho de 1978, na qual ele recorria às passagens contidas nos Evangelhos de Lucas e de João. O religioso revelava seus propósitos afirmando que:

> "Queremos sobretudo assegurar uma vez mais nossa fidelidade ao compromisso com os oprimidos a cujo serviço se consagraram os agentes de pastoral e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Às ameaças e às possíveis emboscadas responderemos com as palavras de Cristo: "Não tenhas medo daqueles que matam o corpo, e depois não podem fazer nada". (Lc. 12,4). "O mundo vai fazer vocês sofrerem, mas tenham coragem. Eu venci o mundo (Jo. 16,33)". (Arquivo Eclesiástico da Paraíba, 1978)

Na verdade, o embate entre as forças religiosas e dos latifundiários havia começado a ser divulgado, nos jornais paraibanos, desde o início do mês de abril, quando uma primeira

notícia circulou na edição de "O Norte". A manchete do dia 02 de abril de 1978 trazia como título a seguinte manchete: "Faepa acusa arquidiocese de violar direitos humanos". A ênfase do texto jornalístico estava na denúncia do secretário estadual e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Paraíba, Carlos Pessoa, que fazia críticas acirradas à Igreja e citava casos que deveriam ser analisados pela sociedade: entre eles, a de que a instituição religiosa não respeitava os direitos humanos e que era proprietária de bens e imóveis.

A matéria foi repercutida na mesma edição. Na página 3, a reportagem ouviu o deputado João Bosco, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), defendendo a Arquidiocese da Paraíba e declarando serem falsas as acusações de Carlos Pessoa contra o Arcebispo Dom José.

A denúncia da possível trama de morte foi, porém, o assunto que mais ocupou as manchetes dos principais jornais diários e do semanário "O Momento". Na edição que circulou entre os dias 30 de julho e 05 de agosto de 1978, o jornal dirigido por Jório Machado divulgou, na íntegra, o teor de duas notas de solidariedade ao Arcebispo, a Vanderley Caixe e ao CDDH da Arquidiocese da Paraíba: a primeira delas, "Nota dos Estudantes do DCE", havia sido lançada no dia 27 de julho; enquanto a segunda, "Nota do Setor Jovem do MDB (da Paraíba e Municipal de Campina Grande), era datada de 28 de julho.

Já no dia 30 de julho, foi a vez de "O Norte" trazer a reprodução de uma nota, assinada no dia anterior, pelo secretário Carlos Pessoa, na qual ele dizia: "Devemos, sim, estar prevenidos contra a ação do terrorismo e alertas às autoridades contra aquela ameaça, bem como de olhos vivos contra explorações do tipo que estão engendrando com sensacionalismo pela imprensa".

Sob diferentes e antagônicas visões, o assunto foi exaustivamente repercutido nos meses e anos seguintes. A denúncia do possível assassinato chegou ao Congresso Nacional, através do então deputado Humberto Lucena. Do outro lado da trincheira, Carlos Pessoa denunciou o Arcebispo como "conivente", durante audiência que manteve com o presidente da República, o General João Baptista de Figueiredo.

Em termos locais, o assunto atingiu o ápice do confronto em 31 de agosto de 1979, quando "O Norte" trouxe uma entrevista com o governador Tarcísio Buriti, na qual ele revelava que a posição do secretário Carlos Pessoa, em relação ao Arcebispo Dom José Maria Pires, era uma posição pessoal, com a qual o Governo não concordava de jeito algum. Ele completava sua avaliação do fato dizendo ainda que:

> Se ele não lutar pelos pobres, se a Igreja não lutar pelos necessitados, quem era de lutar? Desejamos ser fiéis ao Cristianismo e ao compromisso do Cristianismo é com os pobres e necessitados, que constituem a maioria de nossa população (Arquivo Eclesiástico da Paraíba, 1979).

A "paz" entre o Estado e a Igreja era, porém, apenas momentânea. Uma reportagem que circulou em "O Momento", entre os dias 04 a 10 de janeiro de 1981, trazia o resultado de uma tentativa de audiência feita por Dom José (representando o CDDH da Arquidiocese), entidades de trabalhadores rurais, além do advogado Vanderley Caixe, que na época já havia fundado o Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Assessoria e Educação Popular (CDDH – AEP). Na ocasião, através do porta-voz Carlos Alberto de Oliveira, o governador Buriti havia mandado o seguinte recado: "Diga a eles que posso receber todos, com exceção do advogado Caixe, pois não recebo terroristas".

À decisão do Chefe do Executivo estadual, o Arcebispo Dom José Maria Pires respondeu com duas ações. Ambas pacíficas, mas que revelavam, mais uma vez, a firmeza do caráter do Arcebispo. Primeiro, o religioso convenceu os demais membros da comitiva a não serem recebidos pelo governador, e, em seguida, fez uma declaração aos jornais, tomando como base o discurso dos direitos humanos e do necessário respeito à dignidade humana.

Em sua afirmação, reproduzida pelo semanário "O Momento", o Arcebispo da Paraíba explicou que:

> Não se trata de solidariedade a Caixe pessoalmente, mas a um advogado que estava ali exercendo a sua função e, por ter sido levado a uma situação vexatória, mereceu o meu apoio, pois foi desrespeitado em sua dignidade humana. Meu compromisso, portanto, não é com Caixe, mas com a pessoa humana (Arquivo Eclesiástico da Paraíba, 1981).

No dia 07 de agosto de 1981, foi a vez de "O Norte" divulgar uma nova ameaça de morte. Dessa vez, a vítima seria o próprio Arcebispo da Paraíba, que havia sido procurado por pistoleiros de Camucim. A notícia do jornal informava que o governador Clóvis Bezerra havia sido notificado do assunto, após conceder audiência a Dom José Maria Pires. A última notícia de que havia um plano para assassinar o Pastor católico foi divulgada pelo mesmo jornal "O Norte", na edição de 31 de dezembro de 1988.

A coleção de recortes de jornais, referentes a esse período, é composta por 54 unidades e foi reunida pelo Fundo Chancelaria, da Série CDDH, do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. No material arquivado pela Igreja estão reunidos registros de quatro matutinos paraibanos – "Correio da Paraíba", "O Norte" e "A União", cuja sede ficava em João Pessoa, além do "Diário da Borborema" (de Campina Grande). Também figurava na clipagem o semanário

estadual “O Momento” e duas publicações nacionais: o “Jornal do Brasil” e o “Estado de Minas”.

O período de cobertura dos jornais cobre uma década, iniciando-se em 02 de abril de 1978 e terminando em 31 de dezembro de 1988. Para efeito de mensurar a cobertura jornalística, evidenciando qual o veículo que mais deu ênfase à cobertura do caso, foi criada a tabela abaixo:

TABELA 2: Tensão no campo/ Caso: Dom José, Caixe e Carlos Pessoa
Período: 02/04/1978 a 31/12/1988

Veículo de Comunicação/Jornal	Número de Notícias
O Norte	32
O Momento	07
Correio da Paraíba	06
Diário da Borborema	05
A União	02
Jornal do Brasil	01
Estado de Minas	01

Fonte: CDDH, 1978/1988. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

4.1 UMA CANTATA PARA “OUVIR” ALAGAMAR

Em 1997, uma publicação foi coordenada pela professora e pesquisadora da UFPB Emília Moreira, mapeando todas as áreas de conflito agrário ocorridos, no Estado da Paraíba, entre as décadas de 1970/1980. A pesquisa resultou nos dois volumes de “Por um Pedaço de Chão”. Os livros mostram que os conflitos mais intensos aconteceram na região de Alagamar, um latifúndio com várias fazendas, entre elas, Alagamar e Piacas, localizado entre os municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix; e a Fazenda Camucim, em Pitimbu.

Era o ano de 1977 e, segundo Moreira (1997, p.794-795), as Fazendas Reunidas Alagamar (Grande Alagamar) compreendiam um latifúndio de 13.000,0 hectares, contendo mais de uma dezena de propriedades reunidas com o nome de Grande Alagamar: Fazendas Salomão, Várzea Grande, Urna, Mumbuca, Saco, Serra de São José, Sapucaia, Cavalo Morto, Furna dos Caboclos, Tejú, Piacas, Maria do Melo e Riacho dos Currais.

A Grande Alagamar era ocupada por 700 famílias de arrendatários, o que correspondia a cerca de 4 (quatro) mil agricultores e seus familiares. Moreira (1997, p.795) lembrava: "A grande maioria dos arrendatários nasceu e se criou na área. Os mais novos estavam ali, no mínimo, com 10 anos de permanência".

O conflito teve início quando o antigo dono morreu e a propriedade foi vendida a terceiros, que iniciaram um processo de expulsão dos camponeses, com o objetivo de pôr em prática a monocultura da cana-de-açúcar. O embate somente foi encerrado após a realização de algumas ações de desapropriação, por parte do governo federal. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba esteve presente, desde o primeiro momento, à organização e luta dos agricultores de Alagamar. Durante o processo de retomada da posse da terra, eles receberam orientação jurídica do advogado Vanderley Caixe, no sentido de efetivaram ações de mobilização e resistência à expulsão.

Cantalice revelava que os agricultores de Alagamar se utilizaram das seguintes estratégias:

> Reagiram à invasão de seus roçados e lavouras pelo gado, numa vigilância contínua, por meio de rodísio e rebatendo os animais, em conjunto. (...) Ao plantio da cana na área mais de suas posses, os arrendatários reagiram, com a solicitação de um interdito proibitório, concedido, e depois sustado a partir da interferência extra-jurídica, sem que lhes fosse dado conhecimento disto, e com a atitude, a partir da suposição do interdito concedido, de 350 arrendatários reunidos que arrancaram 7 dos hectares de cana plantados (CANTALICE, 1980, p.40-41 *apud* MOREIRA, 1997, p. 805).

Outra forma de resistência dos agricultores da Grande Alagamar foi a instalação de acampamentos em praça pública. Durante a visita do presidente Ernesto Geisel à Paraíba, em 1978, eles acamparam na Praça João Pessoa, localizada em frente à sede do Palácio da Redenção. Em várias ocasiões, tentaram uma audiência com o governador Buriti, mas não foram recebidos.

Entre as Cartas Pastorais, tem destaque aquela que foi publicada em 12 de fevereiro de 1978, como fruto de uma parceria do Bispo Auxiliar, Dom Marcelo Carvalheira, com o Arcebispo Dom José Maria Pires. No Primeiro Domingo de Quaresma de 1978, eles lançaram a "Carta Pastoral sobre o compromisso da Igreja com os fracos e os oprimidos". O documento original, que pode ser consultado no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, era datilografado e tinha a capa desenhada com escrita manual. Não continha data de publicação e apresentava-se mimeografado. Possuía o formato de um boletim com 24 páginas, divididas em cinco capítulos: O que é Alagamar; Evolução da situação; Nossas perguntas; Nossas razões e Conclusões.

Num dos trechos, o documento revelava: “A Igreja da Paraíba tomou posição. Ela está ao lado dos agricultores de Alagamar. E o fez por fidelidade ao Evangelho e por amor ao povo”. A Carta Pastoral continha, ainda, a recomendação de que ela fosse lida aos fiéis do preceito ou culto dominical e na primeira reunião das Comunidades de Base e dos Grupos de Reflexão. E também deveria, seguindo a orientação de Dom José e Dom Marcelo, ser registrada no Livro de Tombo.

Um dos episódios de maior destaque, durante o conflito de Alagamar, foi realizada pelo Arcebispo Dom José Maria Pires. Em 1978, com a presença de Dom Hélder Câmara e outros bispos nordestinos, os agricultores, religiosos e leigos realizaram, segundo Moreira (1997, p.807), “uma caminhada silenciosa erguendo galhos de plantas e tangendo o gado que permanecia nos roçados dos trabalhadores”.

A história de Alagamar e a participação efetiva de Dom José Maria Pires, na resolução do caso, que envolveu as mais de 700 famílias que viviam na região de Itabaiana, estão preservados, para a posteridade, em “Cantata pra Alagamar”. A documentação acerca do poema musical pode ser pesquisada no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. São textos, recortes de jornais e revistas e, até mesmo, um exemplar do ingresso do primeiro concerto. O único “porém” é a ausência do disco que foi gravado em Recife, em 1979, pela Gravadora Marcos Pereira. Na contracapa do LP homônimo, “Cantata para Alagamar”, Dom Helder Câmara escrevia que:

> A reverência à força do povo, aliada à mensagem de amor e de esperança, em síntese, justifica por que a Cantata Pra Alagamar merece ser ouvida por todas as pessoas de boa vontade, que amam a verdade e o belo e sonham com um mundo mais respirável, mas justo e mais humano.

“Cantata pra Alagamar” foi escrita a partir de um pedido do próprio Arcebispo, como resultado de uma parceria entre o religioso e o escritor paulista Waldemar José Solha (texto) e o maestro argentino e judeu José Alberto Kaplan (música). Era a reunião de homens que professavam diferentes religiões ou, até mesmo, que não tinham nenhuma fé, a exemplo do escritor Solha, que havia lançado, um pouco antes, o livro “A Verdadeira História de Jesus”.

A estreia de “Cantata pra Alagamar” aconteceu em 17 de junho de 1979, na Capela da Obra Terceira de São Francisco, no Centro da capital paraibana. Diante de um público de mais de 400 ouvintes – entre eles, Dom Hélder Câmara e Dom Ivo Lorscheider –, o Arcebispo paraibano leu um texto no qual, inicialmente, lembrou como o poema musical havia surgido, a partir do encontro de três forças aparentemente contrárias. Num texto impregnado de reminiscências, Dom José falava sobre o maestro Kaplan e dizia:

> Que gesto poderia eu fazer para ir ao encontro desse judeu sincero e angustiado? Nenhum outro a não ser que o Senhor Jesus, judeu também, fez para Simão Pedro que acabara de protestar-lhe seu irrestrito amor: "Apascenta minhas ovelhas". Era como se um judeu do século primeiro, Jesus de Nazaré, dissesse por meu intermédio, a um judeu do século XX, J. A. Kaplan: "Coloca teu talento a serviço da caminhada do Povo de Deus. Tu pertences, pelas tuas origens, a esse povo que outrora caminhou da escuridão do Egito para a liberdade da Terra Prometida. (Arquivo Eclesiástico da Paraíba, 1979)

Já com relação ao autor do texto, Waldemar José Solha, o Arcebispo lembrava que:

> Faz tempo Solha havia me mostrado um extenso trabalho literário que tinha como argumento: "Jesus Cristo nunca existiu". Sugeri-lhe que não agastasse seu talento em uma obra literária inglória e fadada ao insucesso. Melhor seria que ele colocasse seu gênio a serviço do povo, escrevendo literatura de cordel a partir daquilo que o povo vive e daquilo que o povo acredita. Meu "conselho" não encontrou muita ressonância no íntimo desse poeta e literato que é ao mesmo tempo, funcionário do Banco do Brasil. A história simples de Alagamar e de outros sítios onde os agricultores despertam, se organizam e lutam pela posse da terra foi a centelha que acendeu o fogo e fez do ateu um aliado de Cristo na causa pela libertação. Em pouquíssimo tempo, Solha leu tudo sobre o que encontrou sobre Alagamar, Mucatú, Coqueirinho, Cachorrinho, Retirada, Lameira e outros lugares onde se desenvolve um esforço consciente dos agricultores. E escreveu um texto excelente em que a poesia não desfigura a realidade e a realidade é revestida da graça, da beleza, da força e da contundência da poesia. (Arquivo Eclesiástico da Paraíba, 1979).

No trecho final do documento que leu para a plateia de "Cantata de Alagamar", o religioso foi enfático ao dizer que:

> Kaplan e Solha não tiveram outro desejo senão o de compor uma peça *para o povo* (*grifo do autor*),tomando como argumento os fatos da vida religiosa do povo com sua originalidade, sua religiosidade e seu conteúdo transformador. Por isso eu classifico o **Cantata para Alagamar** (*destaque do autor)* como um espetáculo artístico-religioso altamente artístico e profundamente religioso. Estarei certo? Que o digam os ilustres assistentes depois de o terem visto. (Arquivo Eclesiástico da Paraíba, 1979).

A obra é baseada em rimos e gêneros populares e tem versos que incorporam o martelo agalopado e a gemedeira. Além de instrumentos, possui narradores e um coro com 40 vozes. Os versos iniciais lembram como o Proálcool mudou as relações no campo brasileiro, provocando conflitos entre posseiros e donos de terra, após a instalação de grandes usinas nas fazendas e a substituição da cultura de subsistência pelo cultivo da cana-de-açúcar e dos grandes pastos. Um primeiro narrador diz assim:

> Começa com o Pró-Terra
> Financiando o gado e a cana
> As terras se valorizam
> A negociata se dana.
> Lavouras são destruídas
> Famílias pobres varridas
> A ambição fica insana.

O ano é setenta e quatro,
Com dez anos de Revolução,
Os países do petróleo,
Tomaram resolução,
De cobrar de todo mundo
Um gemido mais profundo,
Em troca de produção.

O governo brasileiro
Sentindo esse contratempo,
Reuniu seu ministério,
E resolveu nesse momento,
Substituir gasolina,
Pelo produto da usina,
Que demonstrou seu talento.

Foi então que o Proálcool,
Botou dinheiro em ação
Pra cana suficiente
Partiu para promoção
De investimentos maiores
Pras terras que eram melhores
A incentivar a plantação.

Seguindo a narrativa histórica dos conflitos agrários na Paraíba, o episódio da Fazenda Mucatú mereceu destaque na "Cantata pra Alagamar". Os versos revelavam como a Igreja e, em particular, o Arcebispo Dom Maria Pires havia conduzido os posseiros. Eles diziam que:

Na Capela houve alvoroço,
Houve reza, houve missa,
Frei Hermano em seu serão,
Clamou contra a injustiça:

Eles vão querer mais lucro
Mas montaram burro chucro
Vão se danar na justiça
Vão lá pra Federação
Exijam as providências
E enquanto não atendidos
Não percam a paciência.
O Arcebispo Dom José
Nos ensinou como é
A luta da não violência
Primeiro é nunca matar
Segundo jamais ferir
Terceiro estar sempre atento
Quarto sempre se unir
Quinto desobediência
Das ordens de sua excelência
Que podem nos destruir.

No total, "Cantata pra Alagamar" possui 23 partes: Introdução; O Estatuto da Terra, Canção da não Violência I; Recitativo I, Canção do Rio que Alaga o Mar; Recitativo II;

Nosso Irmão da Segurança I, Recitativo III; Recitativo IV; Canaviais feito Exércitos fardados; Nosso Irmão de Segurança II; Querem que a gente guerreie; Canção da não Violência II; Minha Gente I; Minha Gente II; Vamos arrochar as mãos; A Usina; O Sindicato I; O Sindicato II; O Sindicato III; Hino de Alagamar I; Canto Final; Hino de Alagamar II.

As raízes do apoio aos agricultores de Alagamar estão guardadas, ainda, nas lembranças dos que viveram aqueles tempos. E também num artigo que foi escrito pelo Arcebispo Dom José Maria e publicado em Recife, em 2006, intitulado de "A Igreja em favor dos pequenos: memórias de Alagamar". No texto, Dom José (2006, s/p) comentava:

> Já em uma de suas assembleias a Igreja da Paraíba havia aprovado a seguinte diretriz: "Solidarizar-se com o povo na luta em defesa de seus direitos e denunciar tudo aquilo que desrespeita os Direitos Humanos e a justiça". E, em consequência formulara este compromisso: "Nós nos comprometemos a viver melhor o mistério da Encarnação: tentando ser pobres e estar com os pobres e, assim, irmos nos afastando do centro e irmos nos aproximando das margens. Sem excluir ninguém, mas conscientes de que os pobres são os destinatários do Evangelho, queremos deixar clara nossa convicção de que nos pequenos é revelado o conhecimento da salvação e, na medida em que se conscientizam, tornam-se a força libertadora do mundo.

4.2 EM SALGADO DE SÃO FÉLIX, A PRIMEIRA QUEIXA-CRIME CONTRA UM LATIFUNDIÁRIO

No dia 18 de setembro de 1980, o Juiz de Direito da Comarca de Itabaiana, Reginaldo Oliveira, recebeu uma queixa crime contra o proprietário da Fazenda Riacho dos Currais, pertencente à Fazenda Alagamar, Nilton Luís Gonçalves, e o administrador José Avelino. Os querelentes do processo eram o vigário José Diácono de Macedo, de Salgado de São Félix, e a freira holandesa Antonia Maria Van Ham (Irmã Tony), que atuavam no Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba e defendiam à retomada da posse da terra por parte dos agricultores de Alagamar. Era a primeira vez que um dono de terra era processado na Paraíba.

No processo, os advogados Geraldo Gomes Beltrão, José Tavares de Andrade e Marcos Cavalcanti de Albuquerque contavam que os querelentes haviam sido destratados, humilhados e quase haviam morrido, em consequência de uma série de atos ocorridos em 16 de setembro de 1980. Com base na gravidade dos fatos, requeriam que o dono e o empregado fossem autuados no que determina o inciso 2º do artigo 140, que configura Injúria Real, do

Código Penal Brasileiro, com agravante para a majoração da pena de 1/3, prevista no artigo 141, inciso II, do Diploma Punitivo.

Segundo consta dos Autos do Processo, os advogados embasavam suas afirmativas tomando como preceito o que havia determinado os Encontros de Medellín (1968) e Puebla (1979). Eles alegavam:

> Os querelentes são Vigário e agente pastoral no município de Salgado de São Félix, desta Comarca, onde há muitos anos exercem suas funções religiosas junto à comunidade, que é constituída, basicamente, de agricultores, aos quais vêm dando orientações quanto a problemas de caráter religioso e social, alcançando, necessariamente, problemas ligados à violação dos direitos humanos, que têm sido constantemente feridos pela intolerância de certos proprietários contra os que laborem em suas glebas! Assistência que encontra-se em princípio emanados nas Cartas de Medellín e Puebla. (...) Durante toda essa experiência e trabalho pertinaz, nunca, em tempo algum, os querelentes induziram os seus orientandos à prática de atos que atentassem ou ferissem a legislação nacional, apreciada sob qualquer ângulo (CDDH, 1980. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba, 1980)

Em seguida à uma série de colocações acerca do cotidiano dos religiosos junto à comunidade da Fazenda Riacho dos Currais, os advogados revelaram os vexamos aos quais haviam sido submetidos o vigário José Diácono e a agente pastoral Irmã Tony. Nas páginas 8 e 9 do processo de queixa-crime estão narrados todos os detalhes da agressão: das palavras de baixo-calão às ameaças de maus tratos e, por fim, a perseguição ao carro dos religiosos, o que provocou um acidente que quase tirou suas vidas. Os advogados revelavam que:

> (...)Dedo em riste, esfregaram-no nariz do primeiro querelente, empurraram-no. Puxaram-lhe as mangas da camisa. Renovaram, ambos os querelentes, os doestos: "Padre safado, covarde, olhe para a cara do patrão, tome dedo na venta, cretino, e não volte mais a fazenda "Riacho dos Currais, senão dou-lhe de chibata de couro cru na presença daqueles moradores safados e xeleleus de padre nojento (p.8). Irmã Toni levou um empurrão e lhes disseram: "Rasgo-lhe essa roupa nojenta. Se feche, freira vagabunda. Mulher comigo também apanha como se fosse macho. Lampreia safada (CDDH, 1980, In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba, 1980).

Diante dos agressores, os advogados revelaram que os querelentes responderem com a seguinte frase: "Os senhores receberão o troco da Justiça, sobretudo da que vem dos céus". (CDDH, 1980. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba, 1980).

Os conflitos na Fazenda Riacho dos Currais, localizada no município de Salgado de São Félix, tiveram início em 1980 e somente foram solucionados em 1986, quando foram transferidos 200,0 hectares de terra para as 51 famílias de agricultores. Conforme levantamento realizado por Moreira, até 1979, a Fazenda pertencia à grande área de Alagamar

e era classificada pelo Incra como um latifúndio, com um total de 550,0 hectares, que pertenciam ao espólio de Arnaldo de Araújo Maroja.

A situação se agravou quando o novo proprietário, Nilton Luiz, passou a usar as terras para a pecuária e a pastagem de animais. Inicialmente, ele tomou para si 70,0 hectares que eram usados pelos agricultores para plantar mandioca, feijão, batata doce e milho. Em seguida, passou uma cerca com arame farpado e impediu o acesso dos posseiros ao rio. Por fim, o dono da terra passou e apoiar, através do seu emprego, José Avelino, os maus tratos e as agressões aos posseiros e religiosos que trabalhavam na região.

Os fatos de 1980 motivaram a primeira queixa-crime registrada pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, cujo documento foi citado nos parágrafos iniciais deste texto. E, também, incentivaram a redação de uma carta, supostamente escrita por um agricultor, que igualmente foi reproduzida logo na introdução desta Dissertação.

Nos anos seguintes, entre 1981 e 1986, a situação foi ainda mais tensa: em especial quando a Fazenda Riacho dos Currais passou a ser de propriedade de Sindulfo Santiago. Contava Moreira (1997, p. 791) que:

> O novo proprietário, além de colocar o gado nos roçados, destruindo parte do feijão que estava brotando, recusou-se a assinar o acordo proposto pelo juiz da comarca e aceito pelo proprietário anterior, no sentido de preservar a área que há muitos anos era explorada pelos arrendatários com culturas de subsistências. No período de outubro de 1982 a dezembro de 1983, o Sr. Sindulfo Santiago investiu contra o agricultor Manoel Francisco da Silva, inicialmente dando-lhe prazo de seis meses para ele deixar o imóvel, sob a acusação de ser "um agitador subversivo e pertubador da ordem". Enquanto o conflito se agravava, a Fetag, o STRs do município, a Contag e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba solicitaram ao Incra, em caráter de urgência, a aquisição do imóvel.

A autora de "Por um Pedaço de Chão" revelou que, somente em 1986, o Incra realizou uma primeira vistoria na propriedade, recomendando que, como a propriedade não exercia função social, deveria se proceder a desapropriação. No entanto, segundo Moreira, a recomendação do Incra não foi aceita e o impasse pela posse da terra continuou até 1990, quando um novo proprietário, David Costa, firmou um acordo com os agricultores, doando 200,0 hectares de terra para as famílias que ali residiam.

5 DOM JOSE E VANDERLEY CAIXE: um encontro que mudou a história

A implantação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba está diretamente ligada a trajetória de dois personagens. Trajetórias essas marcadas por muitas diferenças, mas que na Paraíba se avultam as semelhanças. Dessa época, o Arcebispo trazia nítida a lembrança da atuação do assessor jurídico, dizendo: "Começamos o centro e o Vanderley, com toda a sua experiência de preso político, saía no meio da noite para ir defender trabalhadores que estavam com problemas, ele chegava nas cidades, dormia em qualquer canto e, de manhã, ele conseguia tirar o sujeito da cadeia que estava preso injustamente. (PIRES, 2013, p. 34, *apud* RIBEIRO, 2013)

O primeiro encontro entre o religioso e o militante político havia acontecido em 1971, quando o Arcebispo integrou uma comitiva liderada por Dom Helder Câmara, cujo objetivo era visitar os frades dominicanos que se encontravam no Presídio Tiradentes, em São Paulo. Durante entrevista que concedeu a Pereira, e que posteriormente foi utilizada na tese de Dissertação do autor, Dom José (2012, p.95) lembrou:

> Eu o conheci quando estava preso. Eu fui com outros bispos a convite de um dos nossos companheiros... eu fui fazer visita aos presos políticos. Por quê? Porque havia lá alguns dominicanos presos, dentre eles Frei Betto. Então foi Dom Tomás Balduíno que também era piloto, então nós fomos no avião dele. Nós fomos, quatro bispos, visitar os presos políticos. Quando nós chegamos lá, nós passamos primeiro em Presidente Prudente e pegamos o bispo que era Dom José Gonçalves e tinha sido secretário da CNBB. E disse você vai conosco por que está na sua diocese e você conhece o povo, então fomos e quando chegamos lá, Dom José Gonçalves à frente falou: aqui é visita e autorizara logo. Quando comunicaram ao Frei Betto, ao Frei Fernando e ao [Frei Ivo] ... Eram três que nós fomos lá visitá-los eles responderam: a gente não quer a visita de vocês, não. A gente só aceita visita se vocês conseguirem que outros presos políticos que nunca recebem visita possam participar também. Aí, Dom José Gonçalves, a gente não vai perder o tempo não né...a caminhada também. Aí, Dom José Gonçalves disse: a gente quer também os outros presos políticos que sejam uma reunião que todos participem. Se fosse eu não conseguiria, mas como era o bispo de lá e ele era sempre bem aceito, então autorizaram os outros presos políticos a participarem da reunião. Ficamos lá um bom tempo com eles e eles então depois sugeriram o seguinte: que cada um desse ficasse se articulando com um dos bispos. Então coube a mim, o Vanderley Caixe. Se a gente mandar uma carta vocês recebem? A gente tem um sistema aí que permite a gente iludir a vigilância e recebe a carta. Então a gente de vez em quando mandava uma carta. Um dia sou surpreendido com um telegrama dele dizendo: "eu estou em liberdade". Quer dizer, a nossa visita fez também com que apressasse o julgamento daquele pessoal. Tava todo mundo em liberdade.

Assim como os freis dominicanos, Vanderley Caixe havia sido preso e torturado pelo regime militar. Em 1969, estudante de Direito do 5º período e ainda morando em sua cidade, Ribeirão Preto, estava à frente da Frente Armada de Libertação Nacional (FALN), grupo que

empreendia ações de guerrilha urbana, como forma de contestar a ação dos militares. Em 11 de novembro de 1995, numa entrevista ao jornal "Ribeirão Tribuna", Vanderley Caixe comentou acerca dos atos que levaram os guerrilheiros a serem presos e torturados. Ao ser questionado pelo repórter, o advogado respondeu:

> Fizemos uma série de experiências, para ver como respondia a repressão. Na comemoração da morte de Che Guevara explodimos uma série de bombas. Tudo que disseram era verdade. Só não explodimos bomba nenhuma nas Lojas Americanas, foi tudo uma farsa. Nunca existiu bomba ... Eles criaram isso porque tinham medo da simpatia de soldados dentro do Batalhão da Polícia Militar. Criaram também um panfleto Apócrifo, dizendo que íamos matar um soldado por dia ... Eles queriam afastar os soldados da gente. Mesmo assim, os cabos e sargentos chegavam a jogar cigarros e barras de chocolate na prisão, na rua São Sebastião. A gente pensava numa luta muito maior. Fizemos um teste no Terceiro BP para ver a reação dos soldados. Nós botamos uma bomba embaixo da guarita lá, mas com efeitos limitados. As bombas dos cinemas foram em comemoração à morte de Che Guevara, para manter acesa a chama da coisa ... Além disso, estávamos preparando na região pontos de refúgio, onde pudéssemos nos deslocar. (Ribeirão Tribuna, 1995, p.21)

O militante político também recordou os dias de tortura. Na entrevista que concedeu ao jornal "Tribuna de Ribeirão", ele revelou que foram 30 dias de maus-tratos físicos e psicológicos, até ser levado para o Presídio Tiradentes, depois o Dops, ambos na capital paulista (onde permaneceu entre 3 a 4 dias), e, finalmente, voltou ao Presídio Tiradentes. Julgado e condenado pelo Superior Tribunal Militar (STM), Vanderley Caixe passou a cumprir uma pena de 10 anos de reclusão, no mesmo presídio dos dominicanos, em São Paulo.

Vanderley Caixe saiu da prisão, em 1974, retornando a Ribeirão Preto. Na cidade de origem, concluiu o curso de Direito e casou com a advogada Ayala Rocha, filha de Eusébio Rocha, que havia criado a Petrobrás. Depois de formado, foi trabalhar com o jurista e professor Sobral Pinto, passando a coordenar a Pastoral Penal da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Foi quando recebeu o convite do Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, para que organizasse o projeto de um Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Ao repórter do jornal de Ribeirão Preto, o advogado lembrou:

> Fiz o projeto, ele veio ao Rio e pediu que fosse à Paraíba. Foi o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Brasil que passou a dar assistência na região com Dom Helder, Dom Fragoso, aquele pessoal ali ... Eu fiquei lá 18 anos, fazendo defesa de camponeses, conflitos de terra... (1995, p. 21-22)

Em depoimento, Ayala Rocha[4], viúva de Vanderley Caixe, recordou como se deu o convite para que a família fixasse residência em João Pessoa:

> Dom José foi almoçar conosco no Rio de Janeiro, em nossa casa. Em certo momento, ele nos perguntou se poderíamos morar em João Pessoa e colocou sua proposta: 'Estou pensando em criar um Centro de Defesa dos Direitos Humanos na Arquidiocese e estou propondo que Vanderley seja o coordenador'. Explicou o que pretendia e pediu que Vanderley fizesse uma minuta e fossemos conhecer a Paraíba. Vanderley passou dias montando o esboço para criação do referido órgão. O Centro teria uma psicóloga (Prof. Tereza Campelo), a assistência religiosa (Padre Abath), coordenador e advogado (Vanderley Caixe). Ao final de 1975 chegamos a João Pessoa e ficamos hospedados, a convite de Dom José, no Centro de Treinamento Miramar. Dom José Aprovou o documento, elaborado por Vanderley. Foi combinado de que voltaríamos no início do ano.

Mais adiante, Ayala Rocha trouxe à tona a existência de um fato curioso: "Dom José foi buscar Vanderley Caixe por não ter conseguido nenhum advogado na Paraíba. No jantar na minha casa, aqui em Ribeirão Preto, ele reiterou esse fato novamente, com aquele sorriso de sempre..." A partir daí, a amizade entre Dom José Maria Pires e Vanderley Caixe nunca foi desfeita. O Arcebispo, que está morando em Minas Gerais, voltou à Paraíba, em 2013, para um evento especial: esteve em João Pessoa, em 2013, participando da missa em celebração de um mês da morte do antigo coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba.

5.1 SEMENTE QUE GERMINOU: a criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Assessoria e Educação Popular

Um militante da ação. Mas, também, das palavras. O advogado Vanderley Caixe era poeta e escrevia versos que apregoavam a liberdade, a justiça e a defesa de uma sociedade mais igualitária para todos os homens e povos. Em "Um dia... A minha Visão de Futuro", ele (2011) revelava esse sentimento, dizendo que:

> Não haverá mais mendigos ou miseráveis a esmolar pela vida,
> Não haverá desempregados, nem choros de empregos desolados,
> Não haverá fome, nem os roncos da noite da barriga vazia,
> Não haverá a mortandade gerada da infecção e da desnutrição,

[4] Com fins de subsidiar uma entrevista que seria utilizada como fonte oral, nesta Dissertação de Mestrado, Ayala Rocha conversou, por telefone, com esta pesquisadora. Em seguida, autorizou no sentido de que o teor da conversa pudesse ser publicada neste trabalho.

> Não haverá duas pontas na economia, do que chora, do que Ru
> Não haverá cercas, separando vales e serras,
> De um lado o latifúndio e, de outro, milhares sem terra,
> Não haverá cadeias para os pobres, nem os ricos culpados, da liberdade gozando,
> Nem políticos corruptos, nem polícia, nem leis, nem juízes das
> Benesses do poder usufruindo,
> E aos pobres massacrando.
> No futuro da minha utopia real nenhum país será o dono do mundo,
> Não se invadirá outras nações por injustificadas ganâncias ou outras razões.
> Não bombardearão crianças, mulheres, pessoas todas, pelas razões do "império".
> Haverá um tempo de igualdade,
> Um tempo para todos a saciedade, alegria do trabalho sem exploração.
> Para todos a instrução e a escolaridade,
> Todos, num tempo só em busca da plena felicidade.
> Será um dia, o que almejo hoje,
> Na minha visão de futuro.

Na vida prática, como cidadão, foi através da advocacia que o paulista Vanderley Caixe se tornou conhecido nacional e internacionalmente. Por suas arguições permanentes e pertinentes em defesa dos direitos do homem, se destacou, até pouco antes de morrer, em 2013, como membro da Corte Interamericana de Direitos Humanos da ONU e como advogado assistente do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

Durante os mais de 15 anos em que morou na Paraíba, Vanderley Caixe se direcionou para a defesa dos camponeses, contra o poder dos latifundiários. Inicialmente, entre os anos de 1975 e início de 1980, atuou como advogado e coordenador jurídico do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, estando à frente de casos que se tornaram emblemáticos, como Alagamar e Camucim. Nessa época, chegou, inclusive, a ser taxado de "terrorista", principalmente pelo secretário de Agricultura, Carlos Pessoa, e sofreu ameaças de morte que, embora não concretizadas, nunca chegaram a ser investigadas pela polícia.

Caixe esteve ao lado de Dom José Maria Pires até o início de 1980, reforçando o trabalho pastoral e libertador da Igreja. Mas, naquele ano, junto com a esposa Ayala Rocha, o advogado plantou uma nova semente jurídica, criando o Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Assessoria e Educação Popular (CDDH – AEP).

A entidade funcionou até 1990, ocupando uma casa de dois andares na Rua Almirante Barroso, próximo à Lagoa do Parque Solon de Lucena, no Centro de João Pessoa. Um conselho de coordenação reunia nove membros, entre pedagogos, psicólogos e advogados, além de haver a representação de 30 trabalhadores rurais e urbanos, que formavam o Conselho Popular, e vinham de diferentes regiões da Paraíba: desde João pessoa e Campina Grande até Itabaiana, Alhandra, Jurupiranga, Bayeux, Natura e São Miguel de Taipú.

Segundo um relatório de atividades, que foi lançado em 1986, a proposta era que o Centro prestasse serviços jurídicos, educacionais, de documentação e informação, além de

apoio cooperativo. O documento original do relatório pertence ao acervo da Textoarte – Editora e Comunicação. Nele estava inserido um texto, sem autoria e intitulado de: “O Quadro que atuamos”. Baseado no diagnóstico produzido pelo Departamento Feminino do CDDH/AEP, que tratava da situação agrária na Paraíba daqueles primeiros anos da década de 1980, estava escrito nesse relatório (1986, p.5) que:

> Vivem na área rural da Paraíba 1.321.290 pessoas (aproximadamente 48% da população do Estado. Segundo dados apresentados no relatório do INCRA, no Estado da Paraíba, “a distribuição de terra no Estado apresenta elevado grau de concentração: quase 90% dos estabelecimentos agrícolas tem área inferior a 10 hectares e 7,5 a 1 hectare. No entanto, os estabelecimentos superiores a 500 hectares chegam a 34, 5 % e os de área superior a 1.000 hectares somam a 22, 1% das terras.

Em seguida, o documento de 1986 do CDDH/AEP trazia a relação de alguns casos de denúncias e mobilizações que tiveram assessoria do Centro. No total, foram computadas 28 ações da entidade junto aos trabalhadores paraibanos. A primeira delas, datada de 25 de fevereiro, revelava que agricultores tinham ocupado a sede do INCRA; num gesto que se repetiu várias vezes naquele ano de 1986. No entanto, a maior parte das denúncias era resultado das agressões sofridas por agricultores, que tinham as casas incendiadas e eram ameaçados de despejo, e também por índios das aldeias potiguaras, que denunciavam s invasão de suas terras. A partir de uma análise do documento é possível referenciar os seguintes resultados.

1- O maior volume de ações jurídicas esteve centrado nas Questões Trabalhistas (dispensa de serviço, salário inferior ao mínimo e ausência de anotações dos CPTs).

2- Um número elevado – mais de 2 (duas) mil famílias – tiveram violados os direitos da posse de terra.

3- Em 1986, foram atendidos pelo CDDH/AEP quatro presos comuns, conseguindo a assessoria jurídica os seguintes resultados um detento conseguiu habeas-corpus, passando a responder o processo em liberdade por ser réu primário, um processo foi indeferido, noutro o preso foi solto e, por último, um preso teve negado o pedido de transferência para o regime semiaberto por ter quebrado o livramento condicional.

Em alguns casos, o CDDH/AEP, não revelava o total de número de famílias ou reclamantes que seriam beneficiadas. Apesar disso, e tomando como base o relatório divulgado pelo Centro, este trabalho elaborou a tabela a seguir, com o intuito de que se possa melhor visualizar os tipos de atendimentos prestados e o público beneficiando.

Tabela 3: Atividades do CDDH/AEP no ano de 1986

Casos	Número de Atendimentos
Possessorias	2.236 famílias
Questões de Trabalho	479 reclamantes
Atendimentos a Presidiários	04 presos

Fonte: Arquivo Textoarte – Editora & Comunicação

Voltando ao Arquivo Eclesiástico da Paraíba, é lá que se encontra preservada a coleção completa de "Vamos!". São 13 volumes e mais uma edição especial do periódico, que era elaborado pelo Departamento Feminino do CDDH/AEP, como instrumento educativo e de formação da consciência social, política e sexual da mulher camponesa. Circulou a partir de 1987 e até 1995.

No início, a publicação tinha entre 30 a 38 páginas, editadas a cada 4 ou 5 meses. Em sua formatação, trazia: fotos, desenhos, cantinho da poesia, entrevistas realizadas pelas próprias trabalhadoras rurais que participavam dos encontros promovidos pelo Centro (no primeiro número, a entrevistada foi Elizabeth Teixeira), saúde da mulher, informações jurídicas e sobre a luta no campo. A coordenação editorial era de Ayala A. Rocha, com arte montagem de Naudimilson Ricarte.

No nº 1, a revista continha uma mensagem, todo em caixa alta, na qual explicitava qual seria o objetivo do trabalho. O texto dizia: "VAMOS NOS CONSCIENTIZAR! VAMOS NOS ORGANIZAR! VAMOS LUTAR POR TERRA! VAMOS LUTAR POR JUSTIÇA1VAMOS LUTAR POR IGUALDADE1VAMOS LUTAR POR PAZ!

Em seguida, a revista trazia um texto assinado pela editora, no qual (ROCHA, 1987, p. 2) explicitava qual a posição que deveria caber a mulher do final do século XX. Ela dizia:

> Vamos. Surge da exigência dos representantes dos grupos de mulheres das áreas rurais, que evidenciaram a necessidade de um material mais elaborado para ser discutido nas reuniões de base. O conteúdo é o mesmo que discutimos nos Encontros de Formação – dados sobre a realidade, legislação, saúde, solidariedade política internacional, etc. O objetivo do nosso trabalho no Departamento Feminino do Centro de Defesa dos Direitos Humanos/AEP é o de preparar a mulher para assumir seu papel lado a lado com o seu companheiro na luta pela TERRA, IGUALDADE, JUSTIÇA E PAZ, sem, contudo, deixarmos de motivá-los para a luta específica que é a conquista da igualdade entre homens e mulheres. Não é justo que poucos concentrem toda riqueza enquanto que a grande maioria do povo concentre apenas miséria, como também não é justo que se discrimine ninguém, e menos ainda pelo sexo. A mulher, ao longo da história tem revelado sua inteligência, coragem e combatividade. Estamos certos de que sem a participação da mulher, os homens não transformarão a sociedade.

O advogado Vanderley Caixe também se utilizava das palavras para tratar da condição feminina. Ao assessorar as famílias da Fazenda Cachoeirinho, que enfrentavam problemas com a Destilaria da Usina Central Olho D'Água, ele presenciou uma cena que depois transformou em versos: a destruição da plantação (com jaqueiras, mangueiras, feijão de corda e bata) e da casa da camponesa Dionila. Acompanhados por 40 policiais, um oficial de justiça e embasados no mandado de um juiz, os tratoristas da fazenda destruíram as culturas de subsistência e a casa da moradora.

Nos versos iniciais de "Dionila Camponesa", Caixe (1998/1999, p.35-37) narrava o drama da trabalhadora rural de 68 anos. O poeta dizia:

> Dionila camponesa despejada,
> lavoura destruída e trecos no chão.
> Sessenta e oito anos amainando a terra,
> amainando os filhos, produzindo o nosso pão.
>
> Dionila da terra semente,
> da terra o ventre,
> do filho do chão.
> Oitocentos mil pequenos proprietários,
> quatrocentos e cinquenta mil posseiros e,
> dois milhões de pequenos arrendatários,
> juntos na expulsão.
>
> Acompanhados, os tratores chegaram com a
> polícia e a ordem do juiz.
> Não ficou casa,
> /não ficou planta no chão.
> Sua lavoura destruída
> e seus trecos debaixo do pé de pau...
>
> Mais uma favela vai ser construída de despejo,
> de desemprego. De toda a injustiça do mundo...

Após muitos anos de disputa acirrada, inclusive com repercussão internacional, concluíram-se as negociações em 1996. Segundo o levantamento organizado por Moreira (1997, 253-258), as Fazendas Cachorrinho e Coqueirinho estavam localizadas no município de Pedras de Fogo. A área de conflito abrangia o total dos imóveis (572,3 hectares), comprometendo um total de 52 arrendatários. O impasse havia começado em 1975, quando a Usina Olho D'Água comprou o imóvel e iniciou o processo de expulsão dos trabalhadores, para fins de plantar cana-de-açúcar.

Tanto o Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese (CDDH) como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Assessoria e Educação Popular (CDDH/AEP) estiveram presentes a todas as tentativas de acordos entre os camponeses e os latifundiários.

No entanto, não era apenas o apoio jurídico à causa camponesa: o Arcebispo Dom José Maria Pires e o advogado Vanderley Caixe costumavam visitar os posseiros em suas casas, participando do cotidiano dos homens, mulheres e crianças, criando laços de amizade e solidariedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em abril deste ano de 2015, o Papa Francisco visitou o Peru, a Bolívia e o Equador e defendeu o direito dos pobres e dos oprimidos de terem uma vida digna, justa e dentro dos princípios defendidos por Jesus Cristo. Antes, o Pontífice havia recebido, no Vaticano, o frei dominicano Gustavo Gutiérrez, um dos ideólogos da Teologia da Libertação. E, ainda como bispo, em 2007, durante a Conferência do Episcopado Latino-Americano (Celam), ele já havia defendido o trabalho de religiosos e leigos junto às Comunidades Eclesiais de Base. Na época, contudo, o texto "Documento de Aparecida" teve veto do então Papa Bento XVI.

Todas estas notícias levam a inquietações do tipo: Estaria a Hierarquia católica retomando os ideários da Igreja dos Pobres e da Teologia da Libertação? Há o pensamento, por parte da alta cúpula da Igreja Católica, de que é necessário se buscar, hoje, os princípios da justiça, igualdade e fraternidade, através de uma prática cotidiana e que deve ser vivenciada entre os religiosos da América Latina? Ainda parece muito cedo para se obter respostas definitivas. No entanto, é possível identificar-se uma certeza: os caminhos teológicos mais libertadores, com menos dogmas e mais vivência junto aos setores excluídos, marcaram, para sempre, a caminhada da Igreja Católica, em seus mais de dois mil anos de existência.

Hoje, os gestos e passos do Papa Francisco animam, em especial, aqueles que, a exemplo de Leonardo Boff, se preocupam em resgatar os valores do cristianismo inicial. Para eles, torna-se evidente a ideia de que é possível trazer de volta os ensinamentos do filho de Deus, que arrebatava suas ovelhas utilizando-se de um discurso amoroso e profético. Jesus lembrava: é preciso amar o próximo como a si mesmo.

Por isso, este trabalho foi concebido. Como uma tentativa de resgatar alguns dos principais momentos compartilhados por religiosos e leigos, que efetivaram a Teologia da Libertação, na Paraíba, entre os anos de 1960/1980. A ênfase principal estava na criação, em 1975, do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Brasil: desde o porquê da ação da Arquidiocese da Paraíba, para referenciar o trabalho pastoral, até à análise de como a entidade permitiu que se colocasse, em prática, a teoria da Teologia da Libertação.

Em 1983, Dom José participava da colação de grau dos alunos da Universidade Federal da Paraíba. Diante de uma multidão de estudantes, seus familiares e amigos, de professores e funcionários, o Arcebispo discursava com a eloquência que lhe era pertinente. Mais uma vez, recorria aos ensinamentos cristãos, para explicar o caminho da Igreja que era libertadora; que

via o oprimido como aquele que seria capaz de empoderar-se, tornar-se sujeito, construir e protagonizar a própria história. O Arcebispo da Paraíba falava da Teologia da Libertação; da necessidade de que homem defendesse os direitos que eram de todos os humanos. Como se anunciasse uma boa nova, o religioso (2005, p.167) proclamava:

> A grande verdade a ser proclamada é que Deus é amor e que sua glória é ver o homem feliz! E a moral ultrapassa os particularismos da perfeição individual, para situar-se no dever de respeitar a vida, de defender os direitos humanos e promover a felicidade do próximo. É a essa Teologia que se denominou Teologia da Libertação. Uma Teologia que se debruça sobre a dura realidade do homem, vítima da injustiça. Ela procura interpretar a realidade à luz da história do povo hebreu e da aliança de Deus com os oprimidos.

Na época em que se encontrou com os concluintes da UFPB, no início da década de 1980, Dom José Maria Pires estava à frente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba. O Brasil ainda não havia retornado à democracia, mas a entidade empreendia uma caminhada tenaz, divulgando a luta dos camponeses, conclamando para que se fizesse justiça e os agricultores pudessem viver, em paz, em suas terras.

Numa outra trincheira de resistência, o advogado Vanderley Caixe estava à frente da coordenação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Assessoria e Educação Popular. E caminhava na mesma direção, atendendo milhares de famílias que viviam em áreas de conflito. Eles tinham as lavouras arrancadas pelos tratores dos latifundiários e os bois levados por mandados judiciais. Muitas vezes, sequer tinham o que comer ou onde morar.

Este trabalho buscou (re)fazer o caminho que mostra a importância do pioneirismo do CDDH da Arquidiocese da Paraíba, criado na década de 1970. Era um tempo de exceção, no qual as liberdades democráticas eram abafadas por um governo militar. Em seu entorno, estavam as Comunidades Eclesiais de Base e, também, a defesa jurídica e a vivência cotidiana dos agentes pastorais junto àqueles que buscavam conquistar a terra, a justiça e a liberdade.

Ao analisarmos este trabalho, em seu resultado final, percebemos: o que mais nos empolgou, durante o processo de pesquisa, foi a possibilidade de conhecer um pouco mais da vida e das ações vivenciadas por Dom José Maria Pires e Vanderley Caixe. A partir de suas histórias pessoais, foi possível traçar o paralelo que uniu os dois homens: a profissão de fé com que defendiam (e colocavam em prática) os mesmos valores humanos.

Tudo isso, era marcado por um forte sentimento de amizade e profundo respeito mútuo, apesar de terem diferentes trajetórias de vida. O religioso Dom José havia defendido o movimento militar de 1964, mas era pacifista; enquanto Vanderley Caixe tinha participado da

luta armada e era poeta. No entanto, como ficou claro em muitas ocasiões, para eles, o que importava era estarem irmanados na defesa, intransigente, dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Agora, é esperar o julgamento, as críticas e observações. Como toda Dissertação da área de Ciências Humanas, está pesquisa está amplamente sujeita às correções e acréscimos. Na verdade, a intenção é de que sirva, tão somente, de guia e de bússola, para permitir a existência de outros trabalhos que virão...

FONTES

Arquivos

Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo Chancelaria. Coleção Recortes de Jornais.

Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo Conselho Pastoral. Dossiê Tensão Social no Campo, Série: Ações Judiciais (1976-1985).

Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo Chancelaria. Série Catálogo da Produção Intelectual de Dom José Maria Pires.

Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo Conselho Pastoral. Atas e Legislação (1977-1994).

Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo Conselho Pastoral. Avaliações (1985-1987).

Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo Conselho Pastoral. Celebrações Litúrgicas e Partituras (1976-1987).

Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo Conselho Pastoral. Subsérie Fichas/Registros de Atendimento (1976-1995).

Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo Conselho Pastoral. Subsérie Documentos Jurídicos (1976-1998)

Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo Conselho Pastoral, Subsérie Recortes de Jornais/Revistas (1976-1995).

Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo Conselho Pastoral, Subsérie Relatórios e Pautas de Reuniões (1976-1995).

Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo Conselho Pastoral. Dossiê Tensão Social no Campo, Série Ações Judiciais (1976-1985).

Arquivo Público Jordão Emereciano do Estado de Pernambuco. Fundo Dops. Recife, 1976.

Arquivo Textoarte - Editora & Comunicação

Legislação e Atos

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

_____. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei da Anistia)

_____. Lei nº 4.504, de 31 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra)

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948.

REFERÊNCIAS

ALBERTI. Verena. **Manual de História Oral.** 3.ed. Rio de Janeiro: FVG, 2005.

ALDUNATE, José (Coord.). **Direitos Humanos, Direitos dos Pobres**. São Paulo: Vozes, 1991.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

_____. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. (Prefácio). **Brasil:** Nunca Mais – Um relato para a História, São Paulo: Arquidiocese de São Paulo/Vozes, 1985.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica.** Teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil**: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Puebla. Petrópolis: Vozes, 1994.

BETTO, Frei. Fr. Fernando, Fr. Ivo. **O Canto na Fogueira** – Cartas de três dominicanos quando em cárcere político. Petrópolis: Vozes, 1977.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BÍBLIA SAGRADA – Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.

BLOCH, E. **Derecho natural y dignidade humana**. Madrid: Safekat S.L, 2011.

BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com a massa.** Petrópolis: Vozes, 1995.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo libertador**. Petrópolis: Vozes, 1971.

_____**Teologia da Libertação e do cativeiro**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **E a Igreja se fez povo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Seleção de Textos Militantes**. Petrópolis: Vozes, 1991.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAIXE, Vanderley. **19 Poemas da Prisão e um Canto da Terra**. Ribeirão Preto: Edição do autor/Rotary Club Ribeirão Preto – Campos Elíseos, Gestão: 1998/1999.

CANTALICE, Dulce. **Modernização, Concentração Fundiária e Questões pela Terra** (Fichas de Conflito). João Pessoa, Fiplan, 1985/1986.

CESAR, Waldo A. (Diretor Responsável). **O Cristianismo em Questão**. (v. 6). Rio de Janeiro: Paz e Terra/Abril, 1968.

CITTADINO, Monique. **Poder local e Ditadura Militar**. O governo João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru: EDUSC, 2006.

COMBLIN. Pe. José. "Dom José Maria Pires na Paraíba". In: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (Org.). **Dom José Maria Pires** – Uma voz fiel às mudanças sociais. Campina Grande – PB: Paulus, 2005.

COLPANI. Clóvis Lopes. Teologia da Libertação e Teoria dos Direitos Humanos. In: **Direitos Humanos e Filosofia Jurídica na América Latina**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2004.

FILHO, Félix. **Além das Ideias** - Histórias de Vida de Dom Helder Câmara. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – Cepe, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRECO, Heloisa Amélia. Memória vs. Esquecimento, Institute vs. Instituído: a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. In: SILVA, Haike (Org.). **A Luta pela Anistia**. São Paulo: Unesp/Arquivo Público/Imprensa Oficial, 2009.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.

JARDIM. Eduardo. **Hannah Arendt:** pensadora da crise e de um novo início. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão** (volumes 1 e 2). João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

MOUFFE, Chantal. **Dimensiones de democracia radical** – Pluralismo, ciudadania, comunidad. Buenos Aires: Prometeo Livros, 2012.

OLIVEIRA, Luciano. **Imagens da Democracia** – Os direitos humanos e o pensamento político da esquerda no Brasil. Recife: Pindorama, 1995.

PAIVA, Vanilda. (Org. e int.) **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

PASSOS, Mauro. (Org.) **Um Profeta em Movimento** – Dom José Maria Pires desatando nós. Belo Horizonte: O Lutador, 2011.

PIRES, Dom José Maria. **Do Centro para a Margem**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. Memória Política. **A União**, João Pessoa, n. 24, 23 mar. 2001.

_____. "É Santa a Terra em que piso". Tomada de posse – Primeiro Pronunciamento ao chegar em João Pessoa, em frente ao Palácio do Carmo, na Praça Dom Adauto, em 26.03.1966, In: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (Org.). **Dom José Maria Pires** – Uma voz fiel às mudanças sociais. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

_____. "Eu queria ser no meio de vós como João XXIII". Ao tomar posse como Arcebispo da Paraíba, na Igreja do Rosário, em 27.03.1966. In: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (Org.). **Dom José Maria Pires** – Uma voz fiel às mudanças sociais. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

_____. "Igreja e comunidade política servindo juntas à vocação pessoal e social dos homens". Primeira visita ao Poder Legislativo do Estado da Paraíba, em 29.03.1966. In: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (Org.). **Dom José Maria Pires** – Uma voz fiel às mudanças sociais. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

_____. "Justiça não pode ser fonte de opressão e de terror". Primeira visita ao Poder Judiciário do Estado da Paraíba, Tribunal de Justiça, em 30. 03.1966. In: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (Org.). **Dom José Maria Pires** – Uma voz fiel às mudanças sociais. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

_____. "Não vendo pão, vendo fermento" (1968). In: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (Org.). **Dom José Maria Pires** – Uma voz fiel às mudanças sociais. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

_____. "O futuro pertence aos pés descalços e às mãos calosas". Discurso de Paraninfo Geral dos Concluintes da UFPB, em 31.07.1979. In: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (Org.). **Dom José Maria Pires** – Uma voz fiel às mudanças sociais. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

_____. “Igreja e Universidade podem colocar-se ao lado do povo, ao lado do sistema ou em cima do muro”. Discurso de Paraninfo dos Concluintes dos Cursos dos Institutos Paraibanos de Educação – João Pessoa, em 19.12.1981. In: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (Org.). **Dom José Maria Pires** – Uma voz fiel às mudanças sociais. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

_____. “Relações Igreja/Estado no Brasil pós 1964”. Intervenção no XII Congresso Brasileiro de Comunicação Social – Recife, em 15.11.1983. In: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (Org.). **Dom José Maria Pires** – Uma voz fiel às mudanças sociais. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

_____. “Amor e Dedicação à Paraíba: Carta Pastoral” – Mensagem de Despedida. João Pessoa, em 26.11.1995. In: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (Org.). **Dom José Maria Pires** – Uma voz fiel às mudanças sociais. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

PORTELLI, Hugues. **Os Socialismos no Discurso Social Católico**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (Org.). **Dom José Maria Pires** – Uma voz fiel às mudanças sociais. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. **Dom José Maria Pires** – Uma voz fiel às mudanças sociais. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

_____. **Dom José Maria Pires** – Doutor Honoris Causa da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, 25 de setembro de 2013. João Pessoa: Imprell, 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al]. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. Tolerância, intolerância, intolerável. In: RICOEUR, Paul. **Leituras**. 1. Em torno do político. São Paulo: Loyola, 1990.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Religião e Classes populares**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória e o esquecimento –** Seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, José Damião. **História Social dos Direitos Humanos**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

Trabalhos não publicados

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro. **Portfólio de Informação e Difusão Cultural Como Estratégia Arquivística da Fundação Margarida Maria Alves** – João Pessoa: UEPB. Monografia do Curso de Bacharelado em Arquivologia, 2014, 62p.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em Nome de Deus, dos Pobres e da Libertação** – Ação Pastoral e Política em Dom José Maria Pires de 1966 a 1980. João Pessoa: UFPB. Dissertação de Mestrado em História, 2012, 179p.

VELÔSO, Ricardo Grisi. **Cartas Pastorais de Dom José Maria Pires durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985**. João Pessoa: UFPB. Monografia do Curso de Especialização em História do Nordeste Contemporâneo, 1999, 58p.

Acessos na internet

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão da Anistia**. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br.htm>. Acesso em: 10 fev.2015.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf> Acesso em: 20 fev. 2014.

BOFF, Leonardo. **Quarenta anos da Teologia da Libertação**. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/. pdf. Acesso em 20 fev. 2014

PAULA. Adna Candido de; SEVERO. Cristine Gorski. **Mikhail Bakhtin, Paul Ricoeur e Hannah Arendt:** diálogos em torno do espaço público**.** Disponível em: <http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/view/129/137> Acesso em: 18 jun. 2015.

PIRES. Dom José Maria. **A Igreja em favor dos pequenos**: Memória de ALAGAMAR Disponível em: < http://www.ligascamponesas.org.br/?p=191> Acesso em: 20 jan. 2014.

Sites

www.cnnb.org.br/

www.arquidiocesedaparaiba.org.br/

www.fundacaomargaridaalves.org.br/

http://www.ligascamponesas.org.br/

ANEXOS

IMAGENS QUE VALEM POR MIL PALAVRAS...



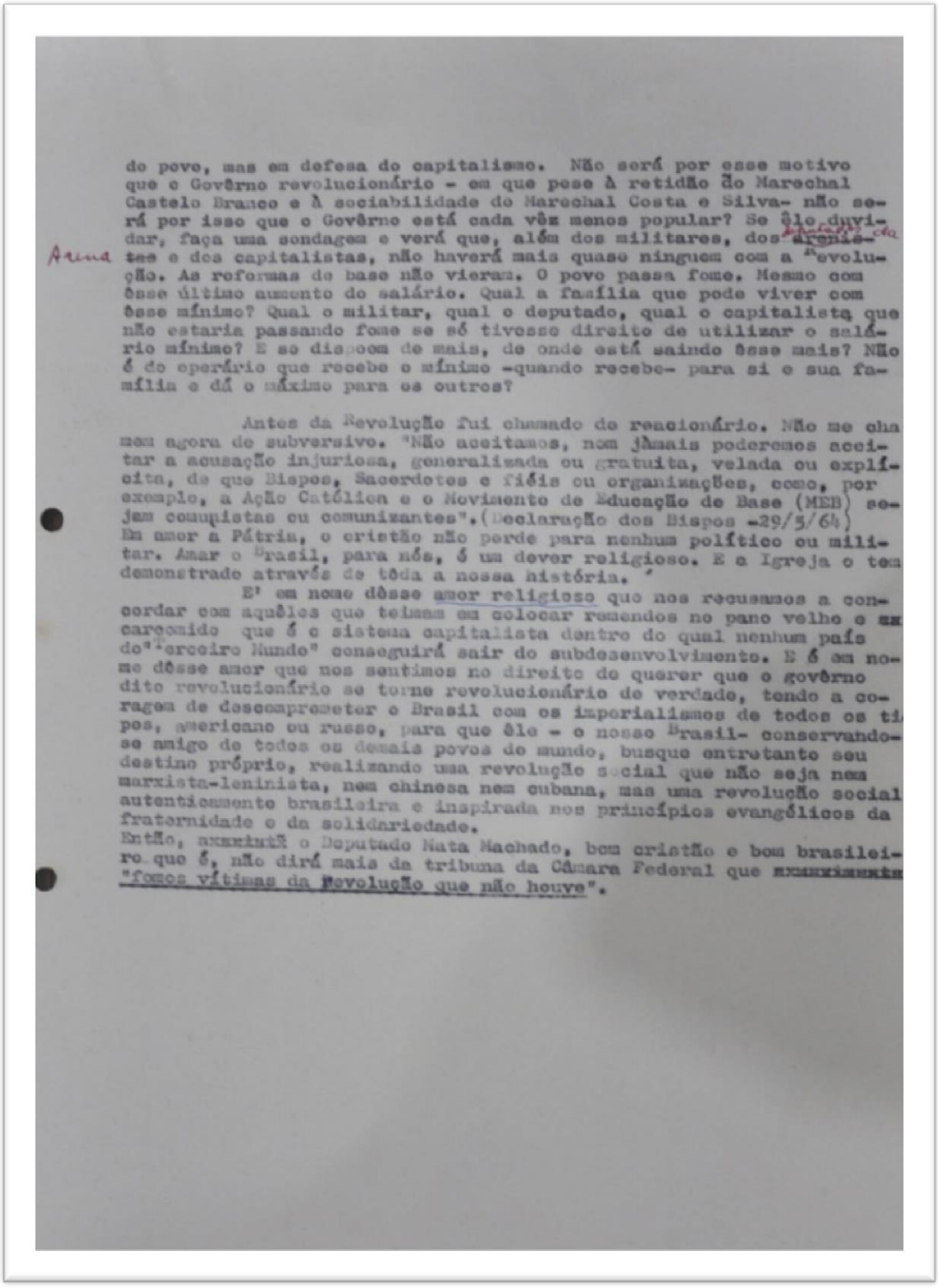
Vanderley Caixe participa de sessão da Assembleia Legislativa da Paraíba (Data não revelada) Compondo a mesa: Afrânio Melo, Frei Anastácio, Ricardo Coutinho, Elizabeth Teixeira e Frei Hermano.

Fonte: ArquivoTextoarte – Editora& Comunicação



O Arcebispo Dom José e outros religiosos celebram missa campal em Camucim, em 1978

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba



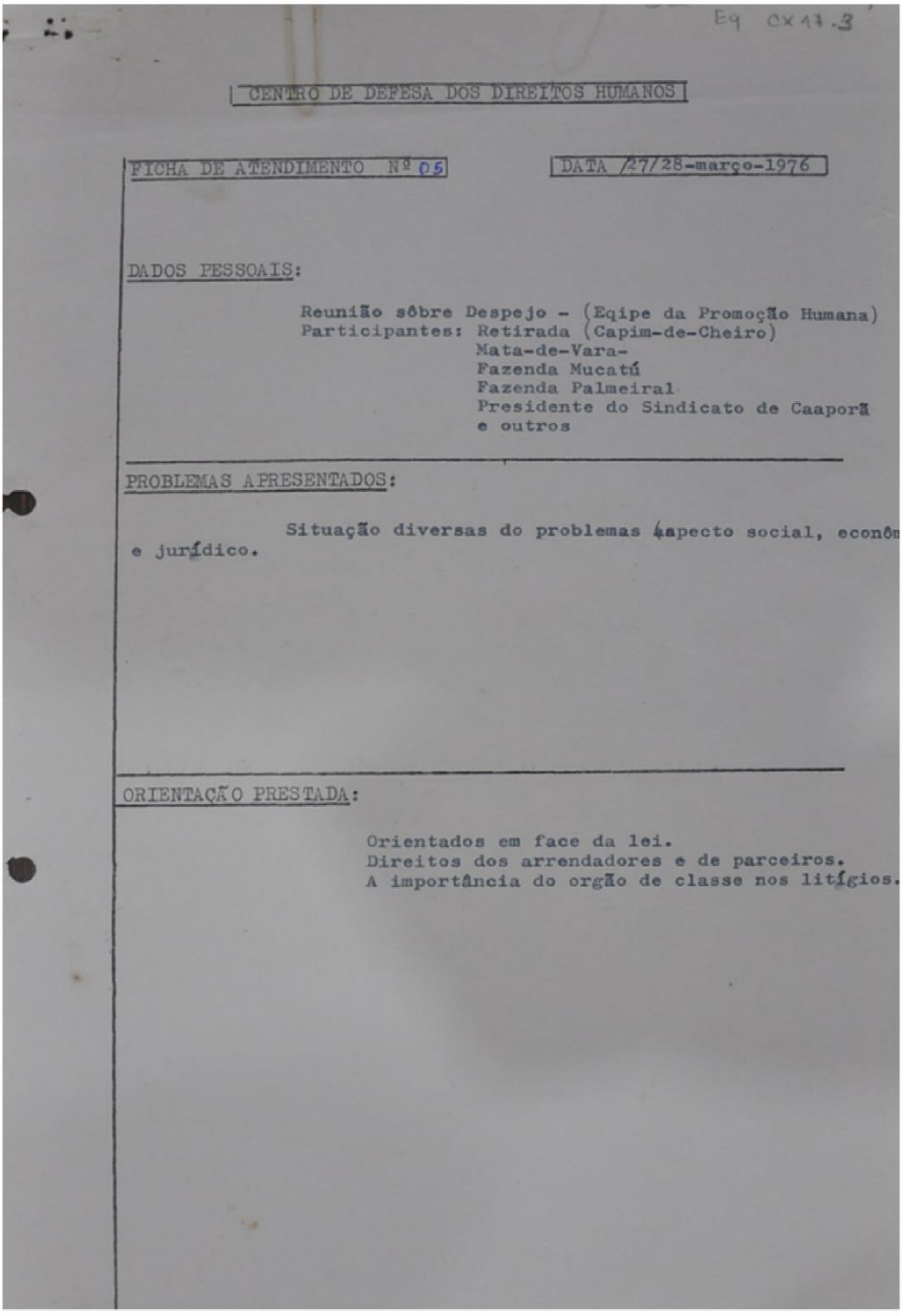
do povo, mas em defesa do capitalismo. Não será por esse motivo que o Govêrno revolucionário - em que pese à retidão do Marechal Castelo Branco e à sociabilidade do Marechal Costa e Silva- não será por isso que o Govêrno está cada vêz menos popular? Se êle duvidar, faça uma sondagem e verá que, além dos militares, dos Arena-tas e dos capitalistas, não haverá mais quase ninguem com a "evolução. As reformas de base não vieram. O povo passa fome. Mesmo com êsse último aumento do salário. Qual a família que pode viver com êsse mínimo? Qual o militar, qual o deputado, qual o capitalista que não estaria passando fome se só tivesse direito de utilizar o salário mínimo? E se dispoem de mais, de onde está saindo êsse mais? Não é do operário que recebe o mínimo -quando recebe- para si e sua família e dá o máximo para os outros?

Antes da Revolução fui chamado de reacionário. Não me chamem agora de subversivo. "Não aceitamos, nem jàmais poderemos aceitar a acusação injuriosa, generalizada ou gratuita, velada ou explícita, de que Bispos, Sacerdotes e fiéis ou organizações, como, por exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB) sejam comunistas ou comunizantes".(Declaração dos Bispos -29/5/64)
Em amor a Pátria, o cristão não perde para nenhum político ou militar. Amar o Brasil, para nós, é um dever religioso. E a Igreja o tem demonstrado através de tôda a nossa história.

E' em nome dêsse amor religioso que nos recusamos a concordar com aquêles que teimam em colocar remendos no pano velho e em carcomido que é o sistema capitalista dentro do qual nenhum país do "Terceiro Mundo" conseguirá sair do subdesenvolvimento. E é em nome dêsse amor que nos sentimos no direito de querer que o govêrno dito revolucionário se torne revolucionário de verdade, tendo a coragem de descomprometer o Brasil com os imperialismos de todos os tipos, americano ou russo, para que êle - o nosso Brasil- conservando-se amigo de todos os demais povos do mundo, busque entretanto seu destino próprio, realizando uma revolução social que não seja nem marxista-leninista, nem chinesa nem cubana, mas uma revolução social autenticamente brasileira e inspirada nos princípios evangélicos da fraternidade e da solidariedade.
Então, o Deputado Nata Machado, bom cristão e bom brasileiro que é, não dirá mais da tribuna da Câmara Federal que "fomos vítimas da Revolução que não houve".

Fac símile de trecho do artigo escrito por Dom José Maria Pires, em ”A Imprensa”, em abril de 1968, comentando acerca do apoio ao movimento militar de 1964

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba



Eq cx 11.3

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

FICHA DE ATENDIMENTO Nº 05 DATA 27/28-março-1976

DADOS PESSOAIS:

Reunião sôbre Despejo - (Eqipe da Promoção Humana)
Participantes: Retirada (Capim-de-Cheiro)
Mata-de-Vara-
Fazenda Mucatú
Fazenda Palmeiral
Presidente do Sindicato de Caaporã
e outros

PROBLEMAS APRESENTADOS:

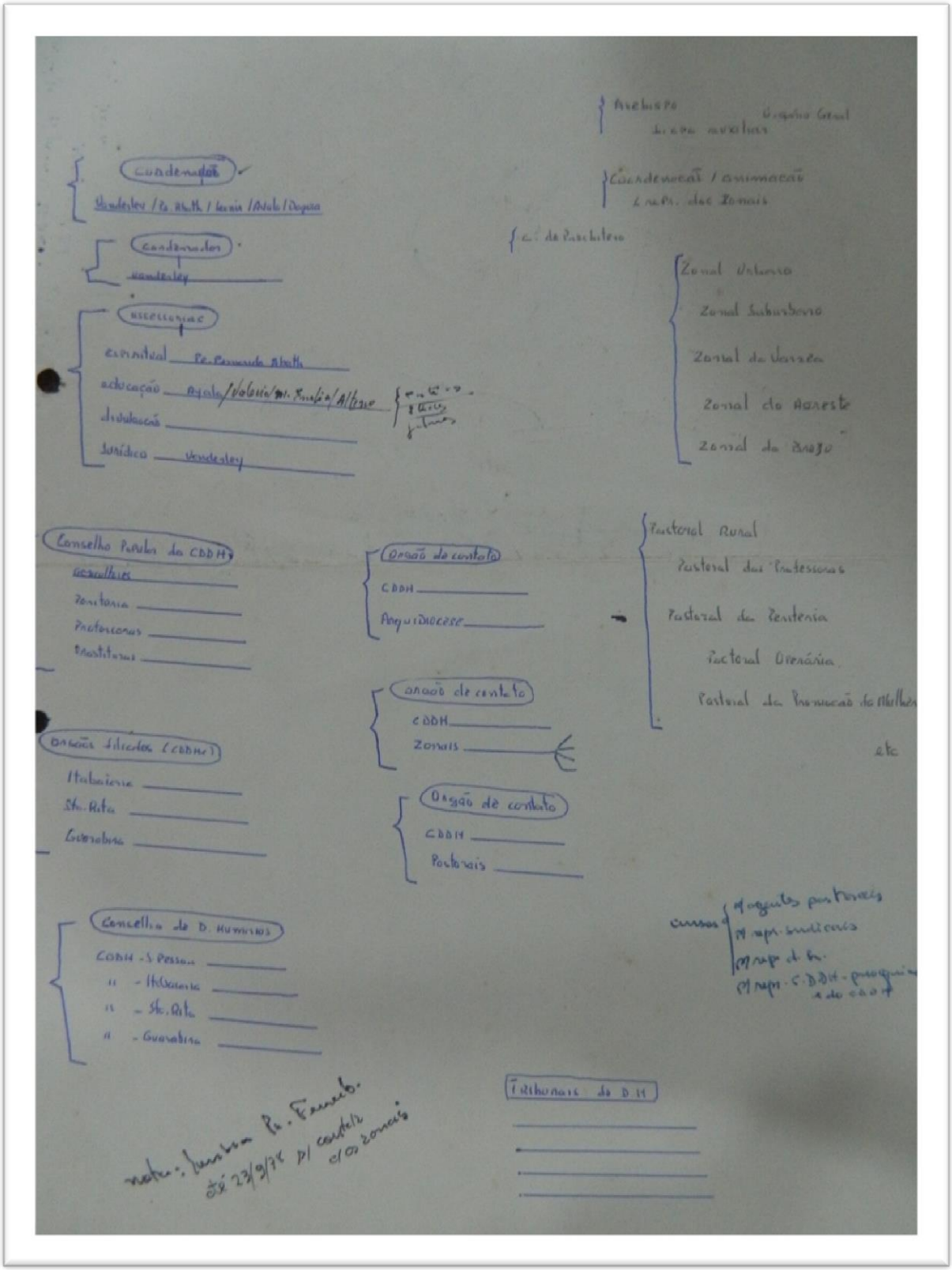
Situação diversas do problemas aspecto social, econôm
e jurídico.

ORIENTAÇÃO PRESTADA:

Orientados em face da lei.
Direitos dos arrendadores e de parceiros.
A importância do orgão de classe nos litígios.

Fac símile de Ficha de Atendimento nº5, produzida em 1976 e relativa à assessoria do CDDH ao caso da Fazenda Mucatu

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba



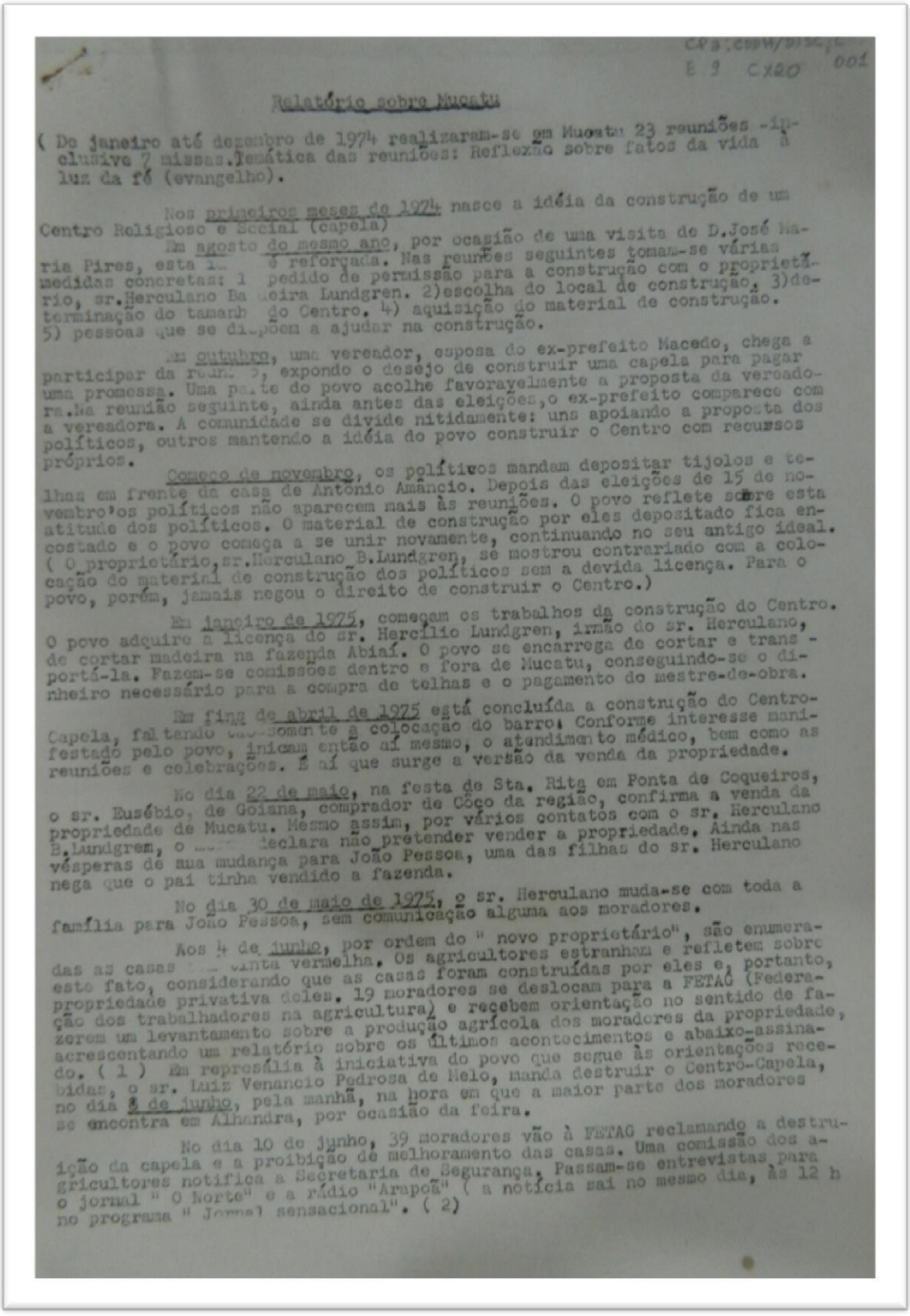
Fac símile de manuscrito, detalhando os componentes da equipe do CDDH da Arquidiocese da Paraíba (sem data de identificação)

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba



Fac símile do ingresso do poema musical "Cantata para Alagamar", realizado em 17 de junho de 1979, na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em João Pessoa-PB

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba



E 9 CX20 001

Relatório sobre Mucatu

(De janeiro até dezembro de 1974 realizaram-se em Mucatu 23 reuniões - inclusive 7 missas. Temática das reuniões: Reflexão sobre fatos da vida à luz da fé (evangelho).

Nos primeiros meses de 1974 nasce a idéia da construção de um Centro Religioso e Social (capela)

Em agosto do mesmo ano, por ocasião de uma visita de D. José Maria Pires, esta [illegible] é reforçada. Nas reuniões seguintes tomam-se várias medidas concretas: 1 pedido de permissão para a construção com o proprietário, sr. Herculano Bandeira Lundgren. 2) escolha do local de construção, 3) determinação do tamanho do Centro. 4) aquisição do material de construção. 5) pessoas que se dispõem a ajudar na construção.

Em outubro, uma vereador, esposa do ex-prefeito Macedo, chega a participar da reunião, expondo o desejo de construir uma capela para pagar uma promessa. Uma parte do povo acolhe favoravelmente a proposta da vereadora. Na reunião seguinte, ainda antes das eleições, o ex-prefeito compareceu com a vereadora. A comunidade se divide nitidamente: uns apoiando a proposta dos políticos, outros mantendo a idéia do povo construir o Centro com recursos próprios.

Começo de novembro, os políticos mandam depositar tijolos e telhas em frente da casa de Antônio Amâncio. Depois das eleições de 15 de novembro os políticos não aparecem mais às reuniões. O povo reflete sobre esta atitude dos políticos. O material de construção por eles depositado fica encostado e o povo começa a se unir novamente, continuando no seu antigo ideal. (O proprietário, sr. Herculano B. Lundgren, se mostrou contrariado com a colocação do material de construção dos políticos sem a devida licença. Para o povo, porém, jamais negou o direito de construir o Centro.)

Em janeiro de 1975, começam os trabalhos da construção do Centro. O povo adquire a licença do sr. Hercílio Lundgren, irmão do sr. Herculano, de cortar madeira na fazenda Abiaí. O povo se encarrega de cortar e transportá-la. Fazem-se comissões dentro e fora de Mucatu, conseguindo-se o dinheiro necessário para a compra de telhas e o pagamento do mestre-de-obra.

Em fins de abril de 1975 está concluída a construção do Centro-Capela, faltando [illegible] somente a colocação do barro. Conforme interesse manifestado pelo povo, iniciam então aí mesmo, o atendimento médico, bem como as reuniões e celebrações. É aí que surge a versão da venda da propriedade.

No dia 22 de maio, na festa de Sta. Rita em Ponta de Coqueiros, o sr. Eusébio, de Goiana, comprador de Côco da região, confirma a venda da propriedade de Mucatu. Mesmo assim, por vários contatos com o sr. Herculano B. Lundgren, o [illegible] declara não pretender vender a propriedade. Ainda nas vésperas de sua mudança para João Pessoa, uma das filhas do sr. Herculano nega que o pai tinha vendido a fazenda.

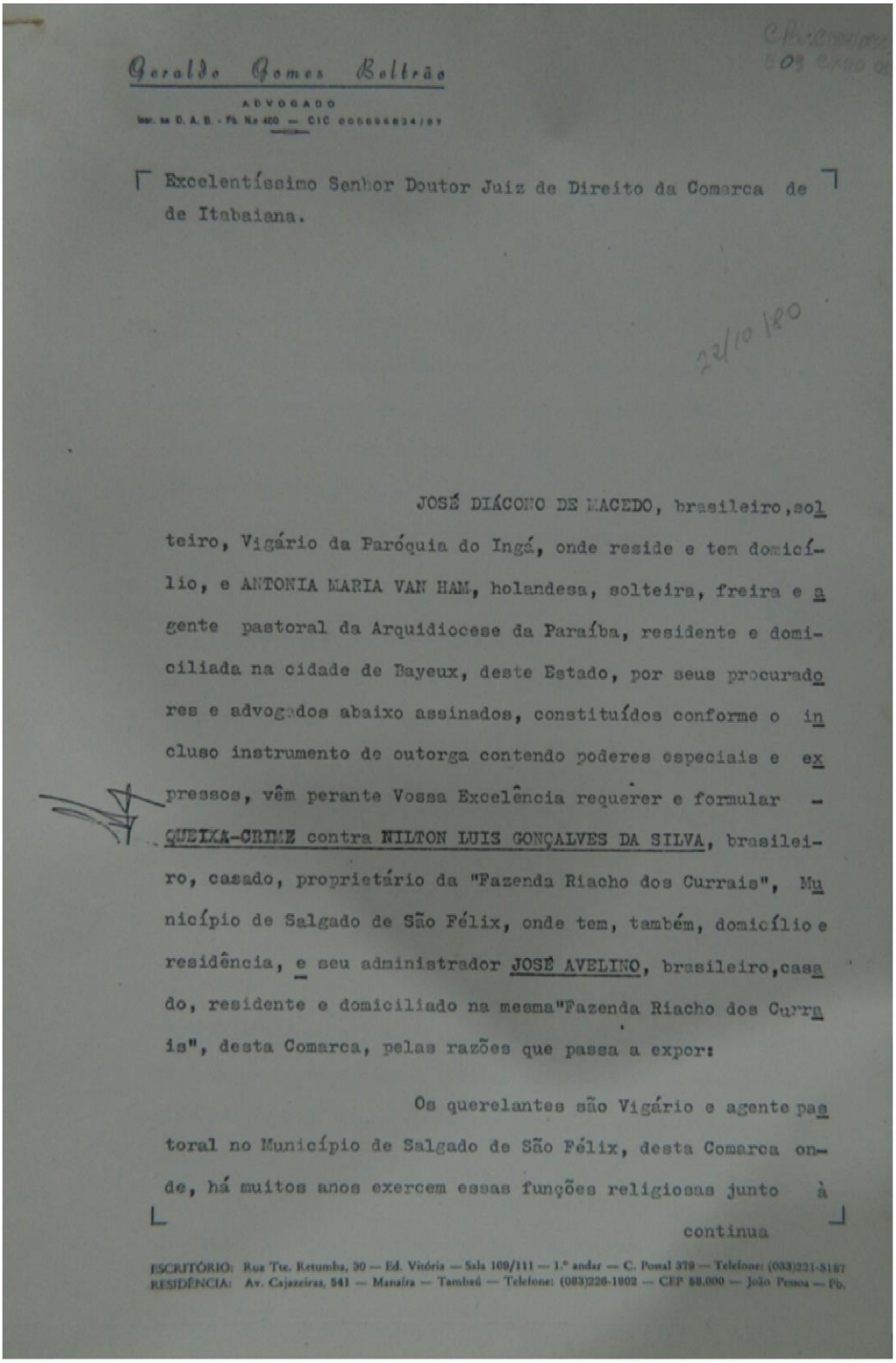
No dia 30 de maio de 1975, o sr. Herculano muda-se com toda a família para João Pessoa, sem comunicação alguma aos moradores.

Aos 4 de junho, por ordem do " novo proprietário", são enumeradas as casas [illegible] vinta vermelha. Os agricultores estranham e refletem sobre este fato, considerando que as casas foram construídas por eles e, portanto, propriedade privativa deles. 19 moradores se deslocam para a FETAG (Federação dos trabalhadores na agricultura) e recebem orientação no sentido de fazerem um levantamento sobre a produção agrícola dos moradores da propriedade, acrescentando um relatório sobre os últimos acontecimentos e abaixo-assinado. (1) Em represália à iniciativa do povo que segue às orientações recebidas, o sr. Luiz Venancio Pedrosa de Melo, manda destruir o Centro-Capela, no dia 8 de junho, pela manhã, na hora em que a maior parte dos moradores se encontra em Alhandra, por ocasião da feira.

No dia 10 de junho, 39 moradores vão à FETAG reclamando a destruição da capela e a proibição de melhoramento das casas. Uma comissão dos agricultores notifica a Secretaria de Segurança. Passam-se entrevistas para o jornal " O Norte" e a rádio "Arapoã" (a notícia sai no mesmo dia, às 12 h no programa " Jornal sensacional". (2)

Fac símile do relatório das atividades realizadas entre 1974-1975, na Fazenda Mucatu

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba



Geraldo Gomes Beltrão

ADVOGADO

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Comarca de de Itabaiana.

22/10/80

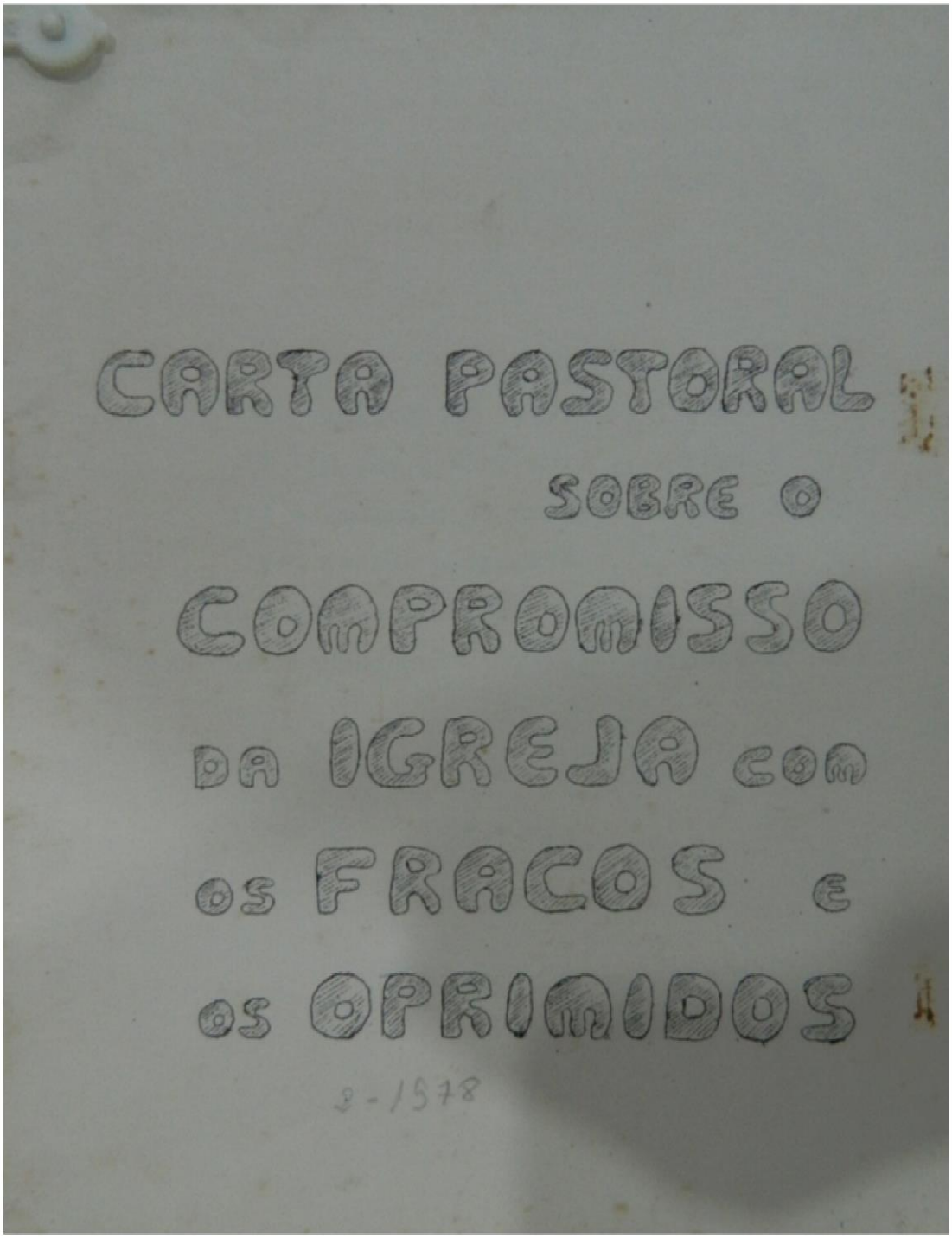
JOSÉ DIÁCONO DE MACEDO, brasileiro, solteiro, Vigário da Paróquia do Ingá, onde reside e tem domicílio, e ANTONIA MARIA VAN HAM, holandesa, solteira, freira e agente pastoral da Arquidiocese da Paraíba, residente e domiciliada na cidade de Bayeux, deste Estado, por seus procuradores e advogados abaixo assinados, constituídos conforme o incluso instrumento de outorga contendo poderes especiais e expressos, vêm perante Vossa Excelência requerer e formular - QUEIXA-CRIME contra NILTON LUIS GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, casado, proprietário da "Fazenda Riacho dos Currais", Município de Salgado de São Félix, onde tem, também, domicílio e residência, e seu administrador JOSÉ AVELINO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na mesma "Fazenda Riacho dos Currais", desta Comarca, pelas razões que passa a expor:

Os querelantes são Vigário e agente pastoral no Município de Salgado de São Félix, desta Comarca onde, há muitos anos exercem essas funções religiosas junto à

continua

ESCRITÓRIO: Rua Tte. Retumba, 30 — Ed. Vitória — Sala 109/111 — 1.º andar — C. Postal 379 — Telefone: (083)221-5187
RESIDÊNCIA: Av. Cajazeiras, 541 — Manaíra — Tambaú — Telefone: (083)226-1802 — CEP 58.000 — João Pessoa — Pb.

Fac símile do parte processo endereçado ao Juiz de Itabaiana, no sentido de instaurar um pedido de queixa-crime contra o dono e um empregado da Fazenda "Riacho dos Currais" (1980)
Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba



Fac símile da capa da Carta Pastoral escrita por Dom José e Dom Marcelo Carvalheira. Mimeografada, ela foi distribuída aos fiéis durante a Páscoa de 1978

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba